

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação de Psicologia:
Estudos Psicanalíticos

**DE UM OLHAR AO OUTRO: A INTERVENÇÃO DA PSICANALISTA
ROSINE LEFORT NA CLÍNICA COM A CRIANÇA NÁDIA**

Brenda Rodrigues da Costa Neves

Belo Horizonte
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BRENDA RODRIGUES DA COSTA NEVES

**DE UM OLHAR AO OUTRO:
A INTERVENÇÃO DA PSICANALISTA ROSINE LEFORT NA CLÍNICA COM A
CRIANÇA NÁDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos
Orientadora: Ângela Maria Resende Vorcaro.

Belo Horizonte
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Dissertação intitulada: “De um olhar ao Outro: a intervenção da psicanalista Rosine Lefort na clínica com a criança Nádia”, de autoria da mestranda Brenda Rodrigues da Costa Neves, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª Drª Ângela Maria Resende Vorcaro – FAFICH/UFMG - Orientadora

Profª Drª Andréa Máris Campos Guerra - FAFICH/UFMG

Profª Drª Cristina Moreira Marcos - PUC/MG

**Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia FAFICH/UFMG**

Belo Horizonte, 02 de Março de 2010.

“E para o seu terror vê apenas isto: o vazio quente e claro do ar, sem mãe. O que ele pensa estoura em choro pela casa toda. Enquanto chora, vai se reconhecendo, transformando-se naquele que a mãe reconhecerá. Quase desfalece em soluços, com urgência ele tem que se transformar numa coisa que pode ser vista e ouvida senão ele ficará só, tem que se transformar em compreensível senão ninguém o compreenderá, senão ninguém irá para o seu silêncio ninguém o conhece se ele não disser e contar, farei tudo o que for necessário para que eu seja dos outros e os outros sejam meus, pularei por cima de minha felicidade real que só me traria abandono, e serei popular; faço a barganha de ser amado, é inteiramente mágico chorar para ter em troca: mãe”

Menino a bico de pena, Clarice Lispector

Agradecimentos

A Ângela Vorcaro, por seu acompanhamento próximo em meu percurso na psicanálise, por ter aguçado cada vez mais meu interesse pela psicanálise, instigando-me a questionar antes de responder e por sua orientação nesta dissertação, com apontamentos precisos, que me permitiram descobrir caminhos à pesquisa. Agradeço também por sua parceria, generosidade e disponibilidade absolutamente importantes à minha continuidade na pesquisa, o que também contribuiu diretamente para o meu crescimento pessoal.

A Cristina Marcos, por sua leitura atenta e precisa na qualificação, que permitiu importantes delineamentos ao andamento da pesquisa.

A Daniela Viola, escuta marcante no meu encontro com o inconsciente.

Aos meus familiares, principalmente minhas tias, agradeço pelos estímulos em nossas deliciosas e constantes conversas. À vovó Joaquina querida, por seu imenso amor e dedicação a mim.

Ao meu querido Ramon por sua parceria compreensiva, amável e rica contribuição durante o meu processo.

A Nana, minha irmã amada, pessoa que sempre me apoiou e esteve junto de mim mesmo à distância. Por ter nos dado o Gu, sobrinho lindo, que trouxe luz e novo frescor em minha vida.

Aos meus pais amáveis pela presença marcante. À minha mãe, pela força, torcida, carinho e leituras importantes ao andamento do trabalho. Ao meu pai por seu apoio, confiança e pelas leituras precisas na correção *linguística* deste trabalho.

A Ariana Lucero pela amizade e leitura precisa na formatação e correção final deste trabalho.

A Deus, meu amigo fiel.

Resumo

NEVES, B. R. C. “De um olhar ao Outro: a intervenção da psicanalista Rosine Lefort na clínica com a criança Nádia”. 2010, Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia, UFMG, 2010.

A clínica psicanalítica com crianças pequenas é lugar de muitos questionamentos, principalmente, no que se refere à intervenção do psicanalista. A fim de analisarmos questões consideradas decisivas na contribuição para esta clínica, optamos por analisar o “Caso Nádia ou o espelho”, conduzido e descrito pela psicanalista francesa Rosine Lefort. Para esta análise, pensamos ser de relevância abordar temas como: a constituição subjetiva, a noção de Outro primário, a função do agente materno, a intervenção precoce, a psicanálise em extensão e o ato analítico. Com esta dissertação procuramos, portanto, discutir, analisar, problematizar e localizar, com a análise do caso clínico escolhido como suporte relacionado à prática clínica, o psicanalista e sua intervenção direcionada a crianças ainda em processo de constituição subjetiva. Para isto, tentamos distinguir o ato analítico e o posicionamento do psicanalista de um agenciamento da função materna, procurando marcar pontos em que estas posições se encontram e se distinguem.

Palavras-chave: Psicanalista, intervenção precoce, Outro primário, função de agente materno, psicanálise em extensão.

Résumé

"D'un regard à l'Autre: l'intervention de la psychanalyste Rosine Lefort après de l'enfant, Nadia. 2010, Thèse (MA) - Département de psychologie, UFMG, 2010.

Une psychothérapie clinique avec des enfants est un lieu de nombreuses questions; en particulier celles concernent l'intervention du psychanalyste. Afin d'étudier les questions qui contribuent de manière décisive à la clinique, nous avons choisi d'analyser le cas "Nadia ou le miroir" mené et décrit par la psychanalyste française Rosine Lefort. Pour cette analyse, nous abordons des questions telles que: la constitution subjective, la notion de l'Autre primaire, la fonction de l'agent maternel, l'intervention précoce, la psychanalyse en extension et l'acte analytique. L'objectif de ce travail est de discuter, analyser, questionner et situer, avec l'analyse du cas clinique choisi comme support de la pratique clinique, la psychanalyste et son intervention chez des enfants dans le processus de constitution subjective. Pour cela, nous essayons de distinguer l'acte analytique du rôle maternel, cherchant à marquer les points où ces positions ou diffèrent.

Mots-clés: Psychanalyste, l'intervention, Autre primaire, fonction de l'agent maternel, la psychanalyse en extension.

Sumário

Introdução	09
Capítulo I – O agente materno no processo de constituição subjetiva do sujeito	13
1 O agente materno e sua função	13
1.1 O complexo de castração e a dissolução edipiana na menina	20
1.2 A catástrofe da castração na menina	24
1.3 A potência materna	27
1.4 A mulher e a mãe: Outra	30
2 A constituição subjetiva	35
2.1 O recalque originário e o surgimento do sujeito da pulsão	39
2.1.1 O objeto perdido	39
2.1.2 O traço Unário	42
2.1.3 A pulsão	47
2.2 As dimensões da realidade psíquica na estruturação subjetiva	50
Capítulo II – A psicanalista e a criança	55
1 A “Clínica de Rosine”	56
2 O Outro e a demanda: desejo em circulação	64
2.1 A demarcação de uma demanda no ser	68
2.2 O corte pelo significante	72
2.3 A passagem da petrificação à vida	74
3 O caso entre o R, S e I	76
3.1 O reenlace da criança pelo Outro simbólico	79
3.2 A psicanalista entre o não-saber e o saber suposto	83
4 O olhar e a voz no tempo da constituição	87
Capítulo III – A direção do tratamento e o ato psicanalítico	93
1 Alguns apontamentos sobre a psicanálise e seus princípios	93
1.1 As premissas psicanalíticas por Jacques Lacan	95
2 O que há de inovador no Caso Nádia?	101
2.1 O cuidado e o tratamento do Outro	101
2.2 O efeito de ruptura na separação	104
2.3 O terceiro tempo pulsional	106
2.4 A suplência do Outro primário	107
2.5 A formação de um Eu	109
2.6 O fim do tratamento	110
3 A psicanálise além dos consultórios: em extensão	113
3.1 A psicanálise em intensão e em extensão	116
3.1.1 A prática psicanalítica com crianças em instituição	117
4 A posição agalma do analista	120
5 O ato analítico na prática	124
5.1 O que o ato analítico suscita?	127
5.2 O ato promove a desalienação	130
5.3 O surgimento de um novo sujeito com o ato	133
Considerações finais: O psicanalista entre agente materno e Outro simbólico	136
Bibliografia	151

Introdução

A dificuldade de muitos clínicos que têm como base a teoria psicanalítica e se dedicam ao tratamento de crianças é grande. Seja por confundirem sua intervenção com uma pedagogia, a serviço de um ideal educativo, seja para responder ao ideal dos pais ocupando lugar semelhante, seja pela dificuldade em alcançar a criança na posição em que ela se encontra, o clínico vê que sua prática pode sucumbir a modalidades que não se conjugam com uma intervenção psicanalítica.

É sabido que a criança depende de um adulto, enquanto agente de cuidados, que lhe sirva de referente. Exercendo a função de receptor de mensagens, este agente funciona como um interlocutor, respondendo à criança e às suas manifestações, permitindo que ela se localize. Por ainda não ter condições de responder por si, sendo assim, dependente do Outro, a criança pode manifestar algo desta relação. A quebra na interlocução entre a criança e o seu agente de cuidados pode fazer emergir questões tanto para o agente primário como para a criança, uma vez que a criança está em pleno desenvolvimento de suas funções mentais, cognitivas e motoras e sua constituição subjetiva também pode ficar em risco.

O clínico, então, fica em meio ao discurso dos cuidadores da criança e suas manifestações. A sua intervenção, como nos alerta Porge (1998), talvez não seja nada mais senão permitir a transferência a despeito de qualquer técnica ou método. É pela transferência que o sujeito poderá emergir, dizer de si e revelar a sua relação com a alteridade. O ato analítico, então, só poderá operar sob a transferência.

A fim de discutir, analisar e localizar a intervenção do psicanalista na clínica com crianças pequenas, sobreveio a nossa opção de ter como guia de pesquisa um caso clínico orientado pela psicanalista Rosine Lefort: o “caso Nádia ou o espelho”.

A participação em um grupo de pesquisa desenvolvido no Departamento de Psicologia da UFMG possibilitou-me uma imersão neste campo de estudo, suscitando uma necessidade de investigação que ampliasse as discussões metodológicas de tal problemática. Denominado “O problema do método na clínica com crianças” (VORCARO, 2005), este projeto-eixo teve como um de seus desdobramentos a “Análise do método de Rosine Lefort sobre a clínica com crianças”. Tal sub-projeto permitiu perceber a singularidade da intervenção da psicanalista. A partir desta pesquisa, suscitou-se a importância em problematizar o ato analítico na clínica com crianças pequenas, distinto de outras práticas pedagógicas de aconselhamento e/ou sugestão.

Assim, analisamos questões consideradas decisivas na contribuição para a clínica psicanalítica com bebês: constituição psíquica, a noção de Outro primário, a função do agente materno, a intervenção precoce e o ato analítico. O que esperamos com esta dissertação foi, portanto, discutir, analisar, problematizar e localizar, com a análise do caso clínico escolhido como suporte relacionado à prática clínica, o psicanalista e sua intervenção direcionada a crianças ainda em processo de constituição subjetiva.

Dessa maneira, no capítulo 1, achamos por bem destrinchar o feminino entre a mulher e o materno, buscando localizar o sentido da posição feminina na assunção de um sujeito. Em que medida a posição materna é imprescindível ao surgimento de um sujeito? Em conjunção a isto, discorreremos sobre a constituição do sujeito em relação ao Outro primário, ou seja, ao agente materno.

No capítulo 2, tentamos discernir a posição do sujeito em relação ao Outro, a partir da análise pormenorizada do caso clínico de Rosine Lefort. O caso “Nádia ou o espelho” (LEFORT, R. & LEFORT, R., 1984 [1951-52]) aconteceu quando a

psicanalista participava de uma pesquisa coordenada por Jenny Aubry sobre o hospitalismo na Fundação *Parent de Rosan*. Nesta instituição pública francesa, crianças ficavam temporariamente morando neste lugar, porque se encontravam privadas ou impossibilitadas dos cuidados de seus responsáveis. A menina Nádia tinha apenas treze meses quando Rosine decidiu atendê-la. A criança se encontrava em posição quase catatônica e, sem movimentos, ficava a maior parte do tempo assentada na cama, sem brincar, demonstrando retardo psicomotor também quanto à apreensão de objetos. Nádia foi levada para a Instituição desde os dois meses de vida, devido a problemas de saúde de sua mãe (uma tuberculose), que a impossibilitava de cuidar da criança. Desde que Nádia chegara à fundação, as enfermeiras afirmavam que a menina só se alimentava com insistência, sem demonstrar qualquer prazer. Não suportava muitas manipulações corporais, chegando a virar os punhos para trás quando alguém demonstrava que iria pegá-la. Quando decidia pegar algum brinquedo, logo desistia e, com um destrave das mãos, largava-o. Já havia sofrido com diarreias e passado por cirurgias de otites agudas. Para Rosine Lefort, este caso foi seu primeiro atendimento de cunho psicanalítico. A partir disto é que passamos à análise do caso propriamente dito, buscando localizar em que ponto alguma intervenção poderia ser cunhada como psicanalítica..

No capítulo 3, continuamos a discussão sobre a intervenção da psicanalista, tomando como base as referências principais de Freud e Lacan sobre a práxis psicanalítica. Tentamos, também, localizar em que ponto houve no caso orientado por Rosine Lefort um ato que pudesse ser confirmado como analítico e, assim, quais foram seus desdobramentos.

Nesta dissertação, a escolha por analisar um caso clínico de uma psicanalista reconhecida não foi jamais colocar em questão as suas formulações, mas antes, buscar na descrição do caso os pontos principais que puderam ser identificados como

essenciais para localizar qual ato foi efetuado como psicanalítico e provocou deslocamentos na criança, que se encontrava em grave risco subjetivo. Ao que parece, o psicanalista e sua intervenção na análise de crianças pequenas está muito além do prescrito e funciona a despeito de qualquer técnica, mas, sobretudo, por uma sustentação mínima: a transferência. Falando em clínica com crianças pequenas, não haveria como não dizer da presença da mulher e sua incidência na constituição de um sujeito, o qual espera por um Outro primário.

CAPÍTULO I - O agente materno na constituição subjetiva

1. O agente materno e sua função

Reafirma-se, com frequência, o mito do amor materno puro e imune de ambivalências. No entanto, encontramos na clínica com crianças, e mesmo com adultos, os inúmeros tropeços marcados em lembranças, nem sempre condizentes com o idílio amoroso de que tanto se fala na relação primeira do bebê com a mãe¹.

Há, na relação mãe-filho, uma relação de amor. É isso que descreve Freud, em “À guisa de introdução ao narcisismo” (2004 [1914]), quando nos mostra que o sujeito (a mãe) direciona sua libido para o outro (o bebê), de acordo com o que lhe faz falta, em outros termos, de acordo com o seu ideal do eu. A escolha de objeto para amar faz referência àquilo que se é, ao que se foi e não se é mais, ou pelo que não se teve e gostaria de ser, amando aquilo que falta ao eu para alcançar um ideal ou, ainda, se tornando parecido com aquele que fez parte do narcisismo primário infantil. A mãe pode fazer alguns desses movimentos. Na verdade, para Freud (1976 [1932], pp. 157-158), o narcisismo materno fará um último movimento, no qual tentará cobrir sua falta fálica, localizando, em seu lugar, o filho, operando um caminho de uma equivalência simbólica. Contudo, para que sua função seja exercida de uma maneira não patológica, uma das condições é a de que a imagem da mãe esteja bem formada, de modo que ela se reconheça, ou seja, sem que o seu eu esteja fraturado.

¹ Através da passagem por textos de Freud e de suas elaborações sobre a mulher chegaremos à mãe e, mais à frente, com as contribuições valiosas de Lacan, complementaremos a discussão sobre o feminino e a maternidade como caminhos para melhor podermos entender qual a função do agente materno na constituição subjetiva propriamente distinta, ou não, a do psicanalista na clínica com crianças pequenas. Num segundo momento, situaremos a criança e sua constituição depois de termos passado por esta discussão sobre o agente materno.

A expressão “amor materno” é coerente com o sentido de qualquer amor, ou seja, estruturado pela fantasia, como explica Soler (2005), ao dizer que o amor:

é imaginário, mas reduz o parceiro a ser apenas objeto evocado pela divisão subjetiva. A alienação inerente ao amor é elevada pela relação mãe-filho a uma potência superior, na medida em que *no começo, o recém-nascido não é um sujeito, mas um objeto. Objeto real nas mãos da mãe* que muito além do que é exigido pelos cuidados, *pode servir-se dele como de uma propriedade, uma boneca erótica com que gozar e a que fazer gozar* (p. 93 – grifos nossos).

O momento de encontro da mãe com o nascimento de seu bebê nem sempre resulta em alegria, podendo haver uma discrepância entre aquilo que se esperava e o encontrado, produzindo um sentimento de “estranheza” (VORCARO, 1999; TEPERMAN, 2005; WINNICOTT, 1999; ROHENKOL, 2000; BERGÈS e BALBO, 2002, SOLER, 2005). O narcisismo da mãe produz uma imagem e uma ilusão daquilo que se quer, mas ela pode ser enganada pelas inscrições de seu próprio inconsciente. Assim, é preciso estar atento às reações de uma mulher diante da maternidade. Como pode haver um encontro que evoque a sensação do “estranho”², muitas mães sentem-se – exatamente por estar sob a vigência do universo simbólico – incapazes de fazer até o que qualquer mamífero, por instinto, faz, como alimentar, acalantar, cuidar. Na forma do horror ou do susto diante de um bebê, que lhe parece ser enigmático demais, muitas manifestações sintomáticas de diversos quadros nosológicos podem advir sob a forma de: delírios no pós-parto, depressão ou reação de euforia excessiva (Cf. DSM IV). Tais reações demonstram como não há relação direta e natural em ser mãe para o ser humano, pois ele é afetado pela dimensão simbólica.

² Com esse termo, *Unheimlich*, Freud (1919) utiliza da ambiguidade da palavra alemã - *un*: negativo de *heimlich*: familiar - para descrever como em algumas situações (diante de uma imagem, uma escultura, por exemplo) o sujeito pode ter o sentimento de estranhamento, medo, susto, pavor, mas ao mesmo tempo, uma sensação de que algo lhe é absolutamente familiar. Diante da contingência do que surge agora como imprevisto, o sentimento de *unheimlich* suscita algo que “deveria ter permanecido oculto, mas veio à luz”, provocando no sujeito uma sensação de terrível e misterioso, de forma que o remeteria, também, a algo de íntimo, velho e familiar, mas do qual ele ficou completamente fígado, atônito, evidenciando, assim, algo da ordem do inconsciente, na medida em que o sujeito foi subjugado a algo do qual não sabia que tivesse qualquer saber.

O inconsciente do sujeito é singular e sua relação com o Outro³ dirá como agir diante da convocação de uma posição outra. O filho pode ocupar um lugar de representar não um ideal socialmente reconhecido, mas pode ser percebido e colocado como peso, um terror, ou mesmo como indiferente. Ao ser tratado apenas como um organismo que só tem necessidades fisiológicas, o filho pode ser deixado num vazio de significação, quer dizer, no abandono subjetivo. Assim, o agente da função materna, poderá colocar a criança num lugar de risco de subjetivação.

A posição da mãe, enquanto Outro primário, é esclarecida por Lacan (1992 [1960-61]), ao afirmar que o nível primário da enunciação da demanda de ser alimentado se dirige ao grande Outro que espera e que,

pode realmente ser designado como aquilo que chamamos lugar do Outro. O Outro impessoal, o *Outron* – eu diria para fazer rimar nossas designações com aquelas que são familiares na física. Aí está, a este *Outron* abstrato dirigida pelo sujeito, mais ou menos à sua própria revelia, a demanda de ser alimentado (p.201).

As graves patologias em crianças pequenas denunciam, em cada caso, como o agente dos cuidados primordiais pode agir com excessos, seja provocando uma inundação de sentido, sendo assim intrusivo, seja faltando completamente ao não incluir o bebê na sua vida psíquica, deixando-o à deriva (SAURET, 1997). Tais movimentos denunciam como o Outro primário pode ter ficado inscrito a partir dessas primeiras marcas. Soler (2005, p.94) diz que, com a maturação do organismo e o *re-encontro* com o complexo de castração em determinadas situações (como uma nova gravidez, um luto, uma separação), o enigma do Outro barrado poderá se atualizar para o sujeito, no caso a mãe (ou os pais), em duas vertentes: como mistério de seu desejo e como opacidade de seu gozo. Isto nos leva a algumas questões: como o agente materno faz existir alguém?;

³ O conceito de Outro em Lacan pode ser considerado como “o lugar onde se constitui a perpétua referência do eu em sua relação patética nessa imagem que se oferece a ele e com que ele se identifica. O eu só se apresenta e se sustenta como problemático a partir do olhar do grande Outro. O fato de que esse olhar seja interiorizado, por sua vez, não quer dizer que ele se confunda com o lugar e o suporte que já estão constituídos como eu ideal”(LACAN, 1992 [1960-61], p.342). Esse tema será tratado no

o agente da função materna funciona a serviço de quê?; é a sua fantasmática que constitui a criança, configurando-a num lugar de gozo e pela falta, encaixando-a no desejo?

Bergès e Balbo (2002), a partir de Lacan, localizam no transitivismo a função de julgamento de atribuição e a suposição que se transmite numa direção, do agente materno ao *infans*. Logo nos primeiros contatos entre eles, a mãe faz deduções particulares ao que acontece com o ser em sua condição de não-falante. Tal movimento funciona como um “mal-necessário”, pois será ele que permitirá ao neonato começar a localizar seu corpo e suas manifestações, pelo que apreendeu dessa função. Desse modo, a criança começaria a se localizar tentando discernir suas sensações corporais, denominando-as como dor, sede, sono, fome, tristeza, alegria, frio, calor, medo... O fato de a mãe ter traduzido um dia tais sensações é o que, posteriormente, será feito pela própria criança, que poderá se identificar e aprender o transitivismo para depois repeti-lo. Vemos essa repetição quando uma criança cai e chora e a outra faz um “ai” e até mesmo chora, hipotetizando, pelo afeto, o que a outra teria sofrido.

Para os autores (*Opus cit.*), do lado da mãe, o transitivismo se manifesta quando, ao ver seu filho em perigo de cair, por exemplo, ela se afeta e não hesita em lhe exprimir seu afeto de dor, de maneira certamente demonstrativa, mas sobretudo, articulada e demonstrada na fala:

E o que ela prova e exprime por esse meio é uma certeza, porque ela sustenta seu afeto num real. E é bem porque seu afeto se sustenta num real que seu filho lhe dá razão a partir disso que ela lhe diz.

Mas, vale lembrar com os autores, o transitivismo é, também, o processo em que a mãe se engaja quando se endereça ao filho, fazendo a hipótese de haver nele um saber, em torno do qual seu endereçamento vai circular e lhe retornar sob a forma da demanda, que ela supõe ser aquela de uma identificação de seu filho ao discurso que ela tem dele.

O processo passa necessariamente pelo corpo, pois ele está engajado numa experiência. O corpo pode ser o lugar da recepção pela qual o mundo toma forma e consistência para a criança. Esse acesso ao simbólico, que representa a identificação do filho ao discurso da mãe, concerne ao corpo que não é somente corpo imaginário, mas, também, corpo de linguagem:

[...] o transitivismo em geral, pode ser considerado como um *golpe de força*. Com efeito, tomando um discurso transitivista, a mãe força o filho a se integrar ao simbólico; ela o obriga a levar em conta os afetos que ela mesma nomeia, para designar as experiências dele em referência às suas próprias. Ela lhe constringe a limitar suas atividades, suas experiências. Ela o constringe, portanto, a avaliar o que ele provou, em referência a um masoquismo que não é nada de outro senão o dela. O próprio do pensamento transitivista, golpe de força⁴, ele também, é de negar o real provado pelo outro, para forçá-lo a provar. Este outro vai prová-lo realmente, e num efeito de espelho, o que foi suposto por um outro (a mãe especialmente), e que ele deve provar. Esta força transitivista antecipa e condiciona aquele que empurra em seguida a criança a entrar de bom grado ou de mal grado no campo da fala e da linguagem, e enfim, naquele da linguagem escrita.

Nesta relação transitivista do agente materno ao *infans* será preciso ter espaço para o equívoco nesses julgamentos, senão não é possível haver o surgimento do sujeito desejante, sujeito singular. O equívoco é condição da linguagem, pois ela só funciona por deslizamentos significantes, pela produção de novos significados. A psicopatologia pode ser o resultado da ilusão de não haver o equívoco, o engano, quando só há lugar para a certeza, ou seja, quando o agente materno se posiciona como um ditador, um sabe-tudo. Ao contrário, quando o agente do Outro primário aparece como é na verdade, isto é, como não-todo, marcado pela falta, do lado do sentido e também do não-saber, permite à criança localizar-se a partir da marca desse não-saber (que pode ser algo não dito, mas que transmitiu um desejo passível à leitura da criança), o qual denota o elemento terceiro a que o agente materno também está submetido: o Outro, o seu inconsciente. É assim que a criança pode imprimir ao laço com a mãe algo que

⁴ Conforme nota do tradutor, no original “*Coup de force*” é ato de violência.

ultrapassa o saber do discurso maternante, discurso que é carregado por expectativas concernentes ao ideal social, mas que também revela o inconsciente da mãe-mulher⁵.

Através da imputação dos sentidos ao que o organismo sofre, a função da maternagem organizará e regulará o puro ser, inserindo-o na linguagem, numa história, distinguindo, mapeando, enfim, libidinizando-o (VORCARO, 1999). Tendo isto como perspectiva é que Melman (1985) propõe o uso do termo “*Outro-erotismo*” no lugar de *auto-erotismo*, já que o corpo da criança é libidinizado pelo Outro, representado na origem pelo agente materno.

Antes e depois de o bebê nascer, o agente materno age submetido ao campo simbólico, com a consistência que seu imaginário lhe confere, criando um corpo, uma figura, uma imagem para esse ser. Na localização simbólica de um lugar, o *infans* é convidado, seduzido a existir como sujeito idealizado. O transitivismo maternante faz uma aposta que supõe e antecipa um sujeito. Ao tentar traduzir as manifestações da criança, a mãe presume existir ali um ser de desejo. Ela responde ao grito do filho e, longe de engolfá-lo num saber absoluto que o localizaria como objeto, o exercício maternante permite, não só a dependência que orienta o laço do bebê, mas também a dúvida e a possibilidade de aí se inscrever. É o que permitirá advir, aí, um sujeito.

Ao oferecer um campo simbólico acolhedor e contido de significantes, o agente materno diz *o que o ser é* antes de ele poder dizer “*eu sou*” (VORCARO, 1999). A mãe funciona como um órgão extracorpóreo da criança, pois responde às suas urgências vitais com o que decide por ela, implantando uma ordem simbólica que regula a economia do organismo. Ele passa a obedecer aos signos pressupostos pela mãe e sua constituição subjetiva poderá ocorrer.⁶ Mas, isso dependerá de o agente materno ser

⁵ Detalharemos melhor o conceito de Outro no próximo capítulo. Por ora, tentaremos nos ater mais especificamente na função do agente materno, na maternagem, mesmo sabendo da importância deste elemento terceiro da relação agente primordial/ *infans*.

⁶ Vorcaro, A. “Mulheres, do materno ao feminino”, 2007, texto inédito.

desejante.

O agente materno engendra o ser pela linguagem retirando-o do estado de puro funcionamento fisiológico para torná-lo sujeito. Esse agente exerce a função de receber e acolher o neonato com o seu discurso e o seu desejo. As manifestações corporais do neonato são contornadas por traduções simbólicas. É o agente materno que dirá ao seu bebê: “*Tá com fome, é? Quer beber leitinho gostoso?...*”, “*Pedrinho não gosta disso!*”, “*Está chorando porque quer dormir!...*”, “*mamãe tá vendo que eu tô com frio*”, frases entoadas em *manhês*⁷, que o introduzirão no campo simbólico através das suas atribuições de julgamento.

Ao supor que nas manifestações do filho existem intencionalidades, o agente materno humaniza o *infans*. Supondo isto, tenta responder a ele, em suas necessidades, com mensagens cobertas de significações as quais recobrem a condição de sem sentido em que ele se encontra, configurando-o num lugar de signo.

Diante desses caminhos trilhados pela mãe na fundação de um sujeito, colocamos, mais uma vez, outra questão: sabendo que uma principal função do agente materno é a de inserir o pequeno sujeito na cultura, de modo que ele estabeleça vinculação social, como o agente materno surge? Quem é esse ser que tem em suas mãos um ser que lhe é totalmente dependente? Sabendo que é convocado a ocupar lugar de fundação de um sujeito, esse agente pode funcionar sentindo-se quase como um deus? Não há como deixar de discutir sobre a fundação do inconsciente da mulher, sua

⁷ O *manhês*, segundo Sílvia Ferreira (2000), acontece quando o cuidador primordial (a mãe), exercendo sua função materna, se dirige à criança de forma muito especial. Ocorre uma espécie de “diálogo mãe-bebê”, construído com o “*manhês*”, a partir de significados que a mãe atribui aos sinais produzidos pela criança. Neste diálogo, toda fala produzida pela mãe mostra tipos de realizações linguísticas que se caracterizam quanto à forma das palavras, no diminutivo (*leitinho*, *mamãezinha*), à estrutura sintática das frases em sentenças pequenas e simplificadas (*tão lindo de mamãe*) e quanto aos traços paralinguísticos, em que o timbre da voz é mais agudo e melódico, sendo traçada com entonações (*zim*, *do mamãezinha*). O “*manhês*” opera como uma linguagem significativa para o bebê, na medida em que suscita reações de sua parte, demonstradas em suas vocalizações. Os sinais manifestados por ele são recebidos pela mãe como um sentido, o qual ganha atributo a ser interpretado. Por sua própria realização, a mãe converte em mensagem aquilo que poderia não ser mais que uma mera reação

relação com a castração e com a maternidade para entendermos a importância da função do agente materno, propriamente dito, no processo de constituição de um sujeito. Esta discussão também nos ajudará na distinção, ou não, da função do psicanalista na clínica com crianças pequenas.

1.1 O complexo de castração e a dissolução edipiana na menina

A questão do gênero e do sexual é algo difícil de definir, tendo em vista que, desde que estamos na civilização, além da biologia, existem as normas e as relações sociais. Para a psicanálise, a biologia não define o que é o masculino ou o feminino. Nesse sentido, definir o feminino somente pelo viés biológico, reduzindo-o a uma condição de fêmea não é possível, assim como também não se pode reduzir a feminilidade à maternidade.

Freud (1976 [1932]) deixou a maternidade como uma via de saída para o ser mulher, mas deixou tal asserção somente como uma via, pois, para ele, a mulher ainda permaneceu enigmática quanto ao seu desejo. Daí a questão que se manteve em sua obra: “o que quer uma mulher?”. Os pós-freudianos corroboraram as idéias de Freud acerca da feminilidade, mas se restringiram a conferir à maternidade a saída para a mulher como modo de lidar com sua falta fálica, coadunando-a com o mito do instinto materno reforçado socialmente.

Freud centrou-se na questão acerca do falo a partir de 1923 com “A organização sexual infantil”. Para ele, no inconsciente haveria a inscrição de uma representação para o falo fazendo, por isso, existir uma hiância entre o ser homem e o ser mulher, entre ter o falo e o não ter. Esta diferença na inscrição surge no complexo de castração, quando o

orgânica.

menino teria medo de perder o falo e a menina constata que já é castrada. Isto levaria a uma eterna inquietude no sujeito sobre sua condição sexual: no homem, com relação à sua virilidade e na mulher, com a sua condição de saber sobre o que é, já que não tem o falo inscrito. A menina tentaria recobrir essa falta com a crença de que sua mãe possui o falo e que, sendo assim, um dia ela também o terá.

A diferença anatômica existe e é percebida pelas crianças. No entanto, sua inscrição no psiquismo não tem essa formulação equivalente: nasceu com pênis, então vai ser homem. Não! Freud (1976 [1910]) descreve que a vagina, para as crianças, é um lugar enigmático. Ele evidencia que o sujeito se posiciona no masculino ou no feminino e o que é inscrito no inconsciente tem relação com o falo. Quando a mulher constata que sua condição é faltosa, e é um fato consumado, advém a querela sobre sua constituição como mulher.

Em “A dissolução do complexo de Édipo” (1976 [1923]), Freud descreve que, no menino, o Édipo é recalcado em função da ameaça de castração, ele identifica-se ao pai e tem como herança a formação do *supereu* como lugar do interdito paterno. Na menina, há também o complexo edípico e a primazia fálica, mas, para Freud, não haveria ameaça, pois o fato já é dado como consumado. Tendo isso como condição, ela se colocaria como invejosa do pênis.

A partir do complexo de castração, a menina terá que fazer um mecanismo contrário ao do menino, pois na origem ela também tem a mãe como objeto de amor, mas acaba constatando que sua mãe também é castrada. Diante disso, ela terá que buscar caminhos para lidar com essa constatação da condição da mulher com sua própria existência e com seu corpo. Daí as várias construções que versam sobre o feminino nos inconscientes das mulheres.

A mãe poderá ser recriminada por não saber o quê transmitir à filha sobre o que

é ser mulher (LIMA, 2006). Por outro lado, ao operar uma substituição do seu intenso amor à mãe para o pai, a menina transporta, nessa mudança, o que ficou marcado na experiência primeira que teve com a mãe, relação que agora pode ter como pauta o ódio.

Na dissolução do Édipo,,a menina terá que fazer uma inversão para ser mulher, para conseguir o amor do pai e ter como presente um filho. Precisarà identificar-se com a mãe para ganhar um substituto fálico, já que não o tem. A inscrição do ser feminino no drama edipiano é problemática. Para a menina, na verdade, há uma ambivalência amor-ódio na dissolução edípica, pois, ao mesmo tempo em que sente o amor ou o ódio pelo objeto materno, tem a mãe como seu objeto de identificação. Há um conflito quando chega à fase fálica, pois é quando sua relação de hostilidade à mãe é mais acentuada, devido à descoberta de sua condição de ser castrada, ao mesmo tempo em que precisa tomá-la como objeto de identificação para conquistar o pai.

Nesse trâmite, há ainda a dialética atividade-passividade. Para Freud (1976 [1931]), a relação da menina à mãe, quanto aos objetivos sexuais, passam do passivo para o ativo, pois quando se trata do campo da sexualidade, pode ocorrer essa transformação de posição.

Freud lembra que, no início, a criança é libidinizada pela mãe através de seus mimos na amamentação, alimentação, higiene e em todos os cuidados que envolvem o corpo. Assim, a criança é colocada e se coloca como passiva diante da mãe que nutre, cuida e dá amor. Uma parte da libido concentra-se nessa passividade e a outra quer se transformar em ativa, como no querer sugar ou em querer ter a mãe como objeto. Para isso, precisa se colocar na posição ativa. Efetuando a atividade, a menina põe-se numa posição masculina; segundo a teoria freudiana, essas duas posições são equivalentes: atividade-masculinidade.

O que ocorre é outro conflito, porque ao deixar de ser passiva em relação à mãe,

tornando-se ativa, a menina precisa voltar à passividade para se dirigir e se ligar ao pai. Dessa maneira, há uma revivência, ou mesmo um *desdobramento*, do que vivia com a mãe, atualizada na relação com o pai (LIMA, 2006). Então, o que dirige a ele não é só amor, mas também hostilidade. Como consequência, na fantasia, há o medo de retaliação da mãe, em ser devorada e assassinada por ela, que é corolário ao desejo de assassinato à mãe, sustentado na hostilidade.

Vemos a importância de retomar Freud e sua teorização sobre o pré-edípico na menina para entender o que acontece nessa resolução e o que dela pode resultar. A relação da menina com a mãe não é algo fácil e o inconsciente materno em encontro com a formação subjetiva de uma criança pode ser devastadora, intrusiva, e não só acolhedora e amável como se esperaria. Nunca se sabe qual foi a sua relação com a castração, com a resolução edípica e qual a relação que teve com quem foi seu primeiro espectro de vida: a *mãe-mulher*.

A mãe, que um dia fogueou seu bebê em sua fantasmática, estimulou e ensinou os caminhos para se obter as sensações prazerosas, é também objeto da fúria da criança, principalmente da menina, pois a mãe é, antes, vista como fálica e interdutora e só depois como castrada..O que se instala na relação mãe e menina tem seus aspectos pulsionais, fantasmáticos e paradoxais, os quais marcarão a vida da menina que um dia se tornará mulher e/ou mãe. Sobre o osso dessa relação primeva, Freud supõe que há sempre um resto indizível, inacabado que, no entanto, é avassalador. Lima (2006) lembra que,

Freud se deparou, na clínica, com as resistências que aparecem sob a forma de um umbigo no discurso, um *furo inapreensível, obscuro e enigmático*, que o fizeram inferir sob essa relação originária à mãe uma *intensa satisfação pulsional*, assim como *o aspecto fantasmático*, que deu sustentação do gozo amoroso e sexual da relação primordial à mãe. Algo resiste à rememoração na análise e aparece sob a forma de repetição. O que resiste a recordar tem a ver com esse gozo que está

aquém do Édipo, na pré-história da menina à mãe (p. 46 – grifos nossos).

A mãe como primeira a nutrir, satisfazer e responder ao mal-estar inicial em que se encontra o *infans*, deixa inscrita uma marca nesse ser imaturo. Na descontinuidade que há nessa relação, há a impossibilidade de suprir tudo pelo próprio fato de que o *infans* não se encontra em equivalência à mãe e não consegue apreender tudo desses primeiríssimos encontros. Contudo, há a marcação de uma inscrição. Por outro lado, algo é perdido e faz um furo, indizível, resto dessa relação mítica de gozo pleno que confere alteridade para a criança.

1.2 A catástrofe da castração na menina

Freud (1976 [1932]) afirma que a constatação da menina diante da castração de sua mãe é uma catástrofe. A mãe, que antes era poderosa e onipotente, é agora faltosa, não possui o falo, então, nada tem, só faz simular. Diante disso, a menina se posiciona entre a atividade e a passividade, já que se encontra revoltada, mas, ao mesmo tempo, sem ter o que fazer, precisa ainda continuar submissa à mãe. O abandono da mãe como objeto de amor também é uma catástrofe, pois ela, assim como o menino, se encontrava num litígio amoroso antes do Édipo. A menina sofre com essa confusão de lugares, da falta de um lugar para a mulher e, assim, sente-se humilhada e com uma culpa pesando sobre seus ombros.

Lacan (2003 [1972], p. 464) denomina “devastação” esse momento pré-edípico de vinculação catastrófica da menina à mãe. A devastação designa um alheamento ao Outro primário, localizado como o significante do desejo materno por excelência numa encarnação de uma lei poderosa e sem-limites de gozo, cujo domínio está sobre o

pequeno sujeito, arrebatando seu corpo. A devastação não se localiza no lado fálico, mas no lado do não-todo do desejo feminino, como algo que escapa à simbolização, ou seja, localiza-se mais entre o desejo da mãe fálica e a mulher não-toda fálica, barrada, no gozo silencioso propriamente feminino.

Para Brousse (2004), a devastação pela via do arrebatamento deslocaliza o sujeito em relação ao seu corpo e ao seu gozo, reduzindo-o a um lugar de ausência de palavras, no silêncio causado pelo traumatismo do encontro: com a linguagem e com o sexual. O sujeito, diante disso, pode sentir-se despersonalizado, rebaixado a puro objeto que, na negação da falta-a-ser, ao invés de marcar-se o estofó no *ponto de capitão*, há um descarrilamento de significantes sem existir a metáfora. O corpo nas mãos do Outro, e não a localização de sua inscrição no desejo desse Outro, é que marca o arrebatamento. Tudo isso em função da ausência de um significante da Mulher, que não se reduz nem ao desejo nem ao falo e se situa nessa disjunção como ausência sem limites. Assim, a mãe, enquanto Outro na demanda de amor, se localiza para a menina como primeiro objeto de amor, primeiro objeto decepcionante e tem efeitos de inconsciente. Diante do gozo da devastação, uma inscrição, como uma letra, fica marcada na menina.⁸

Na ausência de limites com que o desejo materno é visto pela menina, ela fica situada na fantasia de complementaridade da mãe. Contudo, a menina se depara com a falta fálica da mãe que, mesmo transmitindo e permitindo uma inscrição fálica da menina, não lhe oferece uma identidade como mulher. Há um além do falo, não passível de significação, que fica como uma dívida para a identificação da menina, mas sobra como um excedente de gozo.

Para a teoria freudiana, o que se inscreve no psiquismo é a castração. O que não

⁸ Mais adiante retomaremos a questão da letra, segundo a teoria lacaniana, quando discutirmos sobre o traço unário.

é inscrito é que faz a dissimetria entre os sexos. Há mulheres que poderão denegar a sua falta com o *véu*, na crença de que seu pênis é pequeno, mas ainda vai crescer. Faz-se fálica, mascara-se, faz uma poliformia de identificações, tentando cobrir com uma tela a sua condição faltosa, que lhe deixa no vazio de inscrição. Essa posição fantasiosa da mulher fálica evidencia o resíduo da posição masculina que teve tomar no complexo edípico. Para tornar-se mulher, portanto, ela vive uma alternância entre a posição masculina e a feminina (TENDLARZ, 2002). As histéricas são bons exemplos disso. Ela crê não ser faltosa, mas, ao contrário, muito poderosa, completa, uma verdadeira sabe-tudo, apontando a falta dos outros. No entanto, se alguém faz o mesmo com ela, disso ela nada sabe dizer.

Na crença de ter um “pequeno falo” que um dia crescerá, a vagina permanece como lugar de ignorância no inconsciente feminino, denotando lugar de mudez quanto à distinção sexual, pois a crença não se efetiva. Essa falta de pênis é reconhecida não como lugar do sexo da mulher, mas como lugar de menos, de falta de representação. A castração exclui, portanto, o sexo feminino da inscrição inconsciente, porque, mesmo havendo a diferença anatômica, não há uma referência para sua condição no psiquismo. Já para o homem há o falo e, com isso, ele teme ser castrado. Sua existência, portanto, não é configurada como consumada, perdida, e, sim, como correndo o risco de o ser.

Como tentativa de buscar respostas para esse ser enigmático, em seu artigo sobre a feminilidade, Freud (1976 [1932]) elabora três saídas para a mulher diante da confusão em que ela se encontra com a catástrofe da castração e da identificação. A primeira seria a *recusa da sexualidade*, em que a menina não aceita seu clitóris como instrumento sexual diante do poderoso objeto fálico dos meninos. A segunda saída, então, seria pelo ‘*complexo de masculinidade*’ em que a menina se fixa na fantasia de que obterá um pênis. Por isso, constrói uma imagem de si como um homem. Tal saída

pode resultar na escolha homossexual. A terceira via seria a *'atitude feminina normal'*, a qual tem como uma via o ser mãe, no desejo resultado da dissolução edípica de ter um filho. Para isso, se relacionaria com um homem tendo um corpo próprio de mulher. Freud tenta configurar somente saídas fálicas para a menina, tal como no menino. Mesmo apresentando essas três vias, ele não se convence totalmente nem da última saída. Para ele, a mulher permanece, ainda, como um enigma.

Na perspectiva freudiana, ao desejar ter um filho, a mulher denegaria a castração, operando uma substituição do falo pelo filho. Então, ao demandar ter um filho, a mulher se confronta com a sua castração e pode ver no filho uma possibilidade de cobrir sua falta. Daí os inúmeros problemas que constatamos com o advento da maternidade. A mulher, na condição de mãe, reverá a mãe que teve, bem como a filha que foi. Ela, em condição de *falta-a-ser*, poderá assumir-se muito poderosa *tendo* a posse de um filho, ou ainda, ao contrário, poderá se ver impotente.

Ser mãe, portanto, diz muito do que ficou inscrito no complexo de castração e sobre como um dia, quando menina, foi vivenciado e enfrentado o encontro com a castração materna. Tendlarz (2002) atenta que cada mulher se situa na maternidade de um modo: aceitando-a, recusando-a ou procurando-a a qualquer custo. Tais modalidades nos mostram, principalmente nas patologias, como esse *re-encontro* com o real entre agente materno e bebê pode ser devastador para ambos.

1.3 A potência materna

Na teoria freudiana (LIMA, 2006), a questão sobre o que é a mulher se coaduna com a pergunta sobre o que é ser pai. A organização de uma teoria em torno do pai simbólico – agente de interdições na ameaça de castração que organiza e integra as

pulsões parciais – e do pai real – o pai morto de Totem e Tabu (FREUD, 1976 [1913]), o pai que goza – deixa em suspenso a questão da mulher e sua condição. Quem é ela, já que nada se pode saber do seu gozo ou descobrir sobre seu desejo? Freud tenta atrelar muito da condição feminina ao que escutava de suas pacientes histéricas, mas na teoria acabou se dirigindo mais à questão do pai. Sobre o menino, discorre bem a respeito da dissolução edípica, mas, para a menina, há um esforço enorme que, no entanto, não traz grandiosas respostas. Resta-lhe ainda a dúvida em torno do feminino.

André (1994) acredita que a menina não se assujeita totalmente à metáfora paterna. Para o autor, parte da lei, na menina, fica fora-da-lei, em detrimento do pré-edípico que ela *transportou, desdobrou* da sua relação primeira com a mãe para o pai e, quando mulher, poderá repetir esse transporte para outro homem, como o retorno de resíduos de sua relação pré-edípica. Então, a metáfora paterna existe, mas em relação à metonímia existente no deslocamento primevo da mãe para o pai, transferindo e assim repetindo, com o pai, algo do contato com a mãe.

Lima (2006, p. 47) esclarece que a expressão freudiana '*Überschreibung*', "transporte", significa sobrescrita, rasura. A escrita primitiva fica marcada, é insistente, resiste, mesmo que depois venham outras inscrições, como o Nome-do-Pai que fará *rasura* sobre a primeira inscrição, sobre o gozo que insiste. A primeira relação mãe-menina ficará como uma marca indelével, deixando um resto que permanecerá em relações posteriores. É algo que escapa à simbolização, na forma de um gozo sem representação e, por isso, permanece enigmático no ponto em que a menina se submete à mãe e se põe como objeto de gozo para ela.

Ser mãe é uma saída fálica porque deixa em aberto a questão sobre a mulher, que é falha, faltosa. A equivalência 'ser mulher é ser mãe' não condiz, portanto, com a realidade. Há um impasse, um hiato, entre essas duas posições. A maternidade se

configura como herdeira dos impasses da relação da menina à mãe e à castração feminina, mas não quer dizer que ela faz uma mulher.

Diante da rasura, sobrescrita na formação do inconsciente de um sujeito, a parte que escapa à representação, sob a forma de gozo, pode se configurar como a morte. Freud (1976 [1900]) supõe que uma face da mãe se encarna na morte. Ao relatar sonhos que evidenciam a potência materna no inconsciente, Freud relata que do corpo da mãe sai o alimento, mas dele também sai a morte, pois é ela que tem nas mãos a decisão do destino do ser, tal como o vaso nas mãos do oleiro. De uma lembrança infantil, Freud (1976 [1900]) conta:

Quando eu tinha seis anos de idade e recebi de minha mãe as primeiras lições esperava-se que eu acreditasse que éramos todos feitos de barro, e, portanto, ao barro deveríamos retornar. Isso não me convinha e expressei dúvidas sobre a doutrina. Ao que então minha mãe esfregou as palmas das mãos e me mostrou as escamas enegrecidas de epidermis produzidas pela fricção como prova de que éramos feitos de barro. Meu assombro visual não teve limites, e eu aceitei a crença que posteriormente iria ouvir expressa nas palavras: “*Du bist der Natur einen Tod schuldig*” (“Deves à natureza uma morte”) (p. 209).

No início, o ser nas mãos da onipotente mãe nada é mais que barro. É ela quem decide pela vida do ser. A mãe traz a simbolização, por meio de seus atos que inserem esse pequeno sujeito na vida, mas traz também o que há de resto não representável, ponto que configura o lado da morte. A sua face enigmática no silêncio aparece como interditora, não nomeável e deixa a criança pequena num vazio sobre o qual ela pode vir a perguntar o quê, afinal, esse Outro materno quer. Que desejo é esse? O mutismo da mãe na ausência de palavras configura o que do feminino fica fora do alcance das palavras. Enquanto interdito, a mãe fica fora da cadeia discursiva, só sendo encontrada na morte, que se relaciona ao ponto enigmático da mulher, que se situa na zona de silêncio.

A feminilidade (LIMA, 2006), então, deixa uma face de não-sabido, enquanto a maternidade, ao colocar uma distância entre o não-sabido e o saber, não consegue, entretanto, tamponar esse não-saber, ainda que sua fala seja repleta de significações. Por isso, não há identidade entre feminilidade e maternidade. Há uma disjunção, um buraco entre elas, um ponto que é irreduzível nestas diferentes posições que são impossíveis de se igualar. Se há equivalência, o funcionamento paterno não pode se garantir, porque se uma mulher tem a certeza de que sendo mãe ela ficará completa, ao obturar sua falta colocando a criança num lugar de mero objeto de gozo, a criança correrá o risco de ser engolfada por essa super mãe-insaciável e devoradora, revelando essa condição em seu funcionamento subjetivo. A mulher que tem essa crença está operando num espectro ilusório, sob o viés imaginário e, como todas as mulheres, evidencia a sua versão para o feminino, para o que é ser mulher e mãe.

Sobre a posição da mãe, Miller (1996, pg. 200) explica que “é preciso que a criança não sature para a mãe, a falta em que se apóia o seu desejo”, ou seja, a mãe que permite o surgimento de um sujeito de desejo é também mulher e não dispensa tudo em função do bebê. Para o autor, a criança também tem uma condição de não-tudo e não deve ser tudo para a mãe, quer dizer, “o desejo da mãe deve se dirigir para um homem e ser atraído por ele. Portanto, isso exige que o pai seja, também, um homem”.

Para Soler (2005), a feminilidade deriva de seu ser castrado, donde haverá a possibilidade de dirigir-se ao amor de um homem, originado no Édipo – em que a constatação de sua falta fálica a fez dirigir-se ao pai. A menina procura suprir sua falta buscando preenchimento naquele que tem o falo. Assim, a mulher se faz de falo para o homem, colocando-se como objeto ao que falta ao parceiro. Contudo, a autora sublinha que não há como saber se as vias dos inconscientes consentem com isso.

O fato de Freud ter deixado apontada a questão sobre o que afinal uma mulher

quer mostra que ele não faz ligação biunívoca entre maternidade e feminilidade, mas aponta aí apenas uma via, mesmo que ele não saiba qual é ou quais são as outras. Tendo isso em vista, a castração aponta também para a não complementaridade entre mãe e mulher e entre mãe e criança, evidenciando uma disjunção em que não podem existir relações totais, sendo isto uma mera ilusão, já que somos seres castrados, marcados pela falta, desde os primórdios de nossa constituição subjetiva.

1.4 A mulher e a mãe: Outra

Durante um bom tempo, inúmeras foram as explicações para os problemas da infância. A mãe, segundo muitos pós-freudianos, foi culpada por exercer uma relação objetual, permeada de falta ou excessos. A mãe era figurada como ilimitada, onipotente, produtora de suas próprias leis. Com a teoria da função paterna (SOLER, 2005, p. 88) houve, então, a primeira limitação de gozo da mãe, substituindo-se a legitimidade do amor paterno pela falta do amor materno.

Lacan invocou a mulher, nesse contexto, situando-a como desejante, para além do amor de um homem ou da função materna. Ele situou a mulher numa posição de Outro, num lugar de alteridade, não ocupada com o filho nem com o homem, mas barrada, Outra. Ele divide a mãe entre aquela de quem se fala, como objeto do filho, e a mãe que fala, como sujeito desejante, barrado. Para Lacan, o desejo da mãe, limitado, é a evidência do desejo da mulher na mãe. Como ela está sob a implicação da metáfora paterna, a mãe fica dividida entre o homem e o filho. Lacan (1992 [1969-70]) lembra que a bocarra do crocodilo não se fecha engolindo o filho; a operação da metáfora paterna está ali impedindo que a boca se feche.

Há casos em que a boca da mãe se fecha: no infanticídio, no abandono, quando a

mãe aparece como toda, como A Mulher, num gozo sem limites. Essa posição da mulher exclui a criança de sua série psíquica, pois se situa num alhures insondável. A mãe, segundo Laurent (2003), não é a suficientemente boa, pois ela pode ser “suficientemente má”. A mãe deve ser a que faz obstáculo à mãe ideal tornando-se, assim, essencial. Isto é o preciso.

Segundo Soler (2005),

a mãe é genitora e parturiente, é um ser corporal, mas é tampouco impossível negar que a reprodução dos corpos é inteiramente ordenada pelos discursos. A relação analítica diz respeito à emergência do sujeito e à marca que ele recebe do Outro, sem deixar de ignorar os cuidados que o organismo requer no nível das necessidades vitais (p.92).

A autora concorda com Lacan sobre a dimensão do agente materno como uma função Outra, que se situa entre o dual mãe-filho.

Os desvios da maternagem indicam a que ponto a divisão da mãe e o lugar que ela concede ao filho podem ser determinantes. Como vimos, Freud formulou, no complexo de castração e na angústia decorrente dela, como, na castração da mulher são geradas as respostas sintomáticas do sujeito. Daí a presença da mãe como Outro do filho na fundação do desejo gerado na falta, com a castração e o objeto que lhe é correspondente na fantasia. A mulher, enquanto mãe, pode fazer de seu filho um objeto da sua fantasmática. E ele, num segundo tempo, para marcar sua diferença singular, poderá se separar dela, barrando-a, vendo que nessa mãe, Outra, há algo que falta, que não preenche tudo, só quase.

A divisão entre mãe e mulher se evidencia quando, por intermédio do filho, a mãe recupera o objeto de sua falta, aparecendo como fálica; já a mulher, com o consentimento da castração, dirige sua libido para o homem. A mulher tem que ser desejante para além da maternidade, inclusive para poder limitar a voracidade materna que se localiza como Outro primário, tornando-a *não-toda mãe*. Isto está implícito na

metáfora paterna, em que o desejo materno é barrado pela lei paterna, o que resulta na produção de um sujeito X desejante. É o *desejo outro da mãe*, para além do materno que permitirá ao filho ser introduzido na angústia/desejo de castração, permitindo a ele identificações até o momento em que poderá se separar e, assim, limitar a mãe.

O agente materno, no processo de constituição de um sujeito, localiza-se como Outro primário, aquele que introduz um ser na cultura, localizando um campo simbólico de desejo e de lei. No entanto, esse agente materno pode também se localizar como Outro absoluto, sem lei. Existem muitas versões para ser mãe e mulher e, além disso, não se sabe qual é a relação do sujeito com a alteridade. A mulher que permanece só como mulher e não se coloca como mãe marca uma enorme diferença para seu filho. Ela se torna indiferente, não se presta a oferecer nada ao filho. Deixa-o num vazio de significação. Com a inscrição fálica, o pequeno sujeito pode se situar, mas sem isso, corre o risco de ficar perdido sem o desejo materno que permite sua fundação. Ou, fora a morte, será que a criança fica marcada maciçamente com o não-dito? No real, como Outro absoluto? Na falta do Outro simbólico?

Soler (2005) denomina certos atos do agente maternante como *nocivos* ao filho. De um lado, a mãe aparece ocupadíssima com a criança, e esta criança, refém de sua fala e de seu discurso, vê uma mãe em demasia, no excesso. De outro lado, pode haver a mãe nada ocupada com a criança, deixando o filho abandonado. Esta é a mãe que só é mulher. No caso da menina Nádia, apresentado por Rosine Lefort, podemos evidenciar esta nocividade? Será que é pelo fato de ter havido a ausência do Outro primário que ela fica num abandono subjetivo? Com Soler, podemos pensar que sim. Quando há o abandono subjetivo, falta o significante do gozo, o falo. A criança não sendo falicizada, libidinizada, não é inserida num campo de desejo subjetivo. Corre-se o risco, então, de ela nem chegar ao terceiro tempo pulsional, quando o pequeno sujeito se faz para o

Outro, na medida em que este um dia a desejou inserindo-a no gozo, como falo.⁹

É por seu ato de fala que a mãe deixa sua marca, na maioria dos casos. No “*Seminário 20, Mais, ainda*”, Lacan (1982 [1972-73], p. 201) escreve sobre *alíngua*: que não diz só da língua regional, mas antes, diz da língua privada da mãe e seu pequeno prematuro, a língua do primeiro corpo-a-corpo, cujas palavras deixam marcas pelo gozo que encerram como efeitos do inconsciente.

A mulher, ocupando lugar de agente materno, é aquela que suporta as demandas, que se situa entre o pai e o apelo do filho. Diante da sua vivência de castração, a mulher vivencia os enigmas que envolvem a feminilidade, entre ser mulher e mãe. A mulher se desdobra entre ser *toda* e *não-toda* fálica, se situa entre o masculino e a inconsistência do feminino, sendo que entre essas posições, há o real, limite impossível de se escrever.

Na sua falta fálica pode fazer de um ser um sujeito, colocando-o como falo. Lima (2006) lembra que a criança, segundo Lacan, pode também ser colocada na fantasia da mãe como objeto *a*, objeto causa de seu desejo, que pode se localizar numa posição de gozo imperceptível, lugar de objeto *mais-de-gozar*¹⁰. A mulher como mãe, enquanto dragão de um tempo primordial, permite ao gozo ousar a máscara da repetição (LACAN, 1992 [1969-70], pp. 73-74). É ela que ensina o pequeno sujeito a gozar. Ao fazer dele um sujeito marcado pela pulsão e não como ser de necessidades, o insere no circuito pulsional que confere a satisfação no seu movimento de curto-circuito, na repetição que só é máscara do que teria havido.

A mãe, mulher, se apresenta ao filho, portanto, como *Outro simbólico* que inscreve o traço unário¹¹, marcando o sujeito com um significante primordial que o

⁹ Mais adiante falaremos sobre os movimentos pulsionais.

¹⁰ O termo *mais-de-gozar* refere-se ao objeto *a*, descrito por Lacan como o objeto perdido, inalcançável, mas que marca a movimentação do sujeito em sua busca pelo reencontro com o objeto de satisfação outrora perdido. É ele quem gera o desejo, enquanto falta. (Mais adiante discutiremos melhor sobre esse objeto *a*).

¹¹ Traço Unário é o primeiro significante com que o sujeito se identifica, tornando-se ele uma referência

permite entrar na linguagem; por outro lado, essa mãe, enquanto agente primordial, pode também se situar como *Outro absoluto*, quando algo fica perdido no inapreensível e permanece indizível, só como elemento pulsional, como pela voz. Soler (2005) nos fala que,

Algo fica no tropeço, no além dos ditos, através de suas contradições, seus equívocos, tudo o que a mãe não diz, mas dá a entender aos ouvidos atentos do jovem sujeito, de um desejo indizível que neles se deixa ler, enquanto a opacidade do gozo mais se deixa surpreender em cenas furtivamente vislumbradas.

A criança tentará decifrar esse enigma que é mãe colocando-se ora nesse lugar, identificando-se, ora na interrogação do que será esse Outro materno. Ela buscará encontrar a tradução de sua existência, bem como o que ela é para esse Outro.

Vamos, então, partir para a discussão sobre esse pequeno sujeito e sua constituição.

2. A constituição subjetiva

Tal como o oleiro, a *mãe-Outro*, trabalha sobre a matéria-corpo pegando, amassando, modelando o ser na formação de um sujeito¹². A palavra, o significante, a letra são as linhas primordiais que localizarão limites ao ser, estabelecendo um “dentro” e um “fora” correspondente ao corpo e ao meio. No entanto, estes estarão sempre em pleno movimento, sendo difícil, por isso, separar e definir o que é de dentro e o que é de fora. É a linha do barro que faz do vaso um vaso, superfície que divide o dentro e o fora,

ao funcionamento psíquico, na medida em que ele faz uma marca que localiza o sujeito. (Voltaremos a esse ponto no item seguinte).

¹² Cabe esclarecer que não se desconsidera o fato da condição orgânica da criança também incidir sobre a erotização corporal que a mãe imprimirá ao organismo. Obviamente um organismo que não esteja íntegro causará efeitos sobre a construção do corpo erógeno, pela mãe. De todo modo, é preciso esclarecer que esta ou qualquer outra condição do neonato produzirá efeitos, mas, cabe lembrar, esses efeitos guardarão sua consistência a partir do imaginário materno.

circunscrevendo o que não havia antes: o nada, o vazio. Ainda assim, esse vaso permanece contendo esse vazio. A constituição do sujeito se assemelha ao vaso, porque ambos circunscrevem o vazio. Lacan (1997 [1959-60], p. 153) afirma que “o oleiro cria o vaso em torno desse vazio com sua mão, o cria assim como o criador mítico, *ex nihilo*, a partir do furo”.

É o significante que inscreverá a linha, como no vaso, que fará corte essencial no ser, trazendo-o à vida como sujeito marcado pela linguagem. O agente materno é o primeiro representante regulador do gozo, introduzindo o filho em sua demanda que o alienará à sua oferta. Há em seu discurso uma duplicidade, pois ela faz uma oferta através de sua própria demanda. Há uma troca no querer. Nisto, a mãe promove a alienação com a sua resposta.

O agente materno age submetido a um campo especificável pela ordem simbólica, em que concatena sua fala, e pela sua dimensão imaginária, com a qual cria uma imagem para o *infans*, organismo real. O *infans* é convidado, seduzido a existir como sujeito¹³. É preciso que o ser consinta ao saber desse agente primordial de cuidados renunciando ao seu estado de puro organismo para viver. Mas, será que a mãe, Outro primário, é uma deusa que fatalmente decidirá o destino do ser em suas mãos? Sauret (1997, p. 51), recorrendo à Lacan, alerta: há a insondável decisão do ser! Porque o sujeito não é a resposta à psicologia de seu pai ou de sua mãe, mas ao tipo de Outro com o qual se confronta, com o que lhe faz alteridade, independente da atenção e esforços pedagógicos deles. Felizmente, não há uma equação para o resultado de um sujeito, a partir do determinismo: tipo de pai mais tipo de mãe é igual a certo tipo de filho. Há quem se queixe, por exemplo, em ser amado demais, outros de menos... Há

¹³ Veremos posteriormente, quando discutirmos sobre os movimentos pulsionais na constituição subjetiva, como o ser pode ficar situado num local de alienação tal que pode permanecer num estado em que não conseguindo se separar das determinações do Outro primordial, se situa como um ventríloco.

um ou vários pontos que não se equivalem ao pai ou à mãe e que demonstram a singularidade do sujeito e suas versões do Outro. Lacan¹⁴ comenta sobre a *incompatibilidade feto-maternal* evidenciando que, assim como não há um casal constituído de dois corpos que fazem um todo, num encaixe pleno, a criança também não é uma parte da mãe como uma unidade beatífica.

Em sua relação primeira com o Outro, o *infans* vivenciará a ilusão mítica de um tempo de gozo pleno, em que a satisfação só será localizável num segundo momento, quando se pressentir uma falta. A posição da mãe neste momento é o de franquear esse gozo. No *Seminário 17, o avesso da psicanálise*, (1992 [1969-70]), Lacan explica que a mãe permite, com o gozo, a ousadia da máscara da repetição: lendo, como significantes e estabelecendo o sentido do texto orgânico do filho, ela o ultrapassa, antecipando um sujeito, ao mesmo tempo em que estende, instala e atribui à criança a posição indeterminável de um sujeito de gozo:

Não se trata apenas de falar das interdições, mas simplesmente de uma dominância da mulher na condição de mãe, e, mãe que diz, mãe a quem se demanda, mãe que ordena e institui ao mesmo tempo a dependência do homenzinho. A mulher permite ao gozo ousar a máscara da repetição. Ela aqui se apresenta como o que é, como instituição da mascarada. Ela ensina seu pequeno a se exhibir, ela conduz ao mais de gozar porque mergulha suas raízes, a mulher, como a flor, no gozo mesmo. Os meios do gozo são abertos pelo seguinte princípio – que ele tenha renunciado ao gozo fechado e alheio, à mãe (pp. 73-74).

É preciso fazer viver o organismo, mas, sobretudo, organismo a ser civilizado e subjugado aos usos prescritos da mãe, que empresta sua voz aos primeiros imperativos de regulação e contenção. Ela policia o corpo da criança. Com a linguagem, uma demanda se articula. Esta é a única maneira de permitir que esse corpo seja “corporalizado de maneira significante” (SOLER, 2005, p. 92).

O agente materno, ao agir cobrindo os orifícios do ser, respondendo às suas

¹⁴ LACAN, J. *Seminário 15, O ato psicanalítico*, 1967-68, inédito.

necessidades vitais e franqueando o gozo, acabará por instalar uma alienação plena no estabelecimento de uma alternância ritmada de tensão e apaziguamento que só será desfalcada quando houver defasagem ou antecipação que faça lacuna nesse ritmo (VORCARO, 1999, p. 60).

É o agente materno que agencia a máscara da repetição do gozo, ou seja, permite e transmite a simulação do gozo absoluto no gozo possível. Desse modo, a mãe engendra a linguagem como também ensina a repetição. É ela que ordena, manda, demanda e institui a dependência do seu filho que, ao renunciar ao seu estado de ser, se coaduna à mãe. A repetição é máscara do que teria havido, ela é o próprio gozo e é a mãe que incitará a simulação dessa repetição (VORCARO, 2003, pp. 215-223), na medida em que se coloca como instrumento de vivência de satisfação para o *infans*, ao constringir o gozo através do acolhimento que decide sua significação. Desse modo, há o *assujeitamento do ser* (LACAN, 1988 [1964], pp. 178 e 194) ao agente materno, que o convoca à subjetivação. O *infans*, portanto, só surge como sujeito caso se coloque como assujeitado, tal como nos afirma Nina Leite (2000):

Não se trata de introduzir aqui duas línguas diferentes, mas de indicar dois registros inarredavelmente enlaçados em qualquer ato de fala, e mais ainda, de ressaltar que a instância interditora se sustenta da mesma materialidade que tece o gozo ao qual se renuncia: o significante. Pois se o significante é o que faz alto ao gozo, é também o que, primeiro, faz o gozo. Se não fosse assim, aliás, como entender que o significante interdita o gozo, se com ele não tivesse nenhuma intimidade?(p. 44).

Os objetos conferem, neste tempo mítico, uma satisfação plena, em não há diferença nem descontinuidade, dois estados se recobrem, portanto se equivalem. Lacan (1995 [1956-57], p. 186]) elucida que nesta relação dialética do objeto se tem a base

da relação do sujeito com o par presença-ausência, relação com a presença sobre o fundo da ausência, e com a ausência na medida em que esta constitui a presença. A criança aniquila, na satisfação, a insaciabilidade fundamental dessa relação. Sufoca aquilo que se origina da relação fundamentalmente simbólica.

É com o surgimento da hiância entre esses dois termos, num segundo momento, que a criança ficará privada da satisfação do mítico gozo pleno e localizará a falta. Ela entra no jogo através do apelo, no grito que emerge do furo no ritmo, se colocando como substituto do termo que viria.

O agente materno, mesmo instalando essa alternância ritmada na tentativa de responder às necessidades do ser, acaba por instalar, também, a alteridade com a qual é marcado, pois a mãe já está submetida à linguagem e à lei significante, ou seja, a dimensão do Outro. Nessa relação *pré-subjetiva* há uma defasagem, um desencontro entre o agente materno e a criança, de modo que eles não se completam. A mãe não cobre tudo o que falta à criança, e não é mesmo possível cobrir todas as arestas. Há, então, uma defasagem temporal.

2.1 O recalque originário e o surgimento do sujeito da pulsão

Com a hiância acidental surgida entre os termos alternantes presença-ausência, no adiamento ou na antecipação de um dos termos, o desencontro entre agente materno e criança é marcado pelo equívoco de suas posições nesta defasagem temporal. Diante disso, a criança opera fazendo uma substituição do termo que viria na alternância, pelo grito. Ela não sabe o que viria e, no entanto, apela com a falta. Nessa medida, o encontro faltoso é pontuado e fisga o ser antes mesmo dele conseguir figurar o que escapa à sua apreensão. Neste ponto *pré-subjetivo* marca-se o início do funcionamento pulsional regido pelo princípio do prazer. Há o recalque originário, a instalação do traço unário e a formação do inconsciente. A temporalidade e o traço se situam numa tentativa

de estruturar a falta com a repetição.

2.1.1 O objeto perdido

No *Projeto para uma psicologia científica* (1976 [1895]), Freud considera o aparelho psíquico (ψ) a partir da noção de quantidade (Q). A tendência do organismo seria a de tentar manter a inércia de certa quantidade interna, que varia devido aos estímulos externos, percebidos na periferia do sistema ψ , e endógenos, vindos do núcleo do sistema ψ . Qualquer aumento da quantidade seria tomado como desprazer, então, a tendência seria a de tentar eliminar essa quantidade, a fim de retornar ao repouso. Freud percebe que, na verdade, o organismo possui uma quantidade interna, uma verdadeira “mola pulsional” do mecanismo psíquico, o que torna complicado conseguir eliminar essa quantidade para obter a satisfação. Quando o bebê sente fome, por exemplo, o organismo se esforça no sentido de eliminar o estímulo desagradável por meio do grito. Contudo, somente por meio de ajuda alheia, numa atenção específica, é que o organismo poderá obter êxito na eliminação do estímulo, através de uma mudança exterior, como a provisão de alimento e a conseqüente saciedade. Com isso, o organismo pode eliminar o estímulo endógeno e vivenciar a satisfação.

Este processo de eliminação de quantidade dos estímulos externos e endógenos, com a intervenção e a conseqüente satisfação, estabelece trilhamentos dos caminhos percorridos no sistema ψ . Ocorre não só a formação das facilitações (*Bahnungen*) entre os neurônios ψ do núcleo e os neurônios ψ do manto, como também os próprios neurônios ψ do manto estabelecerão facilitações entre si. Freud formaliza, assim, a lei de associação por simultaneidade, que constitui o fundamento das ligações entre os neurônios ψ em deslocamentos e condensações.

Quando há o ressurgimento do estado de urgência, o fato de já ter ocorrido uma facilitação entre os neurônios reativa, no sistema do núcleo ψ , o que ficara marcado. A primeira maneira de reativar é por meio da percepção do objeto sob a forma de alucinação. Com a ativação do sistema reflexo e a não satisfação efetiva, o organismo cai em desilusão. Essas facilitações criadas permitem que o organismo percorra certos trilhamentos (*Bahnungen*) na presença de estímulos. Com a constância do movimento pulsional, o ser precisa armazenar Q, de modo que ele possa atentar para o mundo externo a fim de obter a ação específica que garanta a satisfação. Independente do objeto percebido, o aparelho psíquico perseguirá a imagem de movimento que corresponde ao prazer proporcionado pela vivência de satisfação.

O objeto de satisfação, como também o objeto hostil, será localizado no Outro primário como o objeto da ajuda específica. O complexo de percepção do sujeito se divide entre o que permanece constante, como *Coisa*, inassimilável, e entre o que pode ser rastreado com as facilitações. Esse objeto que marca e, no entanto, não é localizável, é o *das Ding* freudiano, estrutura constante, estranho exterior, pertencente aos estados de desejo e percepção, em que as representações do sujeito estão sempre em torno. Apesar de ser inassimilável, *das Ding* serve de referência para o desejo, na medida em que permite ao aparelho atentar para o mundo das percepções.

Enquanto vazio, furo na subjetividade, funciona como índice de exterioridade, porque é estranho e pode ser até hostil. O objetivo de obter a ajuda alheia é reencontrar o objeto de satisfação perdido. A questão é que o objeto já nasce perdido, não sendo possível, assim, reavê-lo. Não existe um objeto pleno que satisfaria a pulsão, esse objeto primordial é mítico. O que é encontrado são as coordenadas de prazer e nunca o objeto, só *die Sache*, enquanto objeto passível de ser representado. No *Seminário 7, a ética da psicanálise* (1997 [1959-60]. p. 69), Lacan localiza esse *das Ding* como o Outro

absoluto do sujeito.

Na operação de constituição do sujeito como marcado pelo significante, esse sujeito se inscreve no campo do Outro, mas nem tudo é inscrito. Há um resto nesta operação, nomeado, nesse momento, por Lacan, como objeto *a*. Ele não é apreensível e nem significantizável, não pertence ao campo do Outro e nem do sujeito. Ele é a causa real e indizível do sujeito. Ele é o objeto que escapa à simbolização, mas é fundamental para permitir emergir um sujeito de desejo. Esse objeto pode ser localizado como ponto real que insiste ou, como Lacan (2008 [1968-69]) especificará anos mais tarde, mais-de-gozar, excedente de gozo que circula sem se computar, tal como a mais-valia de Marx, fora do sujeito e de seu corpo.

Em *Nota sobre a criança* (2003 [1969]), Lacan afirma que a criança pode ocupar lugar de objeto no fantasma da mãe, na medida em que é posicionada de modo a saturar o que lhe falta ou a ocupar uma posição sintomática, revelando a verdade do par parental. No processo de subjetivação, é atribuído pelo Outro à criança um lugar e uma significação. A criança acaba por se alienar e a funcionar nesse lugar. Segundo Vorcaro (1999, p. 67), é importante discutir o início da constituição do sujeito quanto ao sintoma e ao fantasma, tentar localizar a encarnação da criança no fantasma, bem como o que ela cifra na operação de formação de sintoma. A autora explica que o sintoma é uma cifragem simbólica, um enigma que demanda por interpretação, e o fantasma incide como o que escapa a essa cifragem no real, funcionando como o que falta no campo significante. A intervenção visaria permitir à criança se situar para além das determinações do Outro, aludindo a uma significação singular.

2.1.2. O traço unário

Lacan (1988 [1964]) nos lembra que:

Antes ainda que se estabeleçam relações que sejam propriamente humanas, certas relações já são determinadas. Elas se prendem a tudo que a natureza possa oferecer como suporte, suportes que se dispõem em temas de oposição. A natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão as estruturas, e as modelam (p. 26).

O Um é o Outro (LACAN, 1961-62 – inédito). É ele que marca a diferença ao constituir o significante primeiro. Distinto do signo – que representa alguma coisa para alguém sob a forma mais elementar de subjetividade – o significante é a marcação de uma diferença. A primeira coisa que ele faz é apagar a coisa relacionada com o signo. O traço unário os abole. É o significante que introduz a diferença no real, não importando se há uma identidade de semelhança. O traço unário importa por ser uma marca que distingue, mesmo que o sujeito não saiba o que ele é. Este apagamento das distinções qualitativas está aí para nos permitir captar a alteridade radical designada pelo traço, e pouco importa se cada um dos traços se pareça com o outro.

Segundo Lacan (1961-62 – inédito), o traço único (*Einzigster Zug*) em todo significante tem em comum o fato de que há esse suporte como unicidade. É a partir desse traço Um que o sujeito pode se desenrolar, porque todos os outros dependerão deste primeiro significante.

Lacan se refere à Robson Crusoe na ilha para ilustrar como o sujeito surge ao deixar sua inscrição. Crusoe, caminhando pela ilha, se depara com uma pegada; constata que não está só, mas, para comprovar que aquela pegada não é a sua e, sim de outra pessoa, ele a apaga e demarca o lugar com uma vareta que indica, para ele, que ali houve uma pegada. Quando essa marca de pegada é apagada e o lugar é cercado, há o surgimento do sujeito. Por quê? A indicação do lugar onde ele encontrou a marca é o nascimento do significante. Aquele signo foi rasurado com a inscrição de um traço. Mas, uma vez constituído o significante, há dois outros antes. A pegada indicada pela

marca é transformada em leitura na medida em que alguém faz uma inscrição sua sobre o signo, rasurando-o. A pegada, ou seja, o traço é transformado em seu negativo pelo apagamento, numa inscrição.

O traço nomeia por seu nome próprio. A função do traço unário é fazer aparecer a gênese da diferença numa operação que promove a repetição destacada, não do símbolo, mas da entrada no real como significante: diferença absoluta. A função do nome próprio pelo significante amarra algo onde o sujeito se constitui. Por isso, o *significante representa o sujeito para outro significante*.

A função do traço unário reside em assegurar a repetição. Com a instauração do traço unário, o sujeito quer repetir a experiência de satisfação que obteve na resposta do Outro, na volta que deu e não percebeu. A relação típica do sujeito constituído pelo significante é o único suporte possível daquilo que é para nós a experiência de satisfação. O automatismo da repetição faz insistir alguma coisa que é do significante, pois foi ele que marcou um instante de satisfação.

A distinção da palavra do nível pré-verbal, signo, à linguagem está justamente no fato da emergência da função do significante. O traço unário é o instrumento da identificação do sujeito. O traço unário é “o rosto sem véu do *Einzigster Zug* da identificação”, aponta Lacan, em referência ao termo usado por Freud para qualificar um tipo de identificação (LACAN, 1961-62 – inédito). Na identificação, há certo abandono ou perda do objeto no qual o *eu* se identifica, copiando o objeto amado ou o não amado. Esse processo de identificação tem plena relação com a estrutura do simbólico.

Neste ponto arcaico, onde um significante é cunhado, supõe-se a origem do inconsciente. Quando o sujeito fala, recorre aos enunciados que estão em referência à enunciação de algo que ele não sabe, sendo, na verdade, em princípio, o nada. O

inconsciente é esse lugar onde há a fala pelos efeitos de retroação do significante; o sujeito é isso que se nomeia da leitura que faz do traço unário aquilo que designa a diferença absoluta. A relação que o inconsciente efetua na repetição com o que é percebido tem relação com o que falta e sempre faltará. Nessa falta marcada, o objeto é perdido (o objeto *a*). O sujeito não saberá nunca qual foi o objeto mítico de sua satisfação. O que ele terá à mão será apenas o novelo, aquele do neto de Freud no *fort da* (em *Além do princípio do prazer*, texto de 1920), o objeto transicional (cunhado por Winnicott), o objeto *a* (de Lacan).

A repetição no inconsciente é a procura da unicidade significante original para sempre perdida. Isso se joga antes mesmo que o sujeito se dê conta. Ele repete sem saber, saindo de sua imanência vital. Há a privação real de um objeto simbólico. O sujeito se engana, crendo que existe um objeto pleno que trará satisfação e, mais ainda, que ele se encontra no Outro. Essa privação não acontece pelo interdito, mas pelo não-dito. Há primeiro o nada, o vazio (-1) em que o sujeito não é subjetividade. Na volta não contada entre desejo e demanda do Outro, é que se marca a privação do sujeito, privação na coisa. Brousse (1997) assinala que,

de certa forma, S1 – S2 é uma representação de demanda do Outro. A consequência é a efetuação do sujeito como um resultado do processo significante, como uma significação da demanda do Outro. O sujeito é definido através do significante da demanda do Outro (p. 125).

O traço unário é, portanto, inscrição de um significante que marca a diferença fundamental, retirando o ser de sua condição de pura necessidade, inserindo-o no campo do Outro, da linguagem; ao se referenciar a um ponto de diferença que se exclui, o ser posiciona-se num conjunto fechado em relação ao enxame de significantes. Será a resposta do agente materno a um movimento da criança, S2 como resposta ao S1, que este S1 poderá ser marcado. Portanto, o choro só ganhará estatuto de apelo (S1) quando houver a resposta do agente materno (S2) que confira uma satisfação, de modo a marcar

uma pulsação que diz o quê o choro pode significar. É, então, por meio do ato que intervém que haverá a promoção da satisfação.

Sobre essa marcação do traço unário, Lacan (1988 [1964]) explica,

o traço unário, o próprio sujeito a ele se refere, e de começo ele se marca como tatuagem, o primeiro dos significantes. (...) A conta é *um*. Assim se marca a primeira *esquize* que faz com que o sujeito como tal se distinga do signo em relação ao qual, de começo, pôde constituir-se como sujeito (p. 135).

A emissão do grito marca aquilo que não se sabe, foi perdido, mas é sentido como buraco que rompeu com a alternância do mítico gozo pleno. O grito é elevado à função significante e surge como demanda de uma urgência indizível. É no traço unário que o sujeito irá se identificar ao gozo na repetição. Há agora um empuxo de retorno ao gozo pleno. O sujeito surge do estabelecimento do S1, surgido no traço unário que traz consigo arrastado o S2, representando a perda do objeto e a marca da instalação da função significante. O princípio do prazer começa a funcionar a partir dessa perda do gozo pleno, marcando picos de necessidade e de satisfação, operando ora a favor da vida, ora a favor do inanimado. Mas, para poder obter o gozo perdido, o sujeito passa a agir em busca do reencontro com o objeto, por isso caminha na repetição a fim de conseguir obter aquela suposta satisfação primeira com o gozo. É ele que agora é objeto e está submetido à linguagem. Precisa do saber do Outro para obter os caminhos do gozo.

Para Lacan (1961-62 – inédito), o traço, além de ser distinto de um signo, pode ser localizado como letra, essência do significante. O traço, se equivalendo à letra, denota o nível mais arcaico e redutível, simples e elementar. O autor anuncia que a letra pode ser transmitida, pois é efeito do discurso e, por isso, pode-se fazer rasura, desaparecimento. A letra comporta uma face não-significante do significante e tem a ver com o gozo, o que permite que gozo e escrita se amarrem. Esta letra inscrita marca o

sujeito, que mesmo fazendo outras escritas sobre essa primeira, ficará marcado com esta para sempre.

Segundo Soler (2005), o filho inicialmente se oferece aos engodos da sedução para realizar o que os ditos e condutas da mãe deixam entrever do objeto de seu desejo. Nesse processo, Lacan (1998 [1960]) elucida que a mãe é elevada à potência simbólica, detentora dos poderes da fala, de tal forma que o seu “dito primeiro decreta, sentencia, legifera, é oráculo, confere ao outro real sua obscura autoridade” (p. 822).

O Outro deixa uma marca na memória, na qual reencontramos a voz, às vezes devastadora e persecutória de suas palavras, seus imperativos e seus comentários inesquecíveis. É a isso, talvez, que Lacan (1998 [1985], p. 10) se referisse ao teorizar sobre *alíngua* enquanto algo falado por alguém e escutado por um outro que, na sua particularidade, vai revelar tal marca, posteriormente, nos sonhos, num tropeço ou em qualquer outro tipo de fenômeno linguageiro. E a criança, ao começar a esboçar suas primeiras palavras, antes de qualquer frase provará que,

há algo nela, uma peneira que se atravessa, por onde a água da linguagem chega a deixar algo na passagem, alguns detritos com os quais ela vai brincar, com os quais, necessariamente, ela terá que lidar. É isso que lhe deixa toda essa atividade não-refletida – restos aos quais, mais tarde, porque ela é prematura, se agregarão os problemas do que a vai assustar. Graças a isso, ela vai fazer a coalescência, por assim dizer, dessa realidade sexual e da linguagem (p. 11).

É o Outro que permite a entrada do ser na vida, com a marcação fundamental de um significante na posição de letra.

2.1.3 A pulsão

A pulsão é o efeito que a cultura faz sobre o ser instintual. A intromissão cultural perverte o puro ser pelo laço social que cria as trocas humanas, não mais regidas pela

natureza. Desse modo, novas modalizações de trocas e de vias para a satisfação são efetuadas através de substitutos simbólicos. A pulsão age como uma força constante que vem de todo o sistema nervoso (*Real-Ich*) (LACAN, 1988 [1964], p. 166). Este sistema funciona regido pelo princípio do prazer que tem como finalidade garantir certa constância, homeostase das tensões internas. Segundo Lacan (*ibid.*, pp. 161 e 171), a pulsão é uma montagem na qual a sexualidade – que surge com a cultura, não estando o sujeito submetido à mera reprodução da natureza – participa da vida psíquica na mesma conformidade da estrutura de hiância do inconsciente.

Com a instalação do traço unário na marcação da falta na descontinuidade, há a inserção do sujeito na cadeia significante, que barra o ser de necessidade, produzindo a pulsão. A pulsão é o resultado dessa operação significante sobre a necessidade. Soler (1997 *apud* SANTORO, 2008) salienta que o sujeito não pode deter a pulsão, nem evitando nem escolhendo e, desta forma, ele fica dividido e marcado pelo significante e pela pulsão. Algo não sabido, que não se escreve nem se inscreve, circula num movimento de curto-circuito, num vai e vem, como maneira encontrada pelo sujeito para satisfazer a pulsão.

É a presença do Outro que fala e a provocação de produção de uma demanda que trazem como resultado o sujeito pulsional. Portanto, é a marcante presença do Outro primordial, localizado no agente materno, que permite a inserção do ser no social e, assim, a sua saída da natureza. Brousse (1997) salienta que é a conjunção entre a demanda do Outro e a necessidade que produzem a pulsão, que tem ainda como elemento implícito o desejo. Esse é o resto que escapa da operação da pulsão sobre a necessidade. A pulsão, assim, se relaciona com o sujeito barrado, marcado pelo significante. O Outro materno fala com o bebê e satisfaz suas necessidades. Mesmo que esse Outro só funcione nesse âmbito, de só cumprir com o prescrito, algo fica inscrito,

pois esse agente primordial fala, está na linguagem e, portanto, transmite algo específico, ao demarcar a pulsação do bebê de alguma maneira.

A pulsão é consequência da articulação que a criança faz na linguagem com a demanda do Outro. Então, a criança se aliena ao Outro para obter satisfação, considerando a demanda deste. Mas, como essa demanda nunca corresponde inteiramente à necessidade da pulsão, o desejo se demarca diante daquilo que falta.

A libido é o que representa esta separação da sexualidade biológica humana na organização trazida pelo significante. Ela é o órgão irreal da pulsão que se articula ao real, escapando ao sujeito, mas efetuando uma representação mítica que pode ser encarnada num órgão. Dessa perspectiva, a pulsão é algo estritamente humano, de pura atividade e movimento em *se fazer*, que parte da borda de uma zona erógena para ir buscar algo que responde no Outro à sua satisfação (LACAN, 1988 [1964], pp. 184 e 195).

Lacan (1988 [1964]) remete à Freud e esclarece que o movimento da pulsão consiste na sua saída da fonte (*Quelle*) – que é uma borda erógena – tentando atingir um alvo (*Ziel*), contornando o objeto e retornando, a fim de que haja a satisfação.¹⁵

O impulso (*Drang*) é relacionado por Freud (1915) a uma tendência à descarga, quando há o estímulo. Para ele, há uma tensão, uma força interna que é constante (*konstante Kraft*). Por outro lado, a satisfação da pulsão é chegar ao seu alvo. Freud afirma que no movimento da sublimação ocorre uma satisfação, sem que o sujeito tenha que atingir o alvo. Será que podemos, contudo, generalizar isso para o movimento da pulsão? A verdade é que a pulsão sempre funcionará assim, porque não importa o

¹⁵ Este movimento será pormenorizado ao retomarmos o caso clínico de Lefort, caso Nádia, escolhido no trabalho, para discutirmos a transferência e o laço que envolve o analista no tratamento de bebês, relação na qual supomos que a intervenção pode guardar semelhanças com este movimento da pulsão, cuja fonte se localiza no bebê e dele sai o impulso em direção ao analista como objeto para depois retornar.

objeto, mas antes, o que interessa é o movimento de vai-e-vem da pulsão, que confere a satisfação. É por isso que a pulsão se satisfaz sem jamais se satisfazer. É sempre força constante que está em curto-circuito.

Nos sintomas, mesmo havendo a produção do desprazer, as pulsões se satisfazem de alguma maneira. A insistência e a repetição que configuram o sintoma nos dão prova disso. Algo do sujeito satisfaz a alguma coisa, da qual ele não sabe, mas mantém, pela repetição, se colocando a serviço das vias do desprazer. Contudo, o sujeito está funcionando no princípio do prazer.

No tempo do recalque originário há a inscrição de uma marca, um traço, que retira o ser da sua imanência vital. Nesse instante, o sujeito é marcado com o significante e tem a possibilidade de funcionar nos deslizamentos da linguagem.

Só com a presença de um segundo momento é que o primeiro será demarcado. A demanda da mãe ao filho, com seus pedidos que convidam a criança a virem à vida, acabam por provocar o surgimento de um sujeito, porque quando a mãe responde a alguma manifestação da criança, conferindo satisfação, permite que este possa localizar algo que pode ser respondido pelo Outro. Então, *Um* significante é inscrito, o ser sai de sua imanência e há o surgimento do sujeito da pulsão barrado pelo significante.

2.2 As dimensões da realidade psíquica na estruturação subjetiva

Partimos da lógica da psicanálise ao considerarmos que a estruturação do sujeito se faz pela sua saída como unidade pura biológica para sua entrada como sujeito inserido na linguagem e marcado pelo simbólico. Tomaremos como perspectiva o sujeito pulsional, tecido na trama que envolve as dimensões Real, Simbólico e

Imaginário, elaborada pela topologia do nó borromeano de Lacan¹⁶.

Mesmo considerando que ao menos seis movimentos entre Real, Simbólico e Imaginário são necessários à estruturação subjetiva até a castração simbólica, percorreremos os três primeiros que interessam ao nosso trabalho.

O tempo pré-subjetivo que podemos denominar também como *ponto zero*¹⁷ é o que concerne à alternância presença-ausência, localizada como a matriz simbólica sobre um ser acéfalo. Esse ser é situado como o organismo real e o agente materno e suas interpretações de sentido como sede imaginária.

Quando há a descontinuidade nesta alternância pelo próprio efeito do significante, o organismo sai de sua condição vital e se insere na cadeia, sentindo o mal-estar. Aí que a trama começa a se movimentar. Há, então, o primeiro movimento, em que o real do ser incide sobre a matriz simbólica. Antes mesmo de haver distinção entre eu e não-eu, o pequeno humano faz apelo, demarcando o recalque originário, em que o grito substitui a coisa pelo significante da coisa, marcando o traço unário que demarca a sua falta. Esse significante qualquer se posiciona como significante-mestre que funciona de modo a representar o sujeito para outro significante. Ele pode ser localizado como pai real, que preside a primeira identificação do sujeito, marcada no *Um*.

O segundo movimento acontece quando o sujeito deseja retornar ao tempo mítico de gozo superando a descontinuidade. No entanto, os objetos oferecidos à sua satisfação não se equivalem ao que supostamente existia e, ao situar no agente materno o agente da privação, localiza nele também o lugar em que reside o saber sobre seu gozo. O sujeito crê que esta alteridade pode oferecer a possibilidade do retorno ao gozo. O que ocorre é a marcação de um traço na hiância entre o gozo esperado e o possível. O agente materno, então, recobre a falta real com o imaginário, convidando e ensinando à

¹⁶ Seguiremos as elaborações de Ângela Vorcaro acerca disso em seu livro *Crianças na psicanálise: clínica, instituição e laço social*, 1999.

criança a repetição como modo de obtenção de gozo.

Segundo a metapsicologia freudiana (1976 [1920]), a repetição se funda no desejo de retorno ao gozo. Mas, nesse movimento algo fracassa e corre contra a vida. Há perda de força e de velocidade no que se repete, fazendo com que ocorra também perda de gozo. O gozo só toma sentido disjunto do corpo, quando há a fundação do traço unário que, justamente, promove a sua irrupção, uma vez que, antes, tudo se movimentava sem haver a hiância. O prazer, nesse sentido, consente ao desprazer, que se equivale ao próprio gozo. Como o gozo pode ser obtido do Outro, o indivíduo vivo se assujeita à linguagem vinda do agente materno, enquanto Outro primário. Assim, o *infans* se situa como objeto. Com o Outro, ele pode aprender os caminhos da obtenção do gozo, mesmo que eles não correspondam ao gozo esperado. O primeiro afeto não é identificável, mas localiza a angústia, cuja ordenação de sentido se dará à sua volta. Há uma incidência da *imaginarização* do agente materno sobre o real.

O terceiro movimento acontece quando a mãe imaginada demanda à criança aquilo que ela não sabe dar. A criança, como sujeito marcado pela falta, tenta recobrir a sua falta, cobrindo a da mãe. Então, ela ocupa o lugar de falo, significante da falta, como modo de contemplar a mãe, recebendo em troca o suposto saber sobre como obter o gozo outrora perdido. Aqui, duas faltas se recobrem. Lacan (1988 [1964], p. 194) conclui que

Uma é da alçada do defeito central em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito a seu próprio ser em relação ao Outro – pelo fato de que o sujeito depende do significante que está primeiro no campo do Outro. Esta falta vem retomar a outra, que é a falta real (...) que o vivo perde, de sua parte de vivo. Caiu sob o golpe da morte individual.

Há, primeiramente, a alienação. O ser se aliena ao Outro, porque lhe falta o sentido que existe no campo desse Outro: deixa sua condição de ser para advir como

¹⁷ Expressão de Vorcaro.

sujeito. Entretanto, o sujeito vê que há, também, a falta do Outro, pois ele é marcado pelo discurso, pelo significante. Nisto, há a separação. O desejo do Outro é apreendido nas hiências de sua fala, naquilo que falha, em seus enigmas. No lençol significante, o pequeno sujeito se pergunta sobre o desejo do Outro, “*mas, o que ele quer?*” e, ao não encontrar resposta, traz a sua, vinda da fantasia de seu desaparecimento, “*pode ele me perder?*” (LACAN, 1988 [1964], p. 202), se colocando no lugar de cobrir aquilo que falha na falta do Outro como objeto de seu gozo.

A criança se oferece à mãe se situando como falo. Dessa maneira, diante de sua falta, a criança trabalha simbolicamente. Assim, o simbólico recobre o imaginário, na medida em que a criança tenta equacionar a falta da mãe e seu desejo, colocando-se como objeto que recobre a falta. Este terceiro movimento é arriscado, uma vez que, caso a criança se mantenha alienada ao Outro numa posição de *não-desejante*, só como objeto do desejo do Outro materno onipotente, não se separando, pode se configurar uma patologia. Vorcaro (1999) exemplifica e discute casos de crianças que se encontram alienadas, sem se separarem do Outro onipotente, configurando e passando a funcionar congeladas na holófrase (palavra-frase), sem haver a dialética e o deslizamento significante que permite outras significações. Encontramos tal configuração na criança que se encontra na posição autista, psicótica, débil ou na psicossomática.

Passar pela alienação é necessário, pois senão não haveria a vida. O sujeito precisa sair do não-senso do ser e consentir com o sentido que vem do Outro. Caso contrário, permanece inerte, agindo como autômato ou morre. Mas ele precisa, também, ver que o Outro é não-todo, não sabe de tudo, também é marcado pela falta.

Enquanto na alienação há a reunião dos elementos do sujeito – que antes era ser e perde esta sua condição –, na separação há a intersecção ou produto, onde duas faltas se recobrem. Na separação, a criança se situa e aparece no intervalo entre dois

significantes, denotando sua condição de sujeito dividido e desejante. O sujeito se separa e aparece nos “*entre*”. Ele não é o sujeito da frase, nem o verbo e nem o predicado, ele é o que surge entre esses significantes (ele crê que sabe de si, *fulano* de tal, filho de *sicrano*, nascido em certa cidade, etc, por suas representações egóicas. Mas, não.).

Frisamos que a alienação não ocorre, na maioria das vezes, disjunta da separação. Esses dois processos acontecem concomitantemente. O ser se aliena ao Outro, porque algo lhe falta. Perde sua condição de ser, mas, ao mesmo tempo, percebe que esse Outro também é faltoso, não sabe tudo e, ao deixar transparecer seu desejo enigmático, o sujeito se coloca como falo, significante que recobrirá essa condição de falta. No entanto, como também é marcado pela falta, o *objeto a* funcionará como elemento não significante atravessado entre eles, engendrando-se na linguagem.

Laznik (1997 *apud* SANTORO, 2008) hipotetiza que a criança numa posição autista não chega a formular este terceiro movimento, em que a criança se faz para o Outro materno. Essa criança não se oferece ao Outro, muito embora consinta e permita o sentido não dialetizável, sem furos, vindo dele. Permanece congelada numa posição.

É preciso que a criança se faça para o Outro: se faça comer, se faça ouvir, se faça ser beijada, se faça ser carregada, enfim, se faça um novo sujeito que goze desta posição para existir. Tudo isso para que, num momento seguinte, ela possa se defender do agente materno, que agora lhe aparece como onipotente, para não se anular, cedendo ao seu desejo singular. Para isso, o pequeno sujeito, então, interdita esse Outro materno.

Na clínica com crianças, deve-se ressaltar a ética, uma vez que trabalhamos com estruturas ainda não decididas. Talvez as intervenções com crianças pequenas devam apostar no sujeito pulsional que está sempre em circuito, cortando e demarcando o gozo, levando em conta a incidência do significante e permitindo novas e outras extensões

para além das traçadas. Com esta direção, no tratamento de graves patologias em crianças, esta seria uma via para se operar com a separação, a qual daria permissão para o surgimento do sujeito singular. A partir disso, como localizar a intervenção do psicanalista? Semelhante ao do agente materno?

CAPÍTULO 2 – A psicanalista e a criança

1. A “Clínica de Rosine”

A criança no discurso analítico, há tempos, é tema de muita discussão. Mais ainda quando se fala em um tratamento dedicado às crianças pequenas, ainda em condição de *não-falantes*, e que se encontram encurraladas por uma patologia grave. A “Clínica de Rosine”, assim denominada por Miller (8ª Lição, 07/03/2007), tratou casos de crianças em situações de hospitalização e abandono, em posição autística, psicótica ou de neurose grave.

Rosine Lefort se dedicou à clínica com crianças ainda muito pequenas. Como meio de circunscrevê-la, sistematizá-la e, mais ainda, como modo de sustentar, suportar e fazer um litoral ao que resta ali de indizível neste árduo trabalho, Rosine anotou sistematicamente as sessões de algumas crianças que acompanhou. Este cuidado está também presente em muitos outros psicanalistas que, impelidos pelos abismos provocados nos encontros promovidos por esta clínica, intencionam apontá-los, interrogá-los, demonstrar suas hipóteses e idéias, fazendo sua ligação com a prática real da clínica. Rosine Lefort foi uma das poucas psicanalistas que se propuseram a colocar a psicanálise à prova da clínica com crianças pequenas. A psicanalista nos deixou um rico material teórico-clínico, legado do qual usufruímos, em função da clínica psicanalítica.

Num tempo posterior à escrita da própria prática, a “Clínica de Rosine” pôde ser discutida, comentada e teorizada. Em 1983, dentro da Fundação do Campo Freudiano (MILLER, 1991, p. 7), um grupo de psicanalistas, Rosine e Robert Lefort, Éric Laurent, Judith e Jacques Allain Miller, fundaram o Centro de Pesquisas sobre a Criança no Discurso Analítico, o CEREDA, com a intenção de pesquisar com mais detalhes a

clínica com crianças pequenas, sob a luz da metapsicologia lacaniana. Foi no CEREDA que os casos clínicos atendidos por Rosine Lefort puderam ser organizados, alguns em livros, enlaçando a sua prática com a teoria psicanalítica.

Quando ainda se encontrava em formação psicanalítica – iniciava sua análise pessoal, no tempo do pós-guerra, meados da década de 1950 e com poucos recursos teóricos sobre a clínica infantil –, Rosine encarou o desafio de atender crianças muito pequenas em situações de patologias graves. Era preciso coragem, tendo em vista que ela era, ainda, uma jovem iniciante da práxis psicanalítica. A riqueza de detalhes e a sinceridade com que os casos clínicos atendidos por Rosine são relatados, faz-nos questionar: em função de quê, propriamente, os casos caminharam para finais satisfatórios, em que as crianças conseguiam sair das posições patológicas em que se situavam? Miller (*Opus cit.*) lembra que, certa vez, quando viu Rosine se reencontrando com Lacan, seu psicanalista, ele disse a ela que naquela época (dos atendimentos), *ela não podia se enganar*. Diante do real da clínica com crianças não existem meias verdades. Na fala, há o equívoco, mas no real, não. Esse ponto sublinhado por Lacan parece ser relevante, na medida em que Rosine não recuou diante do real da clínica.

Rosine e Robert Lefort (marido de Rosine, que a acompanhou na análise dos casos clínicos quando participavam do CEREDA) fizeram do autismo uma categoria clínica, tal como a psicose, a neurose e a perversão, porque hipotetizaram que o autismo talvez fosse uma categoria fundamental, em que é possível verificar os impasses do nascimento do sujeito falante (“*parlêtre*”, ou seja, sujeito no *status nascendi*, falar-letra-ser, “falasser”). Para os autores, havia casos de patologias graves em que a criança não tinha o Outro em sua fundação. Então, ficando sem se representar por significantes, não processariam a operação fundamental de alienação. Tais hipóteses sobre o autismo e sobre a criança sem o Outro, fazem referência direta ao trabalho de Rosine com o real,

com a materialidade corporal, com a convocação provocada pela clínica com aquelas crianças.

Discute-se muito, hoje, a clínica com crianças no espectro autista, bem como com crianças que se encontram em situações que colocam em risco sua constituição. Não obstante, escolhemos para o trabalho não discutir o autismo nem a psicose em crianças, mas o primeiro caso operado por Rosine Lefort, o “caso Nádia”, criança que fez caso para Rosine, que se situava numa condição considerada de “hospitalismo” (SPITZ, 1979). Deste também fizemos caso pois, mesmo diante de tantos outros importantes e interessantes, seguimos a referência freudiana de “tratar cada caso como se fosse o primeiro” (1976 [1911-15])¹⁸. Além disso, fizemos ato, o que inaugurou uma nova contagem, a fim de articular o tratamento efetivamente realizado aos princípios do ato analítico e da direção da cura demarcados por Lacan (1998 [1958], 2003 [1967] e 1967-68 – inédito).

O caso “Nádia ou o espelho” (LEFORT, R. e LEFORT, R., 1984 [1951-52]), conduzido por Rosine Lefort, aconteceu quando a psicanalista participava de uma pesquisa coordenada por Jenny Aubry sobre o hospitalismo, na Fundação *Parent de Rosan*. Naquela instituição pública francesa, crianças ficavam temporariamente morando neste lugar, porque se encontravam privadas ou impossibilitadas dos cuidados de seus responsáveis. A menina Nádia tinha apenas treze meses quando Rosine decidiu atendê-la. Para a autora, este foi seu primeiro atendimento de cunho psicanalítico. A criança se encontrava em posição quase catatônica e, sem movimentos, ficava a maior parte do tempo assentada na cama, sem brincar, demonstrando retardo psicomotor também quanto à apreensão de objetos. Nádia foi para a Instituição desde os dois meses de vida, devido a problemas de saúde de sua mãe (uma tuberculose), que a

¹⁸ FREUD, S. *Artigos sobre técnica*, 1911-15.

impossibilitava de cuidar da criança. Desde que Nádia chegara à fundação, as enfermeiras afirmavam que a menina só se alimentava após muita insistência e sem demonstrar qualquer prazer. Não suportava muitas manipulações corporais, chegando a virar os punhos para trás quando alguém demonstrava que iria pegá-la. Quando decidia pegar algum brinquedo, logo desistia e, com um destrave das mãos, largava-o. Já havia sofrido com diarreias e passado por cirurgias de otites agudas.

Diante de tal quadro clínico, o tratamento de Nádia, para Rosine Lefort, visava trazer uma nova vivacidade à criança por meio de um acolhimento, distinto do materno, mas que exercesse a função de não deixar a criança só na imparcialidade e/ou na hostilidade de cuidados. Para isso, como foi posteriormente articulado, seria preciso tentar fazer uma amarração do *real* aos outros registros, do *imaginário* e do *simbólico*, operando uma mutação deste real em significante (LEFORT, R. e R., 1984 [1951-52], p. 267). Isso permitiria a simbolização na construção de uma imagem corporal delimitada, de modo a oferecer sentido à condição do *infans*, incluindo a criança no campo social, considerando-a, portanto, um sujeito. Em nossa releitura, entendemos que o tratamento teria operado, também, uma operação de retificação do Outro, o que significa um posicionamento menos invasivo e não impositivo do agente do Outro (no caso, Rosine) diante de uma criança em condição de extremo mal estar quando em contato mínimo com seus semelhantes.

Quando se iniciaram os atendimentos à Nádia, assim como relatou nos casos “Robert, O Menino do Lobo” (1988[1951-52]), “Maryse” (1997{1951-52}) e “Marie Françoise, o autismo” (1984{1951-52}), Rosine Lefort afirmou que esses atendimentos aconteceram, sobretudo, pela transferência estabelecida dela com as crianças, e destas com ela, pelo saber inconsciente que se impôs. Tal confissão coloca-nos uma questão: como diferenciar uma consideração psicanalítica do inconsciente de uma mera intuição,

ou seja, como distinguir um tratamento orientado pela psicanálise de uma prática intuitiva (que poderia estar voltada a uma posição maternante ou filantrópica)? A psicanalista não afirma ter agido sob a égide da intuição, antes, pelo saber inconsciente e pela transferência, mas como a teoria psicanalítica permitiria localizar esse “saber inconsciente que se impôs”?

Esta questão nos parece relevante na medida em que encontramos, ainda hoje, muitas práticas com bebês, no âmbito da psicologia, pouco discernidas quanto à sua direção teórica. No estatuto destas práticas, reconhecemos o que Canguilhem (1966 [1956]) denominou como mistura de “uma filosofia sem rigor, uma ética sem exigência e uma medicina sem controle” (p. 76). Por outro lado, se constatamos com Lacan (1967-68 – inédito) que uma prática não precisa ser esclarecida para operar, podemos considerar que a verdade do inconsciente que ela desvela pode ter sido, num primeiro momento, uma intuição. Afinal, na medida em que inventar não se reduz a imaginar (LACAN, 1975, RSI, 11/02/75 – inédito), a intuição de Rosine teve um caráter de invenção posteriormente esclarecida e verificada pela teoria psicanalítica como da ordem do saber inconsciente e da operação transferencial. Parece-nos que a origem da confusão entre práticas intuitivas e prática psicanalítica refere-se à dificuldade em explicitar teoricamente a homologia das posições do clínico e do agente primordial. O agenciamento do Outro exercido pela mãe no exercício da função materna não pode ser negligenciado na clínica com bebês, ocasião em que tal agenciamento é essencial para a emergência do sujeito.

Porge (1998, p. 9) afirma que o recurso mínimo que um psicanalista teria nas mãos, a partir do momento em que “se dirigem a ele em nome de uma criança”, seria a transferência. O recurso da interpretação de um movimento da criança, tão utilizado nesta clínica, muitas vezes pode permitir o início de desdobramentos significantes da

criança. Em muitos casos, esse recurso se faz de modo ilimitado e alienante, não deixando abertura a possibilidades de “leitura” da própria criança. O que o autor frisa é o quanto uma intervenção que aposte na presença de um sujeito na criança, ou mesmo uma intervenção com os responsáveis desta criança, parece ser urgente nesta clínica. Uma vez que o psicanalista está lidando com um sujeito em sua emergência subjetiva, um ato que a localize num lugar em relação às queixas parece permitir a ela um distanciamento dos bombardeios imaginários que lhe chegavam, lhe permitindo ir além da alienação a que esteve submetida até então. Talvez possamos considerar aí, junto à transferência – que para Porge, parece ser o pivô de um tratamento com crianças – o caráter do tempo, da aposta, da antecipação e da pressa. Sem fazer uso único do tecnicismo das terapias psicológicas ou médicas, em UTIs, por exemplo, as quais muitas vezes acabam por desconsiderar o sujeito em porvir, um ato que configure a suposição de existência de um sujeito, localizando-o, é o que pode permitir configurar uma antecipação ao que antes só ficara restrito a um ser orgânico subjugado apenas a esta condição. Apesar de a criança estar rodeada pela linguagem, mesmo que técnica, é preciso dirigir e franquear um sujeito no neonato. Sobre isto, Vorcaro (2009)¹⁹ atenta que

Não se trata, portanto, apenas de expô-lo à linguagem, posto que ele já está nela, mas de banhá-lo dos efeitos que o ato da fala endereçada – mesmo que sem garantias – pode antecipar quanto ao engajamento com um ser de desejo.

Nos tratamentos com crianças muito pequenas evidencia-se a pressa fisiológica e subjetiva, mas é preciso considerar que a interpretação, invenção e suposição não podem se tornar adivinhações sobre o futuro da criança (FERNANDES, C., 2007). Elas devem, antes, ser ferramentas imprescindíveis que permitam a suposição de um sujeito. Para Vorcaro (1999), há um ideal social sobre a criança, de que ela seja a encarnação

¹⁹ VORCARO, Ângela. “A urgência subjetiva em UTIs”, 2009, texto inédito.

das possibilidades futuras, então, uma idéia corrente sobre a intervenção *a tempo* seria aquela capaz de promover uma prevenção de problemas futuros. Para Fernandes (*opus cit.*), nos casos de tratamento com bebês, a intervenção seria configurada como uma “*prevenção ao avesso*”, no sentido de que a antecipação e a pressa correriam na direção de fazer incidir uma fala dirigida ao neonato, reconhecendo nele a existência de um sujeito para que, num segundo tempo, pós tensão-apaziguamento (a que o neonato está submetido nas UTIs, por exemplo), ele possa comparecer “com tenacidade” (VORCARO, *op. cit.*), demonstrando sua presença efetiva.

Lacan (1998 [1945]) evidencia que a *pressa* ocorre quando o sujeito se precipita em concluir; por medo de perder o que concluiu, ele se apressa em uma certeza, antecipando-a numa asserção e, somente depois, verificará o que atingiu. Os profissionais (FERNANDES, 2007) que trabalham em clínicas de “prevenção” com crianças podem, com a psicanálise, evidenciar que há um hiato entre a suposição e a verificação do que foi, sem que o ato se torne uma predestinação imaginária e, com a pressa de concluir, pode-se, contudo, **antecipar um sujeito**, antes de se verificar isto. Do transitivismo, do que se supõe diante da criança que é vista e a antecipação do que é afirmado pela sua resposta, há o trabalho de uma deliberação desvinculada do olhar do Outro (FERNANDES, *Opus cit.*), porque o real que se apresenta não pode ser previsto, mas antes admitido e constatado. Propõe-se, assim, instigar a “*pressa*” dos profissionais em efetuar uma certeza antecipada sobre um sujeito, sem que isto se torne uma adivinhação que determine o que ele será, mas permita uma abertura para os efeitos desta antecipação nas respostas dessa criança.

Estas considerações emolduram a discussão sobre os pontos que nos pareceram mais relevantes, apreendidos das intervenções de Rosine Lefort, por terem, talvez,

incidido como atos analíticos na condução do tratamento da menina Nádía²⁰.

Reconhecemos que a condução do tratamento foi a de supor – por princípio – um sujeito, localizando-o, reconhecendo-o e, mais ainda, engajando-o na concatenação significativa, de modo a estender suas manifestações incipientes. Logo no início, Rosine Lefort observou, naquela menina, a existência de um “*olhar vivo*”. Esse olhar, vivo, foi suficiente para que Rosine o transpusesse ao registro da certeza de presença de um sujeito desejante, sobre o qual iria desencadear o tratamento. Tal marcação, nomeação para além do nome próprio, portanto, denotou o início do tratamento de um sujeito: Nádía. Com a disponibilidade de acolhimento deste sujeito, explicitada pela presença ativa de Rosine, Nádía sai de sua imobilidade e começa a se movimentar, com curiosidade e vivacidade próprias de crianças saudáveis. Por se encontrar numa situação de risco não apenas subjetivo, mas de já estar sofrendo danos definitivos ao seu desenvolvimento cognitivo e motor, a presença endereçada de Rosine logo fez surtir efeitos positivos, fazendo com que Nádía demonstrasse um movimento distinto da posição em que antes se encontrava.

A relação entre os efeitos da submissão da criança à linguagem pela via da presença do agente do Outro permite configurar a formação do inconsciente e o desenvolvimento do ego, na medida em que promove a separação homogeneizadora a que a criança esteve submetida até então na instituição, por promover a constituição subjetiva. Rosine considerou Nádía um sujeito desejante e, ao fazer essa suposição, ela inscreveu uma marca antecipatória no bebê, localizando-o num lugar distinto do das outras crianças e da condição a que estava submetido. Assim, Rosine demarcou, com seus atos de fala, a antecipação e a confirmação da existência de Nádía, ou seja, fala que reconhece e articula as manifestações corporais da criança. Esse posicionamento de

²⁰ Retomaremos a este ponto no próximo capítulo.

Rosine evidenciou, também, a apresentação de uma maneira distinta de se dirigir à criança, de um modo menos invasivo, pois se apresentou sem determinações fechadas por um saber prévio, demonstrando, também, um *olhar* interrogativo à criança e à sua existência.

Para nós, é interessante frisar que a condução do tratamento refletiu em questões pessoais para a própria psicanalista que, naquela época, iniciava seu percurso na psicanálise. Tendo isso em vista, podemos pensar questões acerca da formação do psicanalista e seu desejo²¹. A posição do analista na clínica com crianças é alvo de muita discussão. Ele é ou não um suplente materno que constrói fantasmas, sintomas por meio de uma “chuva” de interpretações; é aquele técnico que só faz brincar com as crianças ou, ainda, se posiciona num lugar de confirmação do ideal social de que crianças “*desadaptadas*” precisam ser educadas por uma psico-pedagogia? Para Lefort (1991), há uma invariância no que se refere à estrutura do sujeito e, numa análise, a criança não está num local distinto ao do sujeito na psicanálise com adultos. Esta afirmação sobre uma “unidade da psicanálise” foi, e ainda é, defendida por muitos psicanalistas a partir da consideração de Rosine Lefort de que “não há especificidade na psicanálise de crianças. A estrutura, o significante e a relação com o Outro não concernem de maneira diferente à criança e ao adulto. É isto que faz a unidade da psicanálise”²².

Rosine Lefort considera a topologia na diacronia da estruturação do sujeito, diferentemente da idéia de desenvolvimento sincrônico do sujeito, tal como a da psicologia genética de Piaget. Ainda que exista uma progressão maturacional orgânica, em que há momentos de desequilíbrio e regressão para depois haver equilíbrio

²¹ Isto será material de discussão no próximo capítulo, quando retornaremos a essa discussão sobre a formação do psicanalista e sua incidência na clínica com crianças, bem como a questões sobre a psicanálise *stricto-senso* e a psicanálise em extensão.

²² LEFORT, R. “Unidade da psicanálise”, p.13.

deste organismo, a estruturação subjetiva vai mais além de uma progressão contínua em que um movimento superaria o outro. Há algo que se repete na estrutura e a relação do sujeito com a alteridade independe de idade maturacional. A incidência do ato analítico será sobre o que ata a criança ao Outro, rompendo com uma condição anterior, desfazendo alguns enlaçamentos e permitindo novos desdobramentos e construções sem que, necessariamente, haja uma regressão a um estado anterior.

Acreditamos que o “Caso Nádia” é uma rica contribuição à teoria psicanalítica na clínica com bebês e à prática com crianças, porque a clínica com crianças foi (e ainda é), muitas vezes, considerada uma sub-psicanálise (PORGE, 1998, SAURET, 1997). O caso escrito permite-nos recorrer à questões não pensadas e nem vistas, como também permite-nos fazer uso das elaborações dos autores, Rosine e Robert Lefort, não consideradas até hoje.

2. O Outro e a demanda: desejo em circulação

Localizar uma demanda da criança – localização que não implica em anterioridade cronológica, mas em hipótese antecipatória, cuja presteza em responder determina que esta teria havido antes, ou seja, anterioridade lógica – é de suma importância para pensarmos sobre os tratamentos dedicados às crianças que se encontram em situações e patologias diversas. Muitas são, hoje, as técnicas e teorias clínicas sobre tratamentos para a criança. Considerar que um bebê se comunica por seus meios e, mais além, enfatizar que ele pode demandar, é algo de suma importância, sem aí desconsiderar a implicação daquele que lê essas manifestações. O que Rosine Lefort nos coloca a pensar é que, desde que alguém se encarne como destinatário do endereçamento de um apelo da criança pequena, esta pode demandar, sim, a partir do

efeito de suas manifestações nos agentes de seus cuidados. Porge (1998, p. 15) evidencia como, logo nos primeiros encontros de psicanalistas com crianças, há uma espécie de forçagem da transferência, dirigindo-se a ela como se a tivesse compreendido. O psicanalista com crianças supõe, antecipando um sujeito naquele ser, e força a transferência. Localizar esse primeiro ponto em um atendimento a um bebê é primordial, ou seja, considerar que no ser há mais que corpo real, ou seja, há sujeito em *porvir* e poder efetuar uma verificação da presença da singularidade desse sujeito, quando ele esboça uma demanda, é a verificação da presença de princípios psicanalíticos.

Um sujeito procura o psicanalista porque não sabe de algo que lhe acomete e o afeta, causando um sofrimento. A terapia freudiana circunscreve esse não-saber do sujeito e enuncia um princípio (SOLER, 1997, p. 54), postulando, a partir disso, a associação-livre: o analista pede ao sujeito que ele fale livremente, sem pensar, de modo que em algum momento esse “sujeito do sofrimento”, sujeito do “nada-sei”, passe para o “sujeito do pensamento”, quando descobre que há algo que pode saber por si. O sujeito da análise é o sujeito do afeto. Sua lógica é a do “*Eu sofro, logo existo*”, ou seja, seu sintoma o constitui, mesmo que ele o faça sofrer. Ainda que o sofrimento faça parte de seu ser, o sujeito não sabe o que o causa e, por isso, procura alguém que creia poder ajudá-lo a saber.

Partindo do ponto de que um bebê não fala sua língua pátria, social, ele precisa de um intérprete, um interlocutor. Diante disso, nos perguntamos: “*Como um bebê pode pedir por um tratamento?*”. Será preciso alguém ser afetado pela condição da criança, que ainda não sabe distinguir e não tem recursos para “dizer” sobre seu sofrimento? Sabemos que a criança precisa de um adulto que fale por ela, já que ela pode, sim, demonstrar (e assim o faz chorando, por exemplo) um mal-estar, mas não sabe, de fato,

o que a afeta e o que lhe causa o mal-estar. Rosine Lefort (1984 [1951-52]), ao dirigir seu olhar pela primeira vez a Nádía, supôs que naquela criança, que parecia ter um rosto de “velha precoce” (p. 21), também havia a possibilidade de distinguir um olhar vivo e atento que *pedia* por algo. Foi esse olhar que fisgou a psicanalista. A partir disso é que ela foi até a criança e decidiu iniciar um tratamento, pois considerou a criança não como um puro ser, mas como sujeito desejante, sujeito que pode demandar algo para além de suas necessidades fisiológicas. Para Rosine, Nádía a olha e olha as outras crianças com um olhar desejante, quase mesmo invejoso.

Como vimos no primeiro capítulo, é o cuidador que exerce a função materna e que virá a estabelecer uma demanda na criança, pela denominação de seus atos como inseridos numa lógica (grito significa fome, por exemplo). Na medida em que o adulto lê, interpretando o estado da criança para tentar produzir significações e objetos capazes de apaziguá-la, esta é inserida na ordenação lógica da linguagem, representada entre os significantes a ela oferecidos como “respostas”. É esse ato do agente do Outro primário, que se deixa afetar por esse pequeno ser, que permitirá localizar e fundar um sujeito como efeito de significações: um sujeito de pensamentos, para além de um sujeito da queixa.

Inicialmente, para o sujeito, o Outro (LACAN, 2006 [1968-69], p. 21) é o campo da verdade, lugar em que o discurso do sujeito ganha consistência e onde ele pode se colocar para ser, ou não, refutado. Lacan, tomando emprestada a idéia cartesiana sobre a existência de um Deus que garantisse uma consistência real e certa, acentua que não há garantias no campo de Deus, ou seja, no campo do Outro não há consistência do discurso. Então, como aderir a isso? Há saída? Não. Lembremos, “*ou a bolsa ou a vida*” (LACAN, 1988 [1964]). Escolher pela vida é deixar a bolsa para trás, quer dizer, se faz uma opção pelo simbólico, ao sentido que o campo do Outro pode oferecer, senão há a

morte.

O sujeito adere ao Outro porque o objeto mítico já foi perdido e ele não pode sobreviver só de alucinações dos objetos de satisfação. É o Outro primário que, ao conceder uma resposta ao mal-estar do ser, permitirá a este a ele se aderir. Para Lacan, o Outro (LACAN, 2006 [1968-69], p. 24) só pode responder ao sujeito naquilo que produz sua consistência e ingênua confiança do que é como eu. O psicanalista entende que a verdadeira base do Outro é a sua fabricação como objeto *a*, como resto do encontro do outro ao Outro: o sujeito girará infinitamente em torno deste objeto, resto da operação, como “causação” de seu desejo e excedente de gozo, no qual sua contagem de obtenção de gozo só será alcançada como valor de troca, nunca como objeto guardado numa acumulação. É por isso que, da operação de fabricação de um sujeito, tem-se um sujeito desejante, por ficar como resto na mão o objeto *a*, objeto que denota um furo em sua existência, marcação de um buraco, de uma eterna falta; falta esta que nunca poderá ser tampada, só representada (no falo, por exemplo). Na constituição subjetiva, o grito é mudo, porque o Outro não pode responder precisamente ao grito da verdade, mas pode apresentar sua equivalência faltosa no não-gozo, na miséria, no desamparo e na solidão. A marca efetiva de que houve uma passagem do Outro ali é que o sujeito *põe em fôrma* a alteridade do Outro pela representação concatenada na linguagem numa resposta sua que faz rasura, marca, conferindo origem ao que passou, orientando seus desdobramentos significantes. Por isso, há a fabricação de um resto no encontro entre o ser e o Outro: por não haver equivalência entre o real e o que ficou de longe representado, marcado e rasurado (LACAN, *Op. cit.*).

Rosine (1984 [1951-53], p. 10), ao descrever como entendia a inscrição do Outro na criança Nádia, sublinha que

É este Outro que apesar de ela o ter conhecido em sua multiplicidade de

existência, deixou de dar a Nádia seu estatuto de sujeito pela palavra: estatuto que ela vai encontrar no tratamento, onde eu me encontro nesse lugar de Outro. Quer seja em família ou em ambiente institucional, a solicitude ambígua das pessoas próximas pode deixar o sujeito no abandono total de um corpo realmente manipulado sem que uma palavra venha responder de seu lugar de sujeito.

Este posicionamento da psicanalista é muito importante, porque ela diferencia aí o lugar em que a criança estava colocada, se tornando uma referência Outra para Nádia, distinta do desamparo que a falta de um Outro simbólico pode efetuar. Posiciona-se, assim, como Outro simbólico, lugar do tesouro dos significantes que permite desmembrar uma petrificação holofrásica, permitindo ao sujeito em constituição fazer um laço, no qual o sentido poderá circular no funcionamento da linguagem que permite ao sujeito se representar não só por um significante. Esta situação se distingue do restrito lugar de congelamento em que o sujeito pôde se situar diante do não-sentido oferecido pelo Outro absoluto²³, Outro que permaneceu numa referência anônima à Nádia, tal como afirmou a psicanalista.

Parece que, por receio de ser identificada à mãe, Rosine não se considerava uma suplente do agente materno: para ela, seu lugar era diferente, era lugar do Outro. Entretanto, se consideramos que agente materno é um outro nome para o agenciamento da função primordial do Outro, relativa à alienação/separação à linguagem, podemos supor que os dois termos são equivalentes. A psicanalista traz para a relação com a criança a linguagem. Confere aos seus atos o estatuto de uma “demanda”, portanto, de um pedido dirigido ao Outro, o que nos permite afirmar que havia na relação a mediação de um anteparo psíquico que não se limitava a uma interposição alienante por também apresentar-se como não-todo Outro. Se Rosine entende que as manifestações da

²³ Nos referimos aqui (como foi descrito no capítulo 1) ao processo de alienação na constituição subjetiva do sujeito, tempo em que o sujeito faz uma “escolha forçada” (LACAN, 1988 [1964]) para existir, ou seja, ele precisa aceitar o simbólico, no sentido que é oferecido do Outro ao ser, senão morre. Assim que esse ser acata o sentido à sua existência, ele pode, não obstante, se petrificar nesse sentido, como também pode aproveitar os significantes oferecidos para circular, produzindo outras

criança cifram a relação dela com a alteridade, podemos pensar que essas cifras se referem à realidade psíquica da criança. Há, portanto, uma operação analítica quando a psicanalista denomina as manifestações da criança como traços *passíveis* de serem interpretados (e não que tenham interpretação fixa, congelada, biunívoca), com o estabelecimento do laço transferencial: *psicanalista-criança*. Com a delimitação de uma demanda e o estabelecimento da transferência, vemos, então, os elementos essenciais a uma psicanálise.

2.1 A demarcação de uma demanda no ser

Do tratamento de Nádía temos alguns importantes momentos. O primeiro é o encontro de olhares da criança e da analista e o contorno de uma demanda. Será a disponibilidade da analista, posicionada como Outro simbólico, que fará a figura da criança doente se movimentar. É quando o significante aparece no lugar do vazio do real que a linguagem começa a funcionar em substituições: por meio da denominação de um apelo da criança e com a resposta da analista, pode-se fazer uma marca, como a própria autora localiza na sessão de 05 de dezembro (LEFORT, R. e R., 1984 [1951-52], p. 32).

Nesta sessão, a psicanalista supõe que a criança faz uma demanda ao Outro quando reclama sua mamadeira à enfermeira na noite anterior. A criança repete com a psicanalista o que havia feito com a enfermeira, pedindo pela mamadeira. Rosine atende ao pedido e a criança toma a mamadeira. Depois, Nádía coloca suas mãos sobre os seios de Rosine e balbucia um “mamama” pela primeira vez. A criança brinca com a cadeira, mas depois pede por colo. A analista atende, carrega-a no colo e a nina. Nádía a olha, passa as mãos em seu rosto, “apaziguada”, envolve seus braços ao redor do pescoço de

significações.

Rosine, apóia sua cabeça na dela e balbucia novamente, “mamama” (*Ibid.*, p. 32). Para a analista, a criança estava à espera do Outro (*Ibid.* p. 271), um que a acolhesse e trouxesse o simbólico sob o real.

Rosine (LEFORT & LEFORT, 2000) discute que a mamadeira tinha uma dupla representação. De um lado, ela poderia ser localizada só como instrumento que satisfaz a necessidade de saciar a fome. Para a autora, é justamente aí que reside o equívoco. Os cuidados com um bebê exigem a linguagem e o banho de significantes. Na falta disto é que pode acontecer o hospitalismo (como se supõe ter havido com Nádia), quando a criança fica posicionada numa situação de abandono subjetivo tal, que a ausência de um desejo dirigido a deixa no anonimato de intenções e num vazio de significação. Quando só há cuidado sob o âmbito da necessidade, um sujeito de desejo não pode advir, porque ele só advém quando alguém o fizer primeiro, ou seja, o desejo primeiro. Os cuidados não podem prescindir da linguagem. Atualmente, podemos verificar tais atos nas UTIs neonatais, quando a equipe não se atém a este cuidado no tratamento com as crianças internadas, esquecendo-se da linguagem²⁴.

De outro lado, Rosine Lefort localiza a mamadeira como objeto de demanda, objeto simbólico, distinto daquele do real das necessidades. É propriamente isto que está em jogo na transferência: a repetição de uma demanda, porque houve a marcação da resposta do Outro num movimento da criança. Rosine acaba promovendo o estabelecimento da demanda quando, atenta aos atos de Nádia, entendeu a importância de reconhecer um apelo à enfermeira pela mamadeira. Ela permitiu à Nádia se situar como sujeito que apela por algo. Vemos, portanto, duas vias: do Outro que pede (as enfermeiras se esforçavam em convencer Nádia a “*se deixar alimentar*”); da criança que também pede algo que lhe falta e pode encontrar no Outro uma resposta.

²⁴ VORCARO, Ângela. “Urgência subjetiva em UTIs”, texto inédito, 2009.

Este é o lugar próprio da demanda oral: a demanda de ser alimentado. Lacan (1992 [1960-61], p. 201-203) esclarece que a enunciação da demanda, por ser uma fala, evoca e atrai uma resposta invertida: “por força da estrutura significante à demanda de ser alimentado” há uma resposta em “deixar-se alimentar” pelo Outro. Entretanto, no encontro destas demandas do sujeito e do Outro há uma hiância, um *gap*, onde se situa o fracasso do encontro de demandas, por isso os muitos conflitos que explodem neste momento da relação mãe-bebê que, em princípio, pareceria ser uma relação fechada e complementar. Manifesta-se aí um transbordamento do desejo na demanda. Lacan (*Opus cit.*) aponta

que ela (a demanda) não poderia ser satisfeita sem que esse desejo se saciasse ali, que é para que esse desejo que transborda a demanda de ser alimentado, responde à demanda de se deixar alimentar, não se deixa alimentar, e recusa de alguma forma desaparecer como desejo pelo fato de ser satisfeito pela demanda, que a extinção ou o esmagamento da demanda na satisfação não se poderia produzir sem matar o desejo (p. 202).

A recusa no “deixar-se alimentar”, presente na anorexia nervosa (LACAN, *opus cit.*), seria uma maneira de salvaguardar o desejo: ao manter o Outro na demanda, não satisfaz o desejo com a resposta à demanda. No fundo deste desejo na demanda oral que encontramos nada mais é do que o desejo libidinal, em que o sujeito deseja, não apenas se alimentar do pão, mas também beber do corpo daquele que o alimenta. A demanda se configura como desejo invertido. A boca que tem fome se exprime pela cadeia significante na negação – escolhe o que comer, isso e não aquilo – como modo de mostrar a dimensão do desejo. Mantendo-se na procura da satisfação, permanece insatisfeito. Porque há sempre o buraco da falta, o sujeito só faz contornar o objeto. No caso do autismo, será que poderíamos localizar aí também uma recusa em se deixar alimentar, em beber do Outro e da água significante que este pode oferecer? O objeto oral, para Lacan (1988 [1964], p. 101) é, na verdade, o nada, porque o objeto de

satisfação que teria havido já foi perdido. Então, o seio e o desmame, em si, carregam mais questões ideais que propriamente reais, já que no nível oral os objetos podem funcionar como privação.

Para Rosine (LEFORT, R. e R., 2000), o Outro era o lugar ao qual Nádía endereçava sua demanda, pois acreditava que ele seria o portador de objetos. No entanto, sabemos que o objeto já nasce perdido. Não há como reencontrá-lo, só giramos em torno dele em circuito, sem nunca alcançá-lo. Só obtemos satisfação, mais-de-gozar, no próprio circuito da pulsão ao bordejar o objeto. É por isso mesmo que podemos demandar onde, no aquém desta demanda, há o desejo.

Robert e Rosine Lefort (1991, p. 94-95) entendem que as posições do autista e do psicótico, por exemplo, situam-se não só no âmbito do real, mas também no registro do imaginário. A alienação ao Outro, sem a separação, não permite a queda do objeto, transmutado em significante, mas antes, existe uma certeza na crença imaginária de que o objeto existe e pertence ao Outro. Então, o sujeito situado na posição autista crê que o Outro é Todo e invasivo demais para ser suportado e, por isso, reage a ele com uma recusa, colocando-se numa posição defensiva. Já na psicose, o sujeito se situaria completamente fígado e à mercê do Outro, como objeto no qual seu corpo não lhe pertence, é puro domínio das garras de um Outro imaginário e absoluto, que o enreda no transbordamento dos delírios e alucinações.

Nádía demonstra não estar sob o espectro autista ou psicótico, porque faz a mutação do real em significante, o objeto cai. Na sessão de 5 de dezembro, ela assim o demonstra. Uma vez que esse objeto cai, *o olhar*, o Outro aparece como faltoso e pode haver, então, a circulação da demanda de um Outro ao outro. Nádía demanda à analista algo, procura pelo objeto, não o encontra, mas localiza que o Outro, Rosine, pode ser um local de via de satisfação: “mamama”. Na dialética da demanda oral, Nádía brinca

com a analista, fazendo um jogo de beber o leite da mamadeira, cuspi-lo, jogar longe este objeto, derramando-o sobre seu corpo, sobre o de Rosine, mordendo a analista, puxando sua blusa e assim por diante. Ela mantém viva a circulação do desejo em relação aos objetos na demanda oral, jogando com o sim e o não, entre o ceder ou não ao Outro. Como um modo de não perder o desejo do Outro, nem a sua satisfação, a criança segue jogando com o Outro, se oferecendo ou não a ele. Neste primeiro encontro da analista com a criança há, então, uma relação de alteridade que vai de A (psicanalista/Outro) à $A+a$ (Nádia + objeto olhar) para A/ (Outro barrado, psicanalista) à S/ (sujeito barrado, criança desejante), sobrando a como resto da operação na intersecção entre elas.

2.2 O corte pelo significante

Na sessão de 10 de dezembro (LEFORT, R., 1984 [1951-52], p. 40), pode-se dizer que houve delimitação de corpos e de espaços. Rosine encontrou Nádia deitada em seu leito, fascinada com uma criança saltando no colo da enfermeira, de modo que não era somente o olhar que estava vivo, mas também a boca, que fazia movimentos de sucção. A psicanalista se posicionou atrás dela e a chamou pelo nome: “*Nádia! Nádia!*”. Nádia a olhou e sorriu, mas quando Rosine estendeu os braços para pegá-la, ela se recusou, esticando os braços e virando os punhos para trás. Rosine permaneceu aos pés do leito de Nádia, brincou com seus pés. Nádia tentou se sentar, mas desistiu. Brincou com o anel de Rosine e balbuciou “mamama” mais uma vez. Diante disso, Rosine saiu do quarto e não levou Nádia para a sala de atendimentos, porque supôs que a menina estava muito angustiada. Quando a deixou, olhou para o leito e viu que Nádia assentou-se e ficou olhando para ela com um olhar tenso. Esta sessão foi considerada pela

psicanalista como uma das mais importantes de todo o tratamento de Nádia (LEFORT, & LEFORT, 2000, p. 4), porque estaria em questão a realização da alucinação do desejo de Nádia, que incluiu o Outro e o objeto no olhar. Mas, também evidencia, para nós, uma posição da psicanalista como Outro retificado. Este seria um momento ilustrativo de como, mais uma vez, a criança estaria se colocando como objeto marcado pelo desejo do Outro. É relevante delimitar estas sessões, porque apontam uma diferença da clínica com crianças autistas, em que parece haver uma recusa da criança em se oferecer ao Outro, ou mesmo em ceder aos cuidados deste. Nádia, ao contrário, pede pela mamadeira e pelo colo de Rosine, mesmo que hesite num primeiro momento. Ao longo do tratamento, entretanto, acaba aceitando a presença de Rosine e passa a se oferecer também como objeto de desejo.

A partir destas sessões, Nádia procurava descobrir e saber sobre o Outro através da imagem que via à sua frente, a de Rosine. A criança chega até ao estádio do espelho, reeditando o simbólico à imagem de sua configuração corporal. Rosine relata que a criança, nesse percurso de pesquisa ao Outro, enfiava seus dedos na sua boca, arrancava seus óculos, colocava a mão por dentro de sua blusa, tirava a caneta do bolso, jogava longe, depois colocava novamente, além de beber da mamadeira e cuspir. Acontecia um verdadeiro movimento de delimitação do corpo e do espaço – o dentro, o fora e o furo –, permitido pelo simbólico que, por apresentar o campo da linguagem, carrega consigo os equívocos, a falta de garantias e controle sobre tudo.

O cuidado e o manejo despendidos ao bebê são específicos: no modo de carregá-lo e alimentá-lo, no uso do tom de voz ao lhe dirigir uma palavra, no olhar... Enfim, é por meio desses cuidados que o bebê vai distinguindo o Outro dele mesmo e denotando que tipo de laço fica estabelecido. Vemos que na relação que se estabelece entre a psicanalista e a criança há mais que papel em branco, Rosine se faz terreno sobre cuja

geografia permitirá a aderência de um sujeito, de um modo não restritivo e, sim, cuidadoso, mantendo certa distância.

Nesse tempo do tratamento, podemos considerar que ocorreu a passagem da alienação imaginária para a separação quando a criança, respondeu à demanda do Outro (conforme vimos no capítulo1) e não se situou mais totalmente presa no lugar do desamparo. Nádia passou a sorrir quando chamada pelo nome, não ficando somente imersa no gozo de um olhar voyerista, mas respondendo quando convocada. A criança saiu do espectro imaginário e da dimensão real para entrar na via significativa, pelo chamado da voz do Outro dirigido a ela, vinculado a um olhar desejanste.

2.3 A passagem da petrificação à vida

Há um furo que transpõe a relação imaginária entre a analista e a criança. Na sala de atendimento existe uma janela que metaforiza o *mais-além* da sala de sessões. Na relação terapêutica, a criança constata sua separação corporal do analista, ao se verem refletidas num espelho. Esta visão causa um mal-estar tamanho em Nádia, de modo que ela demonstra uma recusa, interpretada por Rosine como uma negação, de que tal separação de corpos seja real. O espelho concreto, pendurado na parede da sala, revelava a não completude entre elas. Sobre suas faltas, elas apenas se recobriam no imaginário, mas não se acoplavam no real dos corpos. Esta constatação feita pela criança acontece, em princípio, com dificuldade e recusa, mas, enfim, terminou por permitir a passagem da ilusão imaginária de um corpo fragmentado e diluído no ambiente à imagem de um eu, assegurado pela antecipação simbólica do que ela seria. É o momento do narcisismo primário em que Lacan (1998 [1949]) evidencia o estágio do espelho como um verdadeiro “drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência

à antecipação”, estabelecendo uma relação do organismo com a realidade.

Assim, concordamos com Rosine de que há um giro topológico, no qual a criança sai da díade imaginária, *eu-outro*, para entrar numa relação em que os semelhantes são mediados e transpassados pela dimensão terceira de um Outro simbólico. As superfícies dentro e fora se encontram, se cruzam, no sentido de que há um inconsciente, a partir da dimensão terceira de um Outro, que sempre marcará uma “estrangeirice” do sujeito com ele mesmo, denotando um cruzamento daquilo que é percebido como externo, mesmo sendo próprio do sujeito. O Outro, assim, pode ter um âmbito hostil, mas também acolhedor. A estrutura corporal, ao passar do bidimensional dentro-fora, para o tridimensional, dentro-fora-furo, permite a amarração dos três registros, simbólico, real e imaginário e, na intersecção deles, a presença do que não se pode fugir, o objeto *a*.

Sabemos que na clínica com bebês, não se “engolfa” a criança no ato analítico (talvez o “engolfar” seja um ato, mas não analítico), nem se faz uma introjeção de significantes para forçar a constituição de um sujeito. Tendo isto em vista, *será que a intervenção psicanalítica na clínica com bebês se faz pela linguagem que opera no real por meio do imaginário para se alcançar o simbólico, articulando esses registros e tentando localizar a criança na temporalidade de sua estruturação: é disso que se trata?*

Rosine Lefort (1984 [1951-52]) fez um esforço em se colocar presente diante de Nádia sem se fazer substituta da mãe e, por isso, buscou intervir tentando sempre situar sua posição e a da criança. Só assim parece ter conseguido fazer essa passagem da díade a uma relação do “eu com o outro” mediada por um Outro simbólico:

a relação que se instaurou entre ela (Nádia) e mim: uma relação completamente diferente da maternagem. É verdade que eu não me ofereço a ela sob a forma de qualquer substituto materno que visaria reconfortá-la e satisfazê-la. Eu apareço para ela completamente diferente dos outros adultos que ela conheceu na sua vida de instituição

(p. 10).

A psicanalista marca enfaticamente sua posição, desde o início do tratamento de Nádia, como distanciada da maternagem que, como vimos, era percebida por ela como um lugar só de conforto e de satisfação de necessidades. Ela aparece numa *Outra* posição, sem deixar de marcar a importância dos cuidados desse Outro, diferente do que é ofertado na instituição. Ainda assim, opera com elementos importantes à constituição de um sujeito, o que proporciona à criança a sua entrada na vida, sem estar totalmente submetida aos desígnios do Outro.

3. O caso entre R, S e I

Como meio de transpor o real – definido por Lacan como o *que não cessa de não se escrever* – para a linguagem, de modo a atingir a estrutura, reduzindo-o ao que ele tem de indizível, Rosine Lefort utilizou a escrita. De modo diferenciado da impotência em que ele pode ser localizado imaginariamente, ela produziu a distinção entre imaginário e simbólico, traçando com o simbólico o litoral que bordeja o Real. O relato do caso Nádia assemelha-se a um diário devido a quantidade de detalhes e o rigor da autora, preocupada em descrever todas as sessões, até mesmo contando as que não aconteceram. Tal trabalho de escrita se impôs na condução do caso. Rosine (1984 [1951-52], p. 267) afirma que a escrita se tornou indispensável, surgindo como uma necessidade de responder ao que era interpelado nas sessões pela criança. Isto nos aponta para outro posicionamento diferente da psicanalista. Ela não estava ali para tentar inserir métodos próprios à maternagem, ou mesmo incluir técnicas pedagógicas como via de tratamento. Ao contrário, como veremos no próximo item, Rosine buscou responder à **interpelação da criança** de modo distinto ao das posições das enfermeiras.

A escrita surgiu como material de um *só-depois*, na tentativa de elaboração do que acontecera na relação transferencial, neste encontro do real da criança, um organismo profundamente debilitado, com um outro, em posição de Outro. O ato da escrita denota mais uma tentativa da autora de tornar simbólico o que se encontrava, antes, só no real e imaginário.

A escrita do caso (VORCARO, 2003), o caso histórico, delimita um campo cujo método não cessa de se significar em sua abordagem, porque ela provoca uma transmissão através do exercício próprio ao ato de relatar o caso. O caso aparta o saber adquirido, inscrevendo o que há de traço propriamente metódico. No entanto, há uma função de literalidade do escrito que se revela na forma de abordagem singular do clínico de uma característica do real da clínica com crianças, que se conjuga com o desejo de analisá-las. A narrativa abarca muito além do que o analista saberia dizer do caso. O processo de transcrição, corte e recorte na escrita evidencia que o traço do analista na tentativa de bordejar o ocorrido revela sua imaginarização em pauta, especialmente na clínica com crianças, em que a questão da transmissão insiste em comparecer na demanda de uma transmissão simbólica, na demanda paterna.

Com Lacan, podemos depreender que esta questão da transmissão de um desejo paterno é a grande interrogação dos casos graves, ou dos ditos menos graves, na psicopatologia de crianças. Isto se refere aos casos de autismo, psicose ou debilidade, mas também àqueles casos de fobia, como no famoso *caso do pequeno Hans*, transcrito por Freud, em que a questão do pai é emblemática. Esta perturbação reverbera o que a criança pode ou não conseguir consentir, imaginando-se, alocando-se numa posição incomensurável, em que pode ser possível desdobrar-se na função significante. No entanto, ao não conseguir circular em outros termos e posições diante do Outro primário, para se distinguir, a criança deixa de aproveitar o que o campo simbólico tem

a lhe oferecer. Então, a intervenção exige a presença de uma transmissão simbólica nos atendimentos à criança; independente do local em que ela estiver concernida, este recurso jamais deve ser negligenciado.

É na literalidade da escrita que poderemos ver o que há de singular no ato do clínico. No entanto, a escrita mesma, por ser grafada e apagada, constringe o que pode haver de encontro ou desencontro em relação à experiência, ao mesmo tempo em que revela a que o escrito foi submetido, ou não, evidenciando o que faz o ato do clínico ser seu. Tal escrita permite uma reelaboração posterior ao caso, pela análise do real da clínica e do imaginário do clínico, de modo a localizar o que fora perdido ou o que foi encontrado. A operação de escrita tenta cartografar, por meio do simbólico, bordas ao real e cifras ao imaginário, os quais foram situados no “desencontro” do analista com o analisante. Esta escrita, entretanto, termina por revelar a submissão do clínico a ela, pois ela fala do analista para além do que ele conseguiria exprimir só pela fala. Interrogar a escrita do clínico é buscar, além das repetições imaginárias, o que é consistente e relevante, para se discernir aí o que é um ato analítico.

A despeito da dificuldade de interlocução sobre o caso, da ausência de supervisão sistemática, de uma abordagem teórica já solidificada e de uma psicanálise pessoal apenas iniciada pode-se supor que o relato escrito do caso Nádia funcionou como uma demarcação da função simbólica, que permitiu reduzir os efeitos imaginários e equacionar a presença da singularidade real daquela criança. Pode-se considerar, com Sauret (2006), o singular tal como é definido pela matemática: o que explode a função. No tempo do acolhimento, o que se espera é um ato que questione a singularidade do sintoma, localizando, nele, um saber ainda não sabido, re-situando um sujeito no sintoma que o constitui, promovendo uma destituição subjetiva.

3.1 O reenlace da criança pelo Outro simbólico

Rosine Lefort descreveu a importância de diferenciar e tentar marcar um lugar para a criança, permitindo o seu surgimento singular. Para isso, ela propôs o uso do brincar e do ato de fala, na voz de um dizer, cujo dito poderia promover uma mudança de posicionamento da criança, permitindo surgir um sujeito desejante, através da interpretação dirigida à criança-analisante. Rosine (1991, p. 12) apontou a necessidade de efetuar tais atos com o cuidado de não promover mais um “fechamento” determinante sobre o destino da criança, tal como seus pais um dia assim o fizeram (e isto, entretanto, foi necessário), ao contrário, propôs que o ato deveria proporcionar uma abertura, de modo que a criança surgisse separada das determinações massivas e congeladoras em que esteve submetida até o momento, sob sua primeira relação com o Outro na alienação. A relação transferencial foi evidenciada sob duas vias: da analista e da analisante. Ao que parece, o tratamento passaria pela retificação do Outro por um Outro simbólico, mais acolhedor, através da posição Outra da analista, distinta da função materna.

O Outro na teoria lacaniana (LACAN, 1985 [1955-56]) pode ser localizado em três dimensões, a partir dos três registros: simbólico, imaginário e real. O **Outro imaginário** aparece na função primordial da constituição de um sujeito e podemos localizá-lo na função materna; o **Outro simbólico**, barrado, é localizado na efetivação do Nome-do-Pai que promove a ordenação significante e permite a entrada do sujeito no campo da linguagem; e o **Outro real**, absoluto, é localizado como a dimensão impossível de se escrever na linguagem, aquilo que se configura como inassimilável, inaudito, como uma alteridade “estrangeira” surgida logo nas primeiras relações com o

cuidador primordial, mas que não é simbolizada²⁵. Tendo estas dimensões em vista, podemos pensar que elas se enlaçam na medida em que o Outro se apresenta ao sujeito e este se relaciona com esta alteridade.

A inscrição simbólica é o elemento de um terceiro tempo que fará a mediação entre os registros imaginário e real, promovendo uma ordenação, de forma a conferir uma realidade psíquica, tópica, ao sujeito. Quando o Outro não aparece nesta dimensão, o sujeito fica à mercê de um enlaçamento do Outro imaginário com o Outro real, absoluto. Assim, resta o impossível, que “não cessa de não se escrever” (LACAN, 1982 [1972-73]), e uma profusão imaginária em delírios e alucinações, já que sem o engajamento simbólico que permite relativizar e promover deslizamentos metonímicos, de modo a permitir novas significações, o que insiste em retornar é o inassimilável, gerador da angústia que pode ultrapassar os limites entre o exterior e o sujeito.

Relembremos²⁶ que o neonato quando nasce não tem condições de distinguir aquilo que percebe, que sente, e precisará de um outro que exerça uma *ação específica*, de modo a localizar, para ele, o seu corpo, o que lhe acomete e, assim, ir apresentando o campo simbólico. Em princípio, tudo se encontra indiferenciado e o neonato vive numa continuidade tensão-apaziguamento. Será quando houver algo que rompa com esta circularidade, através da demarcação de um traço que imprima uma estranheza no neonato, que ele poderá sair dessa imersão no indiferenciado para começar a fazer novos trilhamentos. Mas, quando essa demarcação não ocorre, ou quando a criança encontra-se numa posição psicopatológica, será necessária a intervenção de alguém. Mas, como? Vorcaro (2009)²⁷ identifica uma maneira de fazer uma marcação distinta da que a criança teve até o momento, a partir de uma *repetição diferencial*, ou seja, através

²⁵ Rever no capítulo 1 a discussão sobre a devastação e aquilo que permanece inassimilável no inconsciente do sujeito.

²⁶ Como já foi discutido no capítulo 1.

²⁷ VORCARO, Angela. A urgência subjetiva em UTIs., inédito.

de uma marcação da diferença em um movimento da criança, de modo a provocar uma estranheza que a instigue a sair do lugar em que esteve até então, mas, sobretudo, reconhecendo no gesto da criança uma resposta e franqueando suas manifestações, ainda que parcas. O sujeito é o efeito do apagamento de traços de estranheza vindos do Outro, transformando-os em olhar, gesto, voz... Será a saída da criança da condição de indiferenciação dela com o meio, através da marcação de traços de que houve a passagem de uma alteridade, que permitirá sua entrada no campo simbólico, a partir de um Outro que corrobore e reconheça nas manifestações do neonato uma resposta ao que ele causou. Esse é o deslocamento que o neonato deve fazer com a incidência desse Outro, fazendo “leituras” do que passou, concatenando com outros traços e, assim, circulando na linguagem.

Nos casos de crianças esboçando um funcionamento sob o espectro autista, psicótico, ou ainda, em casos de depressões anaclíticas (ou seja, quando a criança se encontra numa situação de abandono subjetivo por muito tempo), faz-se urgente a apresentação de um Outro simbólico que efetue uma barra ao enlaçamento do gozo do Outro absoluto ao Outro imaginário. Mas, como? Como efetuar a marcação de uma *repetição diferencial* aos movimentos da criança, localizando uma exterioridade estrangeira, mas, segura, quando as crianças já se sentem tão invadidas?

Para Zenoni (2000), nestes casos, quando se constata que o sujeito encontra-se somente sob o gozo de um Outro absoluto, seria preciso tratar este Outro. É justamente porque este Outro absoluto gera o sofrimento que se justificaria tratá-lo: tratando o gozo ao qual a criança fica restrita, submetida e invadida. Como? Apresentando um Outro mais acolhedor que permita construções, invenções, mas sempre com a abertura e cuidado suficiente de permitir à criança efetuar desdobramentos. Esta abertura é o que o campo da linguagem, no Outro simbólico, permite. A linguagem, além de não ser exata,

permite o equívoco, uma vez que o significado poderá advir de diversas maneiras nos deslizamentos significantes.

Desse modo, são ofertadas possibilidades à criança, permitindo a ela fazer ou refazer o laço social por meio de um Outro mais acolhedor e menos ameaçador. A fala pode ser dirigida, denotando um endereçamento, nem sempre com uma interpretação alienante, mas que delimite espaços, objetos, apaziguando a criança e regredindo progressivamente o gozo do Outro real. Sem perder de vista a subjetivação do sujeito, Faria (2006, p. 151) evidencia dois aspectos: “o da alteridade vigente no imaginário, o Outro que oferece continência e continuidade à via da estruturação; e o da alteridade simbólica, que presentifica um Outro barrado”; este seria um posicionamento daquele que se ofertaria no tratamento destas crianças, colocando-se como um “parceiro”. Atentando aos mínimos detalhes, o parceiro sustentaria a criação de um sujeito, de modo a lhe permitir defender-se do Outro absoluto, construindo novos laços a partir da presença de um Outro simbólico barrado, que reconhece o sujeito sem engolfá-lo.

3.2 A psicanalista entre o não-saber e o saber suposto

O posicionamento do psicanalista na clínica com crianças com graves patologias caminha de modo distinto ao do tratamento de adultos, mesmo levando em consideração uma “*unidade da psicanálise*”, no que concerne à diacronia da estruturação do sujeito. Na clínica com adultos, pretende-se subverter o sujeito, através de um ato que permita uma retificação subjetiva e o surgimento do sujeito do inconsciente, distinto do sujeito hegeliano, aquele do saber racional sobre si. Soler (2007, p. 136) salienta, sobre os tratamentos conduzidos por Rosine Lefort, que a psicanalista apresentava-se como uma verdadeira hegeliana, na medida em que ela não duvidava de que o real, que se apresentava pelas crianças em estado de sofrimento, era racional. Apesar de, em certos

momentos, os casos parecerem impossíveis, Rosine acreditava ser possível uma operação analítica, na medida em que, ao levar em conta a presença de um sujeito, uma “leitura” do real – mesmo apresentando-se como o impossível de se escrever – como dimensão da verdade seria possível, a partir da verdade que se apresentava. Afinal, no simbólico, as palavras não se limitam a rotular as coisas, como o discurso capitalista pretende na violência do uso limitado da linguagem ao útil, pois ele ultrapassa a relação biunívoca e inclui o equívoco que permite que os significantes sejam vergados em todos os sentidos. Teixeira²⁸ esclarece que

embora tudo pareça indicar que o uso da linguagem esteja direcionado e limitado por alguma espécie de ordenação representativa, sabemos, por outro lado, que a linguagem, por si só, não está limitada por esse modo de ordenação. A linguagem se revela antes, conforme assinala Pierre Bourdieu, como um “primeiro mecanismo formal cujas capacidades gerativas são ilimitadas”, no sentido em que não há nada que não se possa dizer e que se pode dizer o nada.

Temos, então, dois pontos importantes: 1) o tratamento do Outro absoluto por um Outro mais acolhedor, que dispõe e oferece o simbólico pela linguagem; e 2) a presença de um saber suposto pelo Outro, psicanalista. Parece, à primeira vista, que tais pontos caminham em direções opostas, mas não é o que ocorre na “Clínica de Rosine”. Há que se considerar tais direcionamentos, uma vez que não se pode esquecer que o trabalho com crianças precisa evidenciar o sujeito em constituição. Apesar de não ter um material recalcado a ser subvertido, isso não impede que uma operação norteadas pela psicanálise se efetue.

A posição da criança Nádia foi trazida para o campo simbólico, pois suas ações ganharam, em Rosine, estatuto de apelo, ou seja, foram tomadas como tendo uma significação para além da pura necessidade. Assim, ao se ver compelida a ajudar a pequena criança, Rosine entendeu que seria necessário *doar* seu próprio corpo como

²⁸ TEIXEIRA, A. *Psicanálise e ideologia: a violência da representação*, 2009, (texto inédito).

objeto e, ao mesmo tempo, como lugar do Outro. Como uma maneira de deixar a criança ecoar no seu corpo e assim tentar ouvir o apelo de Nádia, Rosine (1951-1984) relatou que

Nádia me coloca num lugar onde ela me demonstra o caráter real de meu corpo.(...) É deste lugar que eu vou me deixar interpelar por ela, escutar o que ela tem a dizer, dizer a morte para poder viver; (...) a me colocar no diapasão de seu drama, a lhe permitir bascular em minha direção a um lugar onde seu drama pode se dizer e ser ouvido. (...) É preciso que eu esteja presente e que eu encareça o seu gesto pelo que eu lhe digo, para que um sentido comece a emergir (p. 11).

Rosine demonstrou, neste momento inicial do tratamento, um posicionamento marcante em relação à criança. Ela considerou que a menina precisava de uma escuta diferenciada da que havia tido até o momento, frisando a importância de responder às interpelações da criança de uma maneira a lhe conferir sentido e acolhimento. Rosine entendia que a criança precisava, primeiro, de um *gesto dirigido* que, permeado de significação, trouxesse a palavra para ela, permitindo a linguagem circular fora do que antes ficava restrito ao mecanicismo das ações já rotineiras das cuidadoras da Fundação, que se transformaram, para a criança, numa ausência de sentido simbólico, o qual envolve uma relação de afetamento, para além de suprir as necessidades fisiológicas.

Na tentativa de situar a criança num campo simbólico, a psicanalista procurava interpretar os movimentos de Nádia, deixando “ressoar” o que a criança poderia querer dizer, retornando esse gesto de escuta em ato de fala²⁹. Considerando as manifestações da criança como pertencentes ao registro da “interpelação”, transpunha-as, assim, para outro registro: da imaginarização do real na direção da simbolização³⁰.

O corpo, para Rosine, era convocado nas sessões com as crianças. Sua massa

²⁹ Mais à frente discutiremos sobre esse “ressoar”, quando abordarmos a pulsão invocante.

³⁰ Articulando manifestações dela e da criança, colocava-as em série, da qual se podia deduzir uma lógica, um saber concatenado em laço: quando a menina reclamou a mamadeira, Rosine dá a mamadeira, quando percebia um mal-estar, Rosine se afastava, ou se aproximava, caso percebesse não estar ultrapassando os limites da criança; enfim, conferia ao funcionamento da menina um sentido inserido e engajado com o Outro, com o laço social.

corpórea, ainda que fosse também um obstáculo real, era também um material de uso, palco oferecido para a figurabilidade lúdica, um objeto nas mãos das crianças que ficava marcado por essas intrusões. Através da passagem pelo imaginário, Rosine trabalha com o campo simbólico: ao incluir na trama a humanidade da linguagem, retira do limbo do real um sujeito invadido por um gozo de um Outro, percebido só como invasivo, sem faltas, todo, através da inundação alienante pela qual congelava a pequena criança numa posição fixa. Ao que parece, a criança precisava da apresentação de um Outro distinto do que ela vivenciara até então.

O tratamento, talvez, passasse por essa via em que, supondo a existência ou a não existência de uma inscrição primitiva, seria necessário a marcação de um traço numa resposta distinta da que estava se efetuando, de modo a promover uma “*leitura*” para os movimentos da criança, apostando no sujeito pulsional, marcando seus atos e permitindo novos laços. Essa leitura é que parecia precisar de mudança do lado do Outro, o que justifica, assim, o que Colette Soler (2007) denomina *Tratamento do Outro*. A autora, ao sublinhar o posicionamento de Rosine como configurado neste lugar de uma apresentação retificada do Outro, afirma:

Mais precisamente, pelo ímpeto de uma vontade, que mais denota a veledade. Cabe chamar essa vontade de injustificável, no sentido em que as justificações nunca provêm senão do saber do Outro. É uma vontade que parte da barra sobre o Outro (p. 144).

Quanto ao corpo, Rosine se ofereceu como um terreno e este lugar funcionou como uma espécie de receptáculo em que a criança, ao passar, deixou uma deformação, uma marca. A psicanalista não foi somente uma espécie de porta-voz da criança, exercendo uma mera tradução: ela acolhia e se aderiu às manifestações da criança, de modo a devolver para ela demarcações precisas por meio de interpretações. A psicanalista se colocou como Outro simbólico, que suporta, oferece possibilidades, mas

não sabe tudo. Soler (2007) faz outras perspicazes observações e frisa que

Trata-se de suportar muitas coisas: que lhe enfie os dedos na boca, que lhe jogue água em cima... Em suma, ela empresta seu corpo, mas sempre com o postulado da transferência, isto é, que a gesticulação fale com ela e que, portanto seja articulada e decifrável. (...) ela é um Outro que fala, e que considera, inclusive, que a iniciativa da fala está do seu lado (p. 135).

Dessa maneira, Lefort possibilitou um descongelamento da criança nessa nova construção de um laço social que refizesse uma ligação dos dois registros, real e imaginário, ao simbólico. É o que vemos ao longo do caso, bem como de outros conduzidos por Rosine. Como as enfermeiras se limitavam a fazer seu trabalho somente pela via de suprir as necessidades, Lefort buscava inscrever outra maneira de lidar com o bebê, estabelecendo um laço, retirando-o de um estado de *congelamento*, configurado numa posição de sofrimento.

4. O olhar e a voz no tempo da constituição

Ao considerar que havia uma “demanda”, formulada como um pedido da criança dirigida a um adulto, Rosine Lefort entendia que poderia começar um tratamento, porque havia um endereçamento da criança. Dessa maneira é que ela interveio interpretando, pois entendeu que havia algo a ser lido, ou que precisava de uma leitura na falta de uma, de modo a reconstituir e transformar a criança, permitindo a ela sua saída da situação de adoecimento, que no caso de Nádía, Rosine hipotetizava ter sido gerado pelo abandono e falta do Outro primário³¹.

É preciso que o psicanalista suponha haver “saber” no funcionamento da criança

³¹ Longe de querer trabalhar com base numa definição de haver ou não uma inscrição primária, o que está aí em jogo, é que uma inscrição possa ser franqueada pelo agente para que seja concatenada a outras inscrições, por meio de experiências que permitirão seus desdobramentos em rede.

– saber agredir, saber reagir, saber adoecer – para haver um tratamento, não de uma coisa, de um objeto, mas de um sujeito em *porvir*, que apresenta determinadas manifestações. Por isso, a pressa e a antecipação têm, aqui, lugares privilegiados.

Durante todo o tratamento de Nádia, o esforço da psicanalista foi o de oferecer à criança um acolhimento distinto daquele que era considerado por ela como uma mera manipulação da criança. Para Rosine Lefort, Nádia era “manipulada, sem ser falada” (1984 [1951-52], p. 10). Seu tratamento implicaria, portanto, em conferir existência à criança pela palavra, inserindo-a no laço social, através da presença de um cuidador em posição de permitir à criança constituir uma alteridade segura em um *Outro acolhedor simbólico*. Para isso, Lefort traçou um caminho que permitiu à pequena Nádia ser tratada como um *sujeito* para além da necessidade, conferindo aos seus movimentos o estatuto de atos pulsionais.

A psicanalista localizou no olhar da criança sua vivacidade. Para ela, muito embora Nádia estivesse numa posição de quase imobilidade física, seu olhar estava vivo e atento aos movimentos de seu quarto. Logo no primeiro encontro entre a psicanalista e a criança vislumbrou-se um esboço de uma relação, pois Rosine logo marcou a existência de um sujeito em Nádia. Isso nos leva a pensar na articulação e delimitação entre *demanda da criança e a disponibilidade da analista*. Será que esta oferta de atenção despendida à criança é que a faria “*formular uma demanda*”? Ou, talvez, a interrogação mútua gerada no encontro, “*Que queres?*”, já pressupõe o desejo sobre o que um significaria para o outro?

O olhar se especifica, para Lacan (1988 [1964], p. 83), como o mais inassimilável e inapreensível dentre os objetos. É pelo fato dele ser desconhecido que ele se torna simbolizável na ilusão do “*ver-se vendo-se*”. Há ambiguidade no registro da pulsão escópica, porque o sujeito não sabe qual vetor surgiu primeiro: dele ou do Outro?

A partir da perspectiva de haver um nada antes de haver sujeito, um olhar o constitui como condição de existência: “no que estou sob o olhar, sou olhado e se olho, aquele olhar desaparece” (*Ibid.*). Esse olhar que o ser encontra é o olhar não visto, mas é um olhar da dimensão do imaginado, vindo do campo do desejo do Outro.

No nível escópico, há o desejo do Outro. O olhar pode funcionar como objeto *a*, porque evidencia um quiasma, ou mesmo um desencontro, no qual o sujeito se apresenta como o que não é, e o que se mostra não é o que ele quer ver. Apesar de haver mancha no olhar, engano no olho (“*trompe-l'oeil*”) quando este olha, o órgão, a partir do momento que serve à função do olhar, registra algo a partir de um ponto. O olhar entra como mais um objeto *a* dentre os outros objetos, oral, anal e voz (invocante), porque a direção do olhar só faz contorno ao que acredita ver, e nesse movimento pulsional de dirigir um olhar, há a satisfação. Quando o sujeito lança seu olhar não tem garantia de estar vendo com certeza aquilo que, em si, é; pode apenas ter a ilusão do que acredita ter olhado (como nos casos do mimetismo, por exemplo, ou nos quadros de muitos pintores). A realidade pode se confundir para quem olha. Na dialética do olho e do olhar, Lacan (1988 [1964], p. 100) afirma que não existe coincidência entre eles, mas logro, insatisfação. Na pressa de concluir, o objeto olhado, do qual o sujeito dependia, o objeto *a*, cai na falha entre o que se supôs ter visto e o que o sujeito afirma, de modo que ele se desprende dessa suposição³². A mancha sempre oculta o que há por detrás dela, preparando para a possibilidade do ressurgimento do campo do desejo (LACAN, 2005 [1962-63], p. 303), porque a revelação pode conferir satisfação, mas sempre com um alguém, nunca totalmente satisfeito.

Logo no início do relato do caso Nádia, Rosine descreve os primeiros encontros. Rapidamente, Nádia começou a reagir com sua presença, e a psicanalista assim notou.

³² PORGE, E. Verbete sobre o “Tempo”, in Dicionário enciclopédico de psicanálise, 1998.

Ao que parece, foi quando ela lançou um *olhar à imagem* do bebê (Nádia), imerso no real da doença, que a criança começou a se movimentar. Rosine (LEFORT, R., 1984 [1951-52]) descreveu a importância de diferenciar e tentar marcar um lugar para a criança, permitindo o seu surgimento singular. A intervenção despendida através do *olhar atento* talvez tenha sido uma aposta da expectadora Nádia: “*para onde isso vai?*”, o que acabou gerando a possibilidade de uma antecipação sobre o “ir” e, assim, o franqueou. Contudo, foi a analista quem disse haver vida no *olhar da criança*. E foi este olhar que a físgou. Há, então, a delimitação inicial de um saber duplamente suposto: a reciprocidade entre Rosine e Nádia na vertente escópica.

A demanda numa via dupla, de um Outro ao outro, vem num segundo tempo. Com Soler (2007), pensamos que há primeiro um olhar como oferta específica que antecede a formulação de uma demanda. Na aposta de existência de um sujeito, ou de que ele pode surgir, configura-se a concreta existência de um sujeito, antecipando-o. A criança, ao responder à intervenção, numa primeira solicitação distinta e endereçada do Outro, como se fosse, “*estou te vendo! Vejo que você olha!*”, é o que permitiu a marcação de um traço significativo que possibilitou, num segundo momento, a passagem do mal-estar do congelamento a uma demanda. Com um olhar mirado sob outra perspectiva geometral, Rosine, sem se dar conta, promove efeitos, ao evidenciar, através de seu olhar desejante, endereçado, a presença de um “*olhar-vivo*” na menina. Ela é vista sob uma outra perspectiva, os olhares se cruzam e só num segundo tempo é que Rosine pode constatar sua suposição.

Assim, quando a menina reclama sua mamadeira pela primeira vez à enfermeira e, daí por diante, inicia jogos de dar e tomar com Rosine, esse já é o *só-depois* de um segundo tempo que marca o encontro Rosine-Nádia na **demanda**. A transferência, na colocação pela analista de um saber suposto, ao não duvidar da presença de um sujeito

vivo, ou seja, que se encontra inserido numa lógica, faz antecipar um sujeito antes que ele mesmo se localize. A suposição de saber sobre a criança, quer dizer, sujeito em porvir passível de uma “leitura”, é que permitiu a entrada da criança na demanda oral. Rosine oferece um olhar dirigido (o qual a físgou antes, ao ver um olhar na criança) que faz com que a menina retorne esse movimento pulsional numa resposta, outro olhar, e com esse encontro de olhares, faz desdobrar o movimento pulsional para outros objetos.

A pulsão escópica funciona como constituinte. Ela convoca o ser, pelo desejo *ao* Outro, a comparecer, a existir por meio do *dar-a-ver*. Lacan (1988 [1964], p. 114) esclarece que no registro escópico o sujeito não é indeterminado, mas é determinado pelo corte do *a* na fascinação. No tempo do olhar, o que acontece é uma dialética da precipitação identificatória no instante de ver. O olhar, além de não só terminar o movimento, o faz cristalizar, porque no momento de ver há um efeito fascinatório (*fascinum*) sobre quem está dirigindo o olhar. Esse instante de ver faz uma sutura do imaginário ao simbólico, efetuando uma precipitação do tempo do olhar, quando no gesto há uma parada e, assim, o fascínio da invidía. Lacan fala que “há um apetite do olho naquele que olha” (*Ibid.*, p112) e o fato do olho estar desesperado por um olhar é que torna preciso dar o alimento pacificador num gesto de olhar. Assim, a raiz da pulsão escópica consiste no fato de que o sujeito se vê a si mesmo por meio do olhar do Outro desejante. No caso Nádia, há, além do olhar desejante da analista, a voz que ressoa para a criança como um outro gesto dirigido de uma alteridade.

A pulsão invocante na constituição subjetiva evidencia sua relação com a identificação. Lacan (2005 [1962-63], p. 299-300) explica que a voz tem como modelo o pote, porque o pote, por ser um tubo, exemplifica como se ressoa e circunscreve o vazio. Ao representar por meio de emissões de sons o nosso vazio, a voz surge do aparelho acústico, fonológico, mas só como um ressoar deste aparelho. A voz responde

ao que é dito, mas não pode responder por isto. Para responder, ela precisa ser incorporada como alteridade do que é dito. Esse processo de incorporação – identificação dada ao corpo do que vem do Outro – e o retorno num ressoar demonstram um movimento que pode ser conferido nos monólogos infantis. Ou seja, o que isso demonstra, para Lacan, nada mais é que a presença reveladora “das tensões denominadas de primordiais no inconsciente, é análogo, em todos os aspectos, à função do sonho. Tudo se passa na Outra cena” (*Ibid.*, p. 298). Por isso, a crítica à denominação desse monólogo como egocêntrica. A linguagem é veiculada ao sujeito de muitas maneiras, não só a vocal, mas parece que há uma relação com a sonoridade no processo de constituição dessa “concha acústica” em que nos formamos. A voz ressoa no vazio, não como modulada e sonora, numa música, mas como um imperativo que reclama obediência ou convicção, se situando em relação à fala articulada (*Ibid.*, p. 300). O sujeito pode não reconhecer sua voz quando canta, por exemplo, denotando o lugar do Outro no vazio, no que ele tem em sua dimensão de não conferir garantias. É por isso que a voz não é assimilada e, sim, incorporada, identificada.³³

Para Lacan (*Ibid.*, p. 322), todos os fatos anatômicos (funcionamento do órgão fático, do aparelho fonológico com a voz, a antecipação da imagem especular) se conjugam com o objeto *a*, porque eles vêm bloquear um lugar, a partir da constituição subjetiva que resulta na dominação do sujeito que fala sobre o sujeito que compreende, o sujeito do *insight*. A progressão e regressão do movimento pulsional em volta dos objetos (oral, anal, fático, escópico, invocante) denotam os caminhos pelos quais o sujeito passa no processo de sua constituição. Não é uma circularidade de fases, mas uma aderência dos objetos ao objeto *a*, como uma “pseudo-substituição” de um

³³ Passamos rapidamente às considerações sobre a pulsão escópica e invocante, reconhecendo a importância delas serem melhor trabalhadas. Tendo em vista a relevância dos objetos, o objeto *a*, propriamente, na teoria lacaniana, pensamos que este seria um trabalho a ser pesquisado com mais pormenores num outro momento. Nesta dissertação, achamos relevante dizer sobre as pulsões

encontro com o verdadeiro objeto de satisfação, o que não passa de um engodo, mas que encontra no sujeito um valor de destino.

Parece que a pequena Nádia queria ser encontrada. E, com o olhar atento é que Lefort desejou trabalhar com essa criança. Talvez seja mesmo o olhar o próprio disparador do tratamento – não sabemos se é mais da criança ou da analista – ou, talvez, a tensão da corrente que as mantinha ligadas. Havia algo que captava Lefort e a psicanalista hipotetizava haver vida escondida dentro da criança doente. Assim, a psicanalista passa a fazer parte de um trabalho de re-enlace da criança no social, convocando-a a existir, chamando-a pelo nome.

Ao longo do tratamento, houve uma relação com os objetos, enfim, colocou-se em jogo a relação dialética dos objetos ao Outro. A psicanalista trabalhou e produziu muito – os casos clínicos relatados por Rosine Lefort são longos diante do silêncio da criança que ainda não fala a língua social. Ela se preocupou, desde o início de seu contato com os bebês, com o lugar que ocuparia nesta intenção inovadora de um tratamento psicanalítico naquela clínica. Por isso, vamos agora, tomando como base esse posicionamento colocado por Rosine Lefort, partir para a discussão sobre a formação do psicanalista e, mais propriamente, sobre o ato analítico na clínica com crianças pequenas.

escópica e invocante, mas só a título de uma “passagem” pelos conceitos.

CAPÍTULO 3 – A direção do tratamento e o ato psicanalítico

1. Alguns apontamentos sobre a psicanálise e seus princípios

A direção do tratamento em psicanálise é, desde Freud, uma preocupação. A tentativa de circunscrevê-la em um enquadramento teórico consoante a seu método, ao mesmo tempo, de pesquisa e intervenção, foi um objetivo freudiano, nem sempre alcançado. Isso continua, hoje, tema de discussões instigantes, principalmente no que concerne ao estatuto da intervenção psicanalítica e sobre quem poderia concretizá-la em seu ato clínico, evidenciando a dificuldade de manter a ética da psicanálise sem jamais limitá-la, seja à mera aplicabilidade ou ao dogmatismo.

A fim de discorrer sobre o tratamento psicanalítico e seus princípios, Freud (1976 [1932-33 e 1937³⁴]) escreveu alguns ensaios. A tentativa foi de melhor organizar a práxis psicanalítica, explicitando suas diretrizes para resguardar sua continuidade, não como um saber fechado, mas buscando transmiti-la como um percurso a ser traçado por aqueles que ansiavam vivenciar a psicanálise. Sobre os caminhos percorridos em uma psicanálise, Freud procurou transmitir menos a técnica e mais a lógica da psicanálise e seu funcionamento:

Se nas descrições da técnica analítica se fala tão pouco em 'construções', isso se deve ao fato de que, em troca, se fala nas 'interpretações' e em seus efeitos. 'Interpretação' aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação. Trata-se de uma 'construção', porém, quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva (1976 [1937], p. 295)³⁵.

Interessa, em especial para a clínica com crianças, a abordagem freudiana do

³⁴ Cf. FREUD, S., *Construções em análise* (1937) e *Análise terminável e interminável* (1937), ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1976.

trabalho da análise, em que Freud (1976 [1937]) situou as construções com o paciente, a partir das associações de traços esquecidos, fragmentos, restos de lembranças. Assim, ele nos diz:

O analista completa um fragmento de construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira a que possa agir sobre ele; constrói, então, um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue, desse modo alternado até o fim (p. 295).

Estas construções representam um acréscimo à história do sujeito, situando-o num tempo, numa história, conferindo à análise o trabalho de localizar o sujeito no campo simbólico, mas permitindo, a ele também, a emergência de suas próprias construções, concordando, ou não, com as do analista. Enfim, a idéia é a de que o analisante possa usufruir da construção que foi feita, mas com o propósito de que ele possa desdobrá-la.

Nesta relação, do lado do psicanalista, além da atenção flutuante da escuta, o seu ato consistiria numa construção conjunta com o paciente, de forma a procurar desvendar seu sintoma e solucionar sua etiologia até a análise chegar, assim, ao seu fim. O que, alhures, Freud (1976 [1937]) salienta é que uma análise nunca chegará a ter um final configurado como algo redondo, sem furos ou sem restos. À luz da metapsicologia lacaniana, podemos entender que o desejo do sujeito sempre persistirá circulando e se mostrando em sua função, que é a de ser sempre insatisfeito. Freud (*Opus cit.*) em suas re-elaborações sobre o trabalho de análise observa que

O que um dia veio à vida, aferra-se tenazmente à existência. Fica-se, às vezes, inclinado a duvidar se os dragões dos dias primevos estão realmente extintos. A transformação é conseguida, mas, com frequência apenas parcialmente: partes dos antigos mecanismos permanecem intocadas pelo trabalho da análise. Não obstante, as impressões que se recebe durante o trabalho da análise não contradizem essa pressuposição; na verdade parecem antes confirmá-la (pp. 261-262).

³⁵ Citação com cortes.

Freud (*Opus cit.*) constatou, ainda, a impossibilidade de haver uma profilaxia ao surgimento de novos sintomas. Para ele, isto seria impossível, mesmo que o analisante tenha conseguido resolver a etiologia de seus sintomas, não haveria como prever algo que ainda não aconteceu (pp. 263-266). Talvez isto se relacione ao trabalho da *prevenção a-tempo* na clínica com crianças (FERNANDES, 2007), que não está relacionado a uma adivinhação ou previsão, mas propõe efetuar um trabalho simbólico de antecipar um sujeito. A fala é dirigida à criança de modo a fazer incidir nela um engajamento no desejo e na linguagem. Deste modo, seus efeitos serão observados posteriormente a este ato clínico, mas tendo a premissa de permitir à criança se ligar ao social com o intuito de não deixá-la num vazio de significação, que, como nos revela a clínica, pode gerar um destino nada promissor à criança. De posse, então, destas valiosas considerações freudianas sobre a psicanálise e seus caminhos, tentaremos discorrer a articulação delas com o ato analítico e com a clínica de crianças.

1.1. As premissas psicanalíticas por Jacques Lacan

Não foi sem razão que Lacan (1998 [1958]) formulou questionamentos à práxis psicanalítica. Ele articulou transferência e direção do tratamento em fins da década de 1950, procurando esclarecer o que ele considerava equivocado em relação à prática psicanalítica pós-Freud. Em *Direção do Tratamento e os princípios de seu poder* (*Ibid.*, p. 593), Lacan discorreu uma longa e exaustiva discussão sobre as diretrizes psicanalíticas, buscando “restabelecê-las”. A partir daquela época e até o fim de sua obra, Lacan insistiu numa constante re-elaboração sobre o que seria plausível e válido como meio de continuidade e transmissão da psicanálise. Faremos, aqui, uma passagem

por alguns apontamentos de Lacan, com o fim de articulá-los à discussão em pauta sobre o psicanalista e a clínica com crianças.

Em *Direção do Tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan, de início, problematiza o psicanalista e seu ato. Primeiramente, criticou psicanalistas que se dirigiam ao analisante por uma moral e entendia que este ofício jamais deveria se situar neste âmbito. Além disso, Lacan sublinhou que o psicanalista, diante do psicanalisante, deveria se posicionar como um “morto”, colocando-se mais em sua falta-a-ser do que em seu ser, se excluindo de uma posição de saber. Lacan (*Ibid.*, p. 594) alerta, ainda, que o psicanalista que se situa focado em seu ser age a serviço da intersubjetividade e fica menos seguro de sua ação. O que se propõe, portanto, é a abertura do inconsciente e não um encontro de consciências, não sendo assim uma filosofia, mas uma práxis psicanalítica.

Lacan procurou diferenciar intersubjetividade e terapêutica da psicanálise. Para ele, uma psicanálise só se inicia quando há transferência no encontro entre psicanalisante e psicanalista. A transferência do psicanalisante, pivô de sustentação da análise, produz a presença de um *sujeito suposto saber*. Esse sujeito suposto saber faz referência ao que o psicanalisante acredita não saber sobre seu sintoma, mas supõe que o psicanalista saberá desvendá-lo. É por isso que o funcionamento de uma psicanálise se dará pelo funcionamento deste terceiro que não é real, pois é inconsciente, mas é suposto pelo psicanalisante. Entretanto, esse saber só funcionará caso o psicanalista não ocupe esse lugar de saber suposto, se diferenciando desta posição de saber, pois, se isso ocorrer, ocupará lugar de coação e sugestão, inviabilizando uma psicanálise. Portanto, para além do prescrito numa relação intersubjetiva, no que se refere ao contrato com o paciente (em relação ao pagamento, ao número de sessões, etc), e da relação dual de um ao outro, uma psicanálise implica a presença de um saber suposto, que faz referência ao

inconsciente e não a um saber prévio do clínico. A psicanálise trabalha com um sujeito pulsional que está sob constantes mudanças e transformações, não sendo possível controlar previamente os efeitos de seus atos, só os verificando *a posteriori*, permitindo a este sujeito a sua liberdade de construção pessoal.

Neste trabalho, o psicanalista também paga. Não é só o analisante que entra com seu “capital” no empreendimento de uma análise, mas o psicanalista também o faz. Lacan esclareceu: o psicanalista paga com palavras (*Ibid.*, p. 593), na medida em que elas podem se efetivar como uma interpretação e promover efeitos; paga com sua pessoa, na medida em que a empresta como suporte dos fenômenos da transferência; e paga com o que há de mais íntimo em seu juízo, já que ele não é um anteparo psíquico, mas também está assujeitado pelo seu inconsciente e não está imune de sofrer com o desenrolar das análises de seus analisantes.

O psicanalista é aquele que dirige o tratamento, e não o paciente. Ele é o menos livre em sua estratégia de “morto”, já que, ao analisante, oferta a escuta e a liberdade de falar. Mas, com que intenção? O que o psicanalista pretende não é compreender a ordem cronológica dos fatos, a fim de encontrar uma solução pessoal e racional para o problema, mas considerar que é a lógica do sujeito do inconsciente que se encontra em questão. Então, é ao sujeito que vai ser permitido encontrar as possibilidades, ou seja, trilhar novos caminhos, construindo-os ou desconstruindo-os, já que é dele que se trata e não do psicanalista. A escuta psicanalítica passará, então, por um escutar, e não só ouvir, um *entender captando (entendre)*, o que não é algo do âmbito da compreensão. Ao contrário, a compreensão pode limitar a fala do analisante e suas possibilidades de respostas.

Não sofrer os efeitos do que o paciente fala é, o grande desafio do psicanalista. Como permanecer incólume ao que lhe é dito? Sem “introjetar” a economia subjetiva do

analisante, para alcançar alguma solução, e sem colocar *em pauta* sua própria fantasmática, o psicanalista encara mais que um desafio, mas uma necessidade em prol do andamento de uma análise. Lacan (*Ibid.*, p. 609) enfatiza que essa questão é cara ao psicanalista, justificando que, caso alguma daquelas atitudes se fizessem presentes, elas poderiam limitar ou mesmo inviabilizar a associação-livre do psicanalisante. Mas, como manejá-las?³⁶ Como o psicanalista pode fugir de sua fantasmática, ainda mais diante de uma criança, que exige do psicanalista um cuidado e uma maior mobilidade imaginária com o brincar?

Rosine Lefort (1984 [1951-52]) entendia que na relação entre ela e Nadia, entre as demandas e as recusas da menina, havia o *real do corpo* na cena, da analista e da criança, e que Nádia fazia uso do corpo de Rosine como via para o dizer. Então, a analista afirmou que foi, “*a partir daí que ela me força a abandonar toda idéia de buscar seu bem, a me despojar de toda intenção de ajudá-la, a lhe permitir se dizer e poder ser ouvida*”³⁷ (*Opus cit.*, p. 11). A psicanalista salientou que seria por meio do uso de seu corpo, como receptáculo das mensagens da criança, que ela se dirigiria em função não de um *bem*, de uma ética moral, mas de um desejo em causa. Para a analista (*Opus cit.*),

o que existe de real para ela, é o que falta ser simbolizado na sua relação comigo, ou antes, com meu corpo. É nesse sentido que o Real como registro toma todo seu valor de impossível. O Simbólico funda-se sobre o acesso ao significante: e a articulação do Real está bem aí na espera de ser transmutado em significante pela palavra do Outro, articulação essencial (p. 10).

O uso real do corpo da analista teria funcionado como via de acesso ao simbólico, em função de um sujeito em constituição, que já conheceria o Outro em sua

³⁶ Isto é o que ele discute, em outros trabalhos, sobre a importância da supervisão para os próprios psicanalistas em seu ofício.

multiplicidade de existência, mas que, entretanto, teria deixado de dar a Nádia seu estatuto de sujeito pela palavra. Podemos interrogar o uso do termo *real* neste trabalho da autora. Ao nomear o recurso corporal como via real de acesso ao simbólico, ela corre o risco de desconsiderar que já há algo em funcionamento na criança que, talvez, fosse melhor qualificar como da ordem do Imaginário. Com Lacan (1987 [1954-55]), podemos considerar que:

a linguagem, encarnada numa língua humana [...] é constituída de imagens escolhidas, as quais têm, todas, uma determinada relação com a existência viva do ser humano, com um setor bastante estreito de sua realidade biológica, com a imagem do semelhante. Esta experiência imaginária é o lastro de qualquer língua concreta, e da mesma feita, de qualquer intercâmbio verbal, daquilo que faz dela uma linguagem humana [...]. É justamente nisto que ela pode ser um obstáculo ao progresso da realização do sujeito na ordem simbólica, cuja função pura se manifesta de mil maneiras, na vida humana, função conotável em termos de presença e de ausência, de ser e não ser. E é justamente nisto que sempre temos de lidar com alguma resistência que se opõe à restituição do texto integral do intercâmbio simbólico. Somos seres encarnados, e pensamos sempre através de algum intermediário imaginário que detém, estaca, embrulha a mediação simbólica. Esta se acha perpetuamente picada, interrompida (p. 398).

Se o corpo de Rosine é, para Nádia, receptáculo de uma mensagem, mesmo que ainda não simbolizável, ele já é lugar de algum endereçamento, portanto, passível de responder à criança. Há, no gesto da criança, dirigido ao corpo da analista, a antecipação ou a prefiguração de uma imagem. Diferentemente do real que *não cessa de não se escrever*, neste caso, há algo que *não cessa de se escrever*, ou seja, há o imaginário (LACAN, 1972, p. 199). Uma vez que na clínica com crianças a imaginação e o brincar são elementos essenciais, o corpo em cena também faz parte deste âmbito, considerando que ele é também um lugar outro de um semelhante. Vemos que, aqui, a autora busca acessar a criança através de uma tradução do que ela poderia querer dizer, o que também não prescinde do imaginário da analista. Assim, os movimentos da

³⁷ Citação com cortes.

criança ganhariam estatuto de fala a partir da fala articulada da psicanalista. Com a constatação de que algo da criança estava fraturado em relação a si e ao mundo, a psicanalista via importância em efetuar uma intervenção que pudesse inserir a criança no circuito social, tentando criar condições para a ocorrência de estruturação de um sujeito. Esta prática com crianças foi justificada por Rosine Lefort como sendo de cunho psicanalítico, pois havia a presença de um *saber* em pauta na analista, saber este que se configurava como um *saber inconsciente*, saber reflexivo sobre um fazer (*opus cit.* p. 11).

Quando o sujeito chega à análise ele busca respostas para seu sintoma, ou seja, ele crê haver um saber em seu sofrimento que o analista desvelaria. Podemos supor que, como qualquer demanda, a detectada em Nádia prefigura uma antecipação de resposta possível. Qual será a direção tomada pelo psicanalista? Sob a forma de provocação, problematizando questões e entendendo que numa rede de significantes muitas significações podem surgir, não será uma resposta automática do psicanalista que permitirá a resolução das questões em pauta. O psicanalista tem como perspectiva o desejo. Portanto, seu ato não se dirige a fazer um *Bem* na análise ao analisante, antes, sua ética se dirige em função do desejo e sua problemática (LACAN, 1997 [1959-60]). Não se trata de reeducação, readaptação, mas de “tomar o desejo ao pé da letra!” [LACAN, 1998 [1958], p. 626-629]). Na clínica com crianças, o psicanalista também precisa manter em suspensão o equívoco, a dúvida e o espaço para a construção de novas significações, a fim de permitir o surgimento de um sujeito desejante.

Lacan (*Ibid.*, p. 633) assevera que a estrutura do desejo surge na análise como “aquilo que se manifesta no intervalo cavado pela demanda aquém dela mesma, na medida em que o sujeito, articulando a cadeia significante, traz à luz a falta-a-ser com o apelo de receber seu complemento do Outro, se o Outro, lugar da fala é também o lugar

dessa falta”.

Assim, o que o analisante demanda é ser preenchido por aquilo que ele não tem e que supõe ao Outro ter. Não obstante, também pode demandar as paixões do ser que se articulam à necessidade e, quanto mais essa necessidade for satisfeita, mais o sujeito se afastará de seu desejo. Se o desejo é a metonímia da falta-a-ser, para ele aparecer e não ser tamponado pelos engodos da necessidade, é necessário que o analista permita a demanda permanecer sem respostas.

Da relação corpo-a-corpo, da qual nos falou Rosine, temos em pauta a interpretação. Lacan (*Ibid.*, p. 599) lembra que ela só poderia se efetuar sob transferência. Fora dela, não há interpretação, pois o que se pretende ao interpretar não é promover um fechamento, mas um deciframento na “diacronia das repetições inconscientes”, utilizando-se da “sincronia dos significantes para efetuar uma tradução”. O que se verificará não será propriamente a convicção que se tem da interpretação – se o sujeito concorda, ou não, com ela –, mas seus efeitos e como esta intervenção permitiu surgir novos desdobramentos concatenados, ou seja, se houve, ou não, uma abertura de possibilidades. O que o psicanalista efetua é a aposta na presença de um desejo. Sendo assim, é no manejo da transferência que pode haver um ato analítico. Em Nádia, a localização, pela analista, de uma demanda endereçada, vem inaugurar a transferência.

Em relação à análise do Caso Nádia, de Rosine Lefort, frisamos uma série de acontecimentos que consideramos relevantes à discussão sobre o posicionamento do clínico e os efeitos de suas intervenções no tratamento, orientado pela psicanálise, dirigido a um sujeito em constituição.

2.O que há de inovador no caso Nádia?

2.1. O cuidado e o Tratamento do Outro

Rosine Lefort, ao longo do desenvolvimento do caso, oferece ao leitor, não só a transcrição das sessões, como também as suas elaborações sobre suas intervenções. Com isso, ela revela o seu estilo e suas opiniões pessoais sobre o tratamento com crianças pequenas e que se encontravam institucionalizadas. Descreveremos, neste item, o que verificamos como pontos importantes do caso, como uma maneira de pensá-los para o contexto da clínica contemporânea, articulando-os com a teoria e a prática psicanalítica. Apresentaremos, ainda, os pontos inovadores da autora na sua intervenção com a criança, enfatizando, principalmente, a práxis psicanalítica em extensão.

Pensamos ser de extrema pertinência pensar o tipo de **cuidado** que o adulto pode oferecer quando se propõe a tratar de crianças, principalmente daquelas que se encontram em condições de raso cuidado parental ou institucional. Rosine Lefort (LEFORT, R. e R., 1984 [1951-52], p. 26, 33) afirmou que, em suas intervenções com Nádia, ela a seguia de perto, ou a precedia de pouco, não manipulando demais o corpo da criança, nem a beijando ou a acariciando de modo insuportável. Dessa maneira, buscava permanecer atenta quanto aos seus próprios atos e ativa – ao ver, por exemplo, que a sua mobilidade na cena poderia promover uma mobilidade na criança, saía da posição de observadora, sentada numa cadeira, para interagir com a criança no chão – já que a menina, aos poucos, dava mostras de permitir sua aproximação gradual.

O cuidado tomado por Rosine também se evidenciava no fim de uma sessão. Nunca deixava a criança sozinha, mas sempre com outro adulto, ou em sua cama. Antes de sair, tomava a criança no colo e lhe explicava de modo terno e afetuoso que iria embora, mas retornaria no outro dia (*Op. cit.*, pp. 33, 84 e 91), instaurando e demarcando, dessa maneira, um movimento simbólico de *presença-ausência*, apostando

que, assim, a criança poderia suportar mais a ausência concreta do adulto, com a inscrição desse movimento, tal como no *Fort-da*.³⁸

Este cuidado de Rosine se estendia aos objetos (como a mamadeira e o prato de mingau), à maneira como falava com a criança, ou mesmo quando limpava ou calçava Nádia antes de levá-la à sessão. Seu cuidado representava carinho e presença de um Outro acolhedor, um Outro menos invasivo e tratado, distinto daquele que só queria obrigar a criança a satisfazer uma necessidade, forçando-a a se alimentar, por exemplo, e depois abandonando-a em seu leito. Entendemos que este funcionamento de Rosine em relação à criança e aos objetos usados nas sessões significavam, sobretudo, a circulação de um **cuidado do agente em posição de Outro**. Rosine nos diz que “passando progressivamente da mamadeira aos objetos dos quais sou portadora, ela liga a mamadeira à minha presença e a toma olhando para mim. Então, de uma relação de exclusão, ela passa, por este olhar sobre mim, a uma relação de inclusão” (*Opus cit.*, p. 38).

Aqui, podemos pensar que, neste cuidado, há o **Tratamento do Outro**? Quando a criança se mostra reticente à presença de qualquer pessoa, demonstrando um posicionamento de defesa e, ao mesmo tempo, um congelamento, uma alienação, na medida em que não consegue se desenvolver, pode-se pensar que, nesses casos, é o campo das trocas em que um Outro advirá que teria de ser tratado. O Outro da criança é efeito não propriamente do semelhante, mas da lógica da relação que se estabelece entre esta e o outro, o semelhante. Este tratamento do Outro significa, portanto, permitir à criança o acesso a novas configurações da alteridade que lhe permitam re-inventar um distinto Outro, apresentado a ela, não apenas em sua brutalidade maciça (a que a

³⁸ Brincadeira descrita por Freud ao observar uma criança jogando um carretel, em “Além do princípio do prazer” (1920). Para Freud, esse movimento representava simbolicamente uma maneira encontrada pela criança de elaborar a angústia gerada com a ausência da mãe e, por isso, a representava, num movimento de *vai e volta*, por repetidas vezes.

experiência da criança se restringira), mas também e, especialmente, de modo não invasivo, que apresente o campo das possibilidades da linguagem, da inclusão do equívoco e da criação, enfim, um Outro propriamente simbólico.³⁹ Rosine Lefort parece ter tomado esse cuidado ao se aproximar das crianças às quais se dedicou no empreendimento de um tratamento.

Além de todo esse cuidado, Rosine Lefort salientou que Nádia precisava, também, **inscrever o terceiro tempo pulsional e incluir o Outro** (*Op. cit.*, p. 37) em sua estruturação para sair da condição de imobilidade física e risco subjetivo em que se encontrava, mas, para isso, a criança precisava sair da condição de alienação. Então, para se incluir no simbólico, **a criança precisava se separar** desta alienação.

2.2. O efeito de ruptura na separação

Acreditamos que foi a chegada não invasiva, mas, sobretudo, cuidadosa da psicanalista, configurando o Outro tratado, que permitiu à criança ir se localizando e se reinventando. Nem sempre o ato analítico opera por interpretação verbal do psicanalista dirigida ao analisante. A própria maneira com a qual o psicanalista se posiciona diante do psicanalisante – com o silêncio, ou no caso das crianças, com um cuidado próximo, mas também afastado – promove um ato, naquilo que se refere a uma mudança radical, ao se verificar o efeito de uma ruptura no sujeito.

Para Rosine, Nádia estava alienada ao Outro, sob o âmbito do imaginário e do real, mas sem o enlaçamento simbólico. Isso provocava, ora fascinação pelo outro (uma criança sendo manipulada deixava Nádia com um olhar fascinado), ora recusa (com a chegada próxima de qualquer pessoa, ao esticar os braços e fechar os pulsos para não

³⁹ Ver capítulo 2.

ser carregada). Rosine (1984 [1951-52]) esclarece

Eu apareço como Outro separado, prematuramente; eu me dissocio e nasço do pequeno outro. No mesmo movimento, o pequeno outro torna-se aquele que priva Nádía do Outro. Ela fica desesperada e encontra a *invidia*. O outro, quando satisfaz-se de uma maneira qualquer perto do Outro, toma de Nádía seu objeto, isto é, o que faz parte do corpo dela (p. 41).

Rosine Lefort entendia que Nádía confundia o semelhante com o Outro, pois não havia a instauração do terceiro simbólico, e não só real ou imaginário. Na relação imaginária, a criança se situava numa linha sem diferenciação do outro e do Outro. É importante frisar, contudo, que Rosine considera que é a partir dela mesma, enquanto pequeno outro, que ela pode apresentar o Outro simbólico, que ela também encarna. Portanto, sobre a consideração anterior do real do corpo, Rosine parece reconsiderar sua posição diante da criança. Ela era um outro, ou seja, semelhante (e como tal, da ordem do Imaginário), mas se apresentando como Outro simbólico.

Na sessão de 10 de dezembro, Rosine Lefort considerou que foi por meio de seu chamado a Nádía que a criança começou a funcionar numa nova contagem, desalienada da colagem de *a* a *A*. Para a autora, o seu chamado, “*Nádía! Nádía!*”, funcionou como um “reencontro” da fantasia fundamental, resultando num efeito de recalque. Ao chamar a criança pelo nome e ela atendê-la, deixando de fascinar-se pela imagem da outra criança sendo cuidada, a psicanalista entendeu que a criança não funcionava num espectro psicótico, pois se reconheceu e reconheceu o chamado do Outro. Isto, para a analista, parecia significar que ela estava ocupando o lugar de um *Einzigster Zug*, ou seja, de inscrição de um Traço Unário, e, assim, de fundação do inconsciente. Consideramos, aqui, que, efetivamente, a psicanalista permitiu a inscrição de um traço que permitiu novos trilhamentos numa nova contagem. Entretanto, pode-se questionar se é sustentável situar a analista como traço unário e não como quem, na função de Outro,

demarcou um traço identificatório que fisgou o traço unário, já presente na criança, permitindo sua concatenação⁴⁰. Não se sabe qual foi o significante unário, nunca vamos saber, o que temos é o efeito dele ter sido consentido, ou não, no processo de constituição. A identificação é com um significante, que pode ser qualquer um, desde que ele permita à criança a sua formação enquanto sujeito.

Citamos o que a autora considerou sobre esta passagem:

Eu tiro-a da fascinação, afetando-a com o seu nome: com um significante. Minha nomeação tem valor de 'intimação que o Outro faz ao sujeito pelo seu discurso', segundo Lacan; e de uma intimação que implica, para Nádia, numa perda que destrói a certeza da imagem, como se eu lhe dissesse que Outro não está aí – onde ela quer vê-lo, mas lá de onde eu falo; e por aí eu digo-lhe o meu desejo. Eu sou, do meu lugar de analista, apenas a testemunha da perda. Quando eu lanço o significante 'Nádia', eu dirijo-me a ela enquanto sujeito, e reconheço-a como tal ao nível do significante que a representa (*Opus cit.*, p. 44)⁴¹.

Assim, a psicanalista marcou a inscrição de um significante que, para ela, funcionou como um reinício, na abertura de um novo trilhamento.

2.3. O terceiro tempo pulsional

Ao considerar como marco da **inscrição do simbólico** e do funcionamento da criança o **terceiro tempo pulsional**, para Rosine Lefort, isso seria verificado quando a criança começasse a demonstrar um “se fazer”, como um “se fazer ouvir”, dirigindo-se ao Outro, respondendo a uma demanda e depois demandando. Tal asserção é possível de ser verificada, porque houve o trabalho de antecipação de um sujeito desde o princípio do tratamento. Rosine não duvidava da presença de um sujeito em Nádia, ao contrário, considerou que um traço, como o olhar, dava mostras de uma grande vivacidade na menina.

⁴⁰ Conferir no capítulo 1 a discussão sobre traço unário.

Assim, quando Nádia (*Op. cit.*, p. 48), nas sessões iniciais até o fim do tratamento, demonstrou desejo de ser carregada, ao pedir por colo, ao se esforçar para se locomover, ao balbuciar, enfim, denotando interesse pelo mundo externo, ela demonstrou ter se reenlaçado ao Outro simbólico. Talvez tenha sido por meio da presença de um desejo dirigido, desejo do Outro, encarnado na psicanalista Rosine, que parece ter-se operado a inclusão da criança no campo do desejo através do seu desejo Outro. Se a criança pode demandar, é porque ela já incorporou a demanda do Outro, que a desejou antes:

Meu desejo, enquanto analista, aparece aqui como uma função essencial numa relação com o desejo de Nádia, onde 'qualquer coisa da alienação é conservada, não com o S1 e o S2, mas com o que se constituiu a partir do recalque originário, da queda do binário; e de outra parte com o que aparece primeiramente como falta, no que é significado pelo par de significantes, no intervalo que os une, a saber o desejo do Outro (*Opus cit.*, p. 47).

O desejo da analista surge no tratamento como elemento importante ao seu andamento, de modo que ele permite a vinculação da criança e a instauração da transferência. Se Rosine Lefort (*Ibid.*, p. 44) confirma que “de onde eu falo; por aí, eu digo-lhe o meu desejo”, não é sem razão. Talvez ela tenha funcionado, mesmo, como **suplente do Outro Primário**. Ao instaurar o simbólico, permitiu ao sujeito em constituição sua entrada no campo da linguagem e no funcionamento significante. Ao se assumir como aquela que permitiu o apagamento de um traço anterior pela marcação de um novo traço, inaugurando uma nova contagem, conferindo continência e suporte à criança, supondo um sujeito e permitindo o estabelecimento da demanda, Rosine Lefort efetuou uma operação semelhante àquela do Outro Primário; esse Outro denotava estar, em grande parte, ausente para a menina Nádia, antes da chegada de Rosine.

⁴¹ Citação com cortes.

2.3. A suplência do Outro Primário

Ao chamar por “*Nádia!*” e a criança responder a ela com um “*mamama*”, é Rosine quem aparece como o sujeito entre os significantes. Vejamos como Lacan (1967-68) analisa o clássico experimento de Pavlov com o cão⁴²:

o barulho do trompete não tem nada a ver com coisa alguma que possa interessar a um cachorro, pelo menos no campo onde seu apetite é despertado pela visão de um pedaço de carne, que Pavlov pode introduzi-lo legitimamente, no campo da experiência. O que ele aí demonstra é o que o significante faz, ou seja, que o significante é o que representa um sujeito para outro significante. O ruído do trompete não representa aqui nada mais que o próprio Pavlov para um significante, a saber, este signo da secreção gástrica, que ele só toma seu valor precisamente pelo fato de que é um efeito de engano, que a necessidade em questão é adulterada (pp. 12-13).

O organismo é, assim, simbolizado, corrompido pela linguagem e pelo desejo. O que Pavlov recebe é a sua própria mensagem sob a forma invertida. É ele quem transmite um desejo ao cão, e não este cão que não tem a linguagem e nada sabe sobre as obscuras intenções do cientista. É Rosine, enquanto suplente do Outro Primário, sujeito que aparece na enunciação, quem transmite seu desejo a Nádia e obtém como resposta: “*mamama*”. Lacan (1992 [1960-61], p. 201) considera que

toda demanda, pelo fato de ser fala, tende a se estruturar no seguinte: no fato de que ela atrai do outro sua resposta invertida. Ela evoca, por força de sua estrutura, sua própria forma transposta segundo uma certa inversão. Por força da estrutura significante, à demanda de ser alimentado responde, assim, a demanda de se deixar alimentar⁴³.

É claro que não estamos fazendo equivalência do funcionamento de um animal ao do humano, pois acreditamos que nem Lacan isso pretendeu. O que queremos colocar em questão é que, no processo de constituição de um sujeito, para que este

⁴² LACAN, J. (1967-68) O seminário 15, O ato psicanalítico, (texto inédito).

sujeito surja, faz-se necessária a presença do Outro que permite a instauração do simbólico, que de alguma maneira *force* a entrada do ser no campo da linguagem⁴⁴. O que acontece a Nádia é exatamente isto, a sua subjetivação pela instauração do simbólico, por Rosine, enquanto Outro Primário na relação. A psicanalista (LEFORT, R. e R., 1984 [1951-52]) retira a criança do campo do organismo fisiológico para incluí-la no campo do desejo e de toda a implicação que dele pode vir⁴⁵. A autora considera que,

Num primeiro tempo, minha nomeação aprisionava-a em seu S1, significante do seu corpo, na espera do significante do corpo do Outro. Em um segundo tempo, seu 'mama', que dirige-se para além de mim, funda o S2, isto é, o significante do corpo do Outro. É aí que ela inaugura sua relação de sujeito na análise e realiza a concisão da fórmula lacaniana: 'um sujeito é representado por um significante para um outro significante' (*Opus cit.*, p. 47).

A psicanalista inclui a criança no simbólico e esta consente ao seu chamado numa resposta que confirma a sua presença. Para Rosine, a sua nomeação funcionou provocando um recalque em Nádia, de modo a permitir o surgimento do sujeito “Nádia” (*Ibid.*, p. 173).

2.4. A formação de um Eu

Com a passagem do real à metonímia, pela ligação entre os significantes, há a promoção de um Eu arcaico, na medida em que a criança começa a funcionar de modo organizado, dirigindo-se à psicanalista, à outros adultos e crianças de forma distinta, brincando, balbuciando e esboçando novas palavras, enfim, demonstrando indícios de estar funcionando dentro de uma lógica na linguagem, circulando de modo interessado

⁴³ Citação com cortes.

⁴⁴ Cf. Capítulo 1, que trata do transitivismo e do *golpe de força*, extraído das elaborações descritas por Bergès e Balbo.

⁴⁵ Referimo-nos, aqui, ao âmbito *fantasmático* que pode advir quando adultos se propõem a ser um *locus* de referência a crianças pequenas que não têm quem faça lugar de Outro Primário, seja em hospitais, creches ou orfanatos. Ao tratar de crianças em constituição, talvez a fantasmática não seja algo de fácil

em relação a si e ao mundo.

Vemos que, para Nádia, a chegada de Rosine permitiu sua saída da condição de desânimo e desinteresse, quando pôde se sentir desejada por alguém. Não foi somente o fato de que a psicanalista chamou a criança pelo nome repetidas vezes que permitiu a ela se vincular, saindo da fascinação de uma imagem. O fato é que a criança não estava funcionando na linguagem plenamente, utilizando os meios que esse campo oferece. Mesmo em instituições onde a criança, por vezes, não tem alguém que lhe faça referência, a criança tem alguma relação com o significante. Quando a fala é dirigida, o desejo é endereçado e há um reconhecimento dos movimentos da criança. Ela tem a possibilidade de se vincular e começar a transitar pela linguagem, pelo simbólico, ao ter alguém, ou significante, que lhe marque uma diferença, funcionando como referencial. Há indícios de que a menina Nádia começou a se organizar e a demonstrar sua singularidade quando a analista apareceu demonstrando seu desejo, enquanto desejo do Outro. Rosine observou, no final do tratamento, que “seu riso e seu desembaraço dizem bastante que ela não está mais tocada pela imagem do pequeno outro que a fascinava; pois agora, ela tem sua imagem, seu 'eu'” (*Op. cit.*, p. 173).

A criança demonstrou, então, estar tranqüila, com bom sono, alimentando-se bem, sem que as enfermeiras tivessem que insistir ou forçar; ao contrário, elas relatavam que a criança estava sempre ativa e animada, brincando com outras crianças, conseguindo ficar com outros adultos, começou a se levantar sozinha e até conseguiu dar os primeiros passos e, o melhor, sem demonstrar angústia, ansiedade ou inibição (*Ibid.*, pp. 49, 56, 80).

Quando a criança demonstrava agressividade ou alguma ansiedade, a psicanalista fazia mais de uma sessão no dia, permitindo que a criança “descarregasse

separação, mas há que ser constantemente posta em questão.

sua raiva” nos objetos (mamadeira, mingau, bonecas). Contudo, a criança estava demonstrando, no fim, muita vivacidade e interesse em aprender a andar, falar e conhecer o que lhe cercava e, por isso, concluiu-se que ela já estava preparada para começar a ir ao Jardim de Infância (Ibid., pp. 71-73).

A aposta inicial da psicanalista de que havia a presença de um sujeito, visível na sua maneira de tratar a criança, considerando-a como tal, é o que parece ter contribuído para o reenlace de Nádia no simbólico e no campo social, permitindo a menina configurar um “eu”, em que demonstrava sua singularidade e capacidade de relacionar-se com os outros, sem se misturar a eles.

2.5 O fim do tratamento

A partir das intervenções descritas, a menina Nádia demonstrou uma melhora considerável em seu desenvolvimento. Então, iniciou-se o encaminhamento para o final do tratamento. O processo de vinculação de uma criança em um tratamento não é algo que acontece naturalmente, assim como não o é o processo de desvinculação da criança do clínico com quem vivenciou um processo de transferência. O processo final do tratamento de Nádia denotou, para Rosine, uma passagem da criança pela fase do espelho, momento de assunção do sujeito e consentimento do simbólico e da castração. Mas, como vimos, há todo um caminho percorrido antes do estágio do espelho que, na verdade, consideramos ter sido de extrema importância para a criança começar a se desenvolver.

A primeira vez que Nádia se viu e viu Rosine no espelho, ela se mostrou surpresa, estática e desviou, com violência, sua cabeça da imagem refletida. A partir desta imagem delas separadas, Rosine aproveitou esta via do espelho para debater a

separação entre elas, separação concreta e que, fatalmente, viria a se firmar, já que a criança caminhava para uma via satisfatória, sem demonstrar medo, insegurança, angústia ou qualquer manifestação que denotasse imobilidade física, desinteresse pelo mundo externo ou fragilidade na relação entre o “eu” e o “Outro”. Assim, numa cena, Rosine relata que

A enfermeira calça-lhe os sapatos sobre a mesinha, diante do espelho. Após ter-se assegurado que eu estou bem perto dela, ela fica muito interessada pela sua imagem, depois pela minha, quando eu me arranco para entrar no campo. Seu olhar vai de sua imagem à minha e da minha ao meu rosto real (*Op. cit.*, p. 83).

A partir daí, Nádia brinca muito com vários objetos, dá pulos no colo da psicanalista, gritinhos e balbucios de alegria, de tal forma que a psicanalista tem a impressão de que

ela renasce e digo-lhe isto; ela passeia grave e lentamente, em torno da sala, reencontrando seu interesse pelo mundo exterior. Quando a reconduzo ao seu quarto, o compartimento está em grande desordem: um monte de pó está no meio e os leitos estão em toda direção. Nenhuma enfermeira. Hesito um pouco, mas estando apressada a coloco em seu leito. Ela toma, porém, uma expressão tal, indefinível, que eu penso que quando se renasce nestas condições não se pode ser colocada em um leito, símbolo para ela do lugar deste abandono que tornou necessário seu renascimento. Eu volto a tomá-la em meus braços; ela abraça meu pescoço, depois quer andar e vai buscar dentro do monte de pó um pedaço de pão velho que ela suga e estende para outra criança. Então chega uma enfermeira. Coloco Nádia em seus braços (*Op. cit.*, p. 84).

A psicanalista demonstrou, aqui, toda a sua ternura e cuidado com a criança, não a abandonando ou a deixando em condições consideradas, por ela, indignas para um sujeito, ainda mais um em condição de renascimento, de transformação.

A criança vai demonstrando, então, que consegue ir elaborando a separação entre elas, pois mesmo depois de brincar de modo descontraído, beijando e abraçando a analista, Nádia consegue se despedir e ficar com a enfermeira. Sobre isto, citemos Rosine novamente, falando de um momento de despedida de Nádia, entregando-a a uma

enfermeira:

ela encontra em Nádia um ar radiante que a surpreende. Nádia olha para ela, sorridente, e estende-me os braços, inclinando-se para que eu a carregue. Ela coloca, ainda, a sua face contra a minha, com uma grande ternura. Sabendo muito bem que eu não me ocupo dela todo o tempo, e aceitando isto sem ansiedade, nem medo, ela estende os braços para a enfermeira e eu parto (*Idem*).

A psicanalista pensa que uma maneira de ir preparando a criança para o momento do fim do tratamento é ir dizendo à ela que elas são duas pessoas separadas, que percebe como ela tem “renascido”, crescido, enfim, como vê que ela está se desenvolvendo muito bem.

A psicanalista fazia uso da interpretação em fala dos movimentos da criança, tal como quando viu, em certas sessões, uma agressividade de Nádia com os bonecos e com a comida (*Ibid.*, pp. 89-91). Rosine interpretava, dizendo da raiva da criança em relação ao alimento que antes lhe era forçado, à falta de carinhos, mas que agora ela podia se alimentar à vontade e receber os carinhos do Outro sem medo. Enfim, Rosine conversava com a criança e acreditava ser este um meio de transmissão de uma mensagem que poderia ser confirmada, ou não, pela criança depois⁴⁶.

Diante do espelho, Nádia brincou de se ver e ver os outros durante muitas sessões ainda; começou a pronunciar algumas palavras, a usar o urinol e a utilizar as fezes como objeto de troca e manipulação, a caminhar, até quando Rosine finalmente viu que poderia finalizar o tratamento com Nádia (em especial num dia que a criança ia ao Jardim de Infância e deu adeus à analista). Segundo os relatos, Nádia demonstrou liberdade de ação nas brincadeiras, interesse, criatividade, tranquilidade e alegria. Conseguiu se adaptar à nova vida diária, ir ao Jardim de Infância, conviver com muitas

⁴⁶ É importante frisar que a interpretação visa a retificação da posição do sujeito ao Outro. Na clínica com crianças, da qual estamos tratando com o caso Nádia, parece que o ato e a posição do psicanalista é o que permite, num tempo de verificação, *só-depois*, conferir que foi feita uma interpretação pela *criança-analisante* na resposta dela, que faz confirmar ou não o que foi feito como ato analítico pelo psicanalista. (Sobre este ato analítico discutiremos mais adiante).

crianças de diferentes idades e com outros adultos, e se ligou a uma enfermeira, em especial, tendo ela como referência na instituição em que vivia.

O tratamento de Nádia, portanto, passou por: retificação do Outro, o qual permitiu um processo de separação de um Outro invasivo pela construção de um Outro tratado; inscrição do Outro Simbólico e a circulação do sujeito na linguagem; amarração do terceiro tempo pulsional; e suplência do Outro Primário, que não deixa de denotar um agenciamento de uma função materna⁴⁷.

3. A psicanálise além dos consultórios: em extensão

Tendo em vista estas considerações, como poderemos dizer quais seriam os procedimentos a serem tomados na clínica com crianças pequenas, baseando-nos na psicanálise e em seus princípios? Tomando como esteio a afirmativa de Lacan, “*fora do que chamei manejo da transferência não há ato analítico*” (1967-68, p. 46), pensamos que, a partir do *caso Nádia*, poderemos extrair caminhos possíveis em um tratamento com crianças, considerando, contudo, a particularidade que cerca a clínica em relação ao estilo do clínico (Rosine Lefort) e a singularidade do analisante (Nádia). Segundo Rosine Lefort (1984 [1951-52], p. 11), ela agiu sob a autorização da presença de um saber inconsciente e da transferência que se estabeleceu, sendo, assim, justificável ter se autorizado a desenvolver um tratamento analítico. Vimos que a psicanalista fez mesmo uso da transferência para efetuar suas intervenções com a criança. Sobre o *saber*, vimos a reflexão constante da psicanalista na construção de um saber que fizesse ligação com o seu fazer, o que denotou uma preocupação da autora em se manter numa posição distinta ao do saber pronto. A própria descrição de todas as sessões e a discussão

⁴⁷ Voltaremos adiante nesta questão.

posterior ao caso, bem como sua publicação, evidenciaram que Rosine se referia a outro saber, àquele que surge no caso a caso.

Sabemos que Rosine atendeu crianças institucionalizadas e isto foi mais um elemento inaugural em sua prática, pois ela viveu num tempo em que quase não havia muitos trabalhos no âmbito da psicanálise com crianças pequenas, principalmente com aquelas que foram abandonadas, ou se encontravam hospitalizadas, apresentando manifestações que denotavam graves riscos ao seu desenvolvimento motor, cognitivo e subjetivo. A clínica com crianças talvez exija ser considerada para além do consultório, porque se trata de sujeitos em constituição. Ainda que consideremos a singularidade da criança, ela depende de outros discursos e de outros campos sociais de circulação para se desenvolver. Atualmente, práticas de acompanhamento terapêutico têm demonstrado isso. Além disso, sabemos que, muitas vezes, não é possível desenvolver um tratamento só em consultórios, como nos casos de crianças internadas em hospitais, vivendo em orfanatos, dentre outros casos que nos colocam a pensar sobre a validade de manter uma criança, por longo período de tratamento, só no consultório: será que não se correria o risco de restringir a criança ainda mais?⁴⁸.

O trabalho de Rosine Lefort evidenciou a psicanálise em extensão, ou seja, uma prática além dos consultórios. Por isso, é justificável esclarecer tal prática, a fim de circunscrevê-la como legítima, que tem sua base na teoria psicanalítica, não se confunde com psicoterapias ou psicologias, e que a cada dia tem se expandido mais. Judith Miller e Jean-Daniel Matet (2007) apontam que, para existir a psicanálise, não significa ter um *setting*, mas...

implica pôr em jogo a transferência e o que nela se interpreta. Implica pôr em jogo o corpo através da fala interpretante, através desse artifício

⁴⁸ Em alguns casos de autismo ou psicose percebe-se que o consultório e o clínico podem funcionar como mais um local de constrição da criança e de fechamento de possibilidades e que as fantasias do clínico podem promover mais uma alienação, ao invés de permitir a separação e o desenvolvimento da criança enlaçado ao social.

singular que se assemelha ao amor. Com efeito, a transferência faz funcionar uma instituição (pp. 3-4)⁴⁹.

Por isso, quando Freud falava em “construções em análise”, talvez ele estivesse apostando na inventividade do psicanalista quanto ao seu ato diante da fala do paciente.⁵⁰ Leia-se bem, ele não falava em fazer inúmeras interpretações como se estivesse testando a sorte com uma “loteria de traduções”, pois, para isso, sempre existiram filosofias e religiões que efetuavam uma fala a serviço de outras ordens. O que Freud dizia se referia à “construções” com o analisante, e não à revelia dele, abordando um novo caso sempre como novo. Era a fala do analisante que o guiava, e não o contrário. O psicanalista, para Freud, jamais foi um Totem, e o analisante jamais o mesmo em meio a muitos.

3.1. A psicanálise em intensão e em extensão

O discurso psicanalítico se estende, hoje, à muitas instituições, mas sua prática é, ainda, objeto de discussão. Muito embora Lacan tenha proferido em muitos de seus *Seminários* sobre a práxis psicanalítica, foi em fins da década de 1950 que ele mais delongou em discutir acerca da prática psicanalítica, bem como sobre a formação do psicanalista. Em 1964, 1967, 1968 e 1971, Lacan organizou textos sobre a formação do psicanalista e dedicou todo um seminário, *O Seminário 15: O Ato Psicanalítico*, à discussão sobre a práxis psicanalítica, buscando rever e acrescentar novas descobertas a partir do que postulou Freud sobre a análise, a direção do tratamento, a transferência e, nomeando o que faltava se circunscrever, o ato psicanalítico.

⁴⁹ Citação com cortes.

⁵⁰ Há que se lembrar que a análise se refere à decomposição, desagregação ou separação das diversas partes constituintes de um todo (segundo o dicionário *Aurélio*).

Como maneira de organizar o que ficara confuso e, até mesmo degradado, em meio a tantas teorias que se estenderam após Freud, Lacan (2003 [1967, 1971]) viu a necessidade em retomar a práxis instituída por Freud. Assim, para estabelecer uma via a tal empreendimento, Lacan e outros psicanalistas fundaram a *Escola de psicanálise*, em Paris, onde **psicanalistas autorizados** e **psicanalistas em formação** teriam um lugar para estudar a psicanálise, procurando transmiti-la e estendê-la, mas tendo sempre como horizonte a manutenção de seus pilares. Com isso, então, procurou-se esclarecer a prática psicanalítica e sua teoria, dividindo-a de maneira didática em: psicanálise em intenção e em extensão, pura e aplicada respectivamente, sendo efetuadas por meio e sob os auspícios da *Escola* naquela época.

A psicanálise pura, ou didática, tem como base a teoria e a prática psicanalítica fundada por Freud, quer dizer, uma prática operada num local em que se faria uma análise *stricto-sensu* – aquela em que há a demanda por uma análise.

Sobre a psicanálise em extensão, ou aplicada, a prática analítica é ampliada e reconhecida para além dos consultórios, mas com a manutenção do discurso psicanalítico e sua fundamentação de forma atual nos atendimentos, nos exames clínicos e até nas formulações de projetos terapêuticos. Para Lacan (2003 [1964,1971]), qualquer tipo de conformismo que impedisse o progresso da psicanálise deveria ser eliminado, até em sua maneira de se articular com ciências afins. Tem-se, assim, uma postulação e elevação da ética psicanalítica, ao procurar manter sua práxis à vista com suas bases teóricas.

Tanto na psicanálise em intenção quanto na aplicada, há um saber textual que rege as práticas, saber orientado pela teoria freudiana, principalmente no que se refere ao inconsciente. Serge Cottet (2007) afirma que o analista, implicado em seu ato, tenta fazer existir esse inconsciente, considerando, sobretudo, a particularidade dentre os

muitos de uma instituição, tentando haver-se com as exceções. Desse modo, a psicanálise aplicada se inscreveria na “epistemologia da deformação, da topologia da anamorfose dos conceitos, sem nunca se confundir com a degradação dos princípios” (COTTET, 2007, p. 28), o que significa, assim, ver além do que aparece, propondo uma ampliação de conceitos no campo da experiência. Vemos, hoje, tal extensão nas clínicas psiquiátricas com adultos ou nas práticas com crianças em posição autística, psicótica ou neurótica grave, além de experiências na França, Bélgica e no Brasil.

3.1.1. A prática psicanalítica com crianças em instituição

Diante de tudo que nos é trazido pela teoria sobre os princípios psicanalíticos temos, em sua conjunção, a prática. Da prática de Rosine Lefort com crianças institucionalizadas, como também de outras práticas posteriores, temos a atualidade do tratamento com crianças. Sobre isto, tivemos as experiências de Maud Manonni na criação da Escola experimental de Bonneuil-sur-Marne em 1960, na França, que pretendia correr contra a orientação psiquiátrica, oferecendo um lugar semelhante e organizado como uma casa, que acolhesse as crianças e adolescentes, sem segregação de idade ou de problemas psicopatológicos. Na Bélgica, são desenvolvidos trabalhos e pesquisas tendo como base a psicanálise nas instituições *Antenne 110*, desde 1974, e no *Le Courtil*, desde 1982 (TENDLARZ, 1997, pp. 100-101). No Brasil, temos algumas instituições que se propõem a fazer um trabalho de intervenção fora do consultório. Dentre elas, o *Lugar de Vida*, em São Paulo, que tem como referência as práticas acima referidas e que mantém a pesquisa psicanalítica em circulação na instituição, atendendo crianças e adolescentes e mantendo vivo o questionamento entre o tratar e o educar, no tratamento.

Di Ciaccia (2007), a partir de sua experiência com crianças autistas na instituição, elucida que a prática “entre vários” acontece quando diferentes pessoas, ou profissionais, trabalham juntos no tratamento institucional, considerando as exigências do sujeito e da sua relação com a linguagem. Procura-se entender qual a posição do sujeito e que tipo de laço está estabelecido com o Outro. A instituição não funciona de acordo com as exigências dos especialistas, mas, ao contrário, correlacionada à posição do sujeito, de modo a permitir que a fala e o dizer dele sejam receptivos aos ouvidos institucionais, permitindo mudanças (CIACCIA, 2007, p. 75). Sobre essa prática, o autor ainda lembra que Lacan, no *Seminário 17: O avesso da psicanálise*, afirma que esse “vários” pode acontecer de muitas maneiras, dentre elas, no próprio giro dos discursos na disposição analítica e na redução aos quatro elementos que existem em todo discurso.

Virgínio Baio (2007, p. 169) também elaborou, a partir de práticas institucionais com crianças em situações de agudo sofrimento, uma série de elementos importantes da psicanálise aplicada a esse campo. A partir da prática “entre vários”, Baio apresentou uma prática inovadora e transgressora, mas que mantém em seu fio a psicanálise e seus princípios. Alguns dos apontamentos deste psicanalista se relacionam com a prática de Rosine Lefort, sobre a qual estamos nos debruçando, como: preservar o **furo central do analista**, ou seja, mantê-lo como um **Outro barrado**, furado pela castração, faltoso, próprio daquele que **não sabe tudo**.

O psicanalista, nessa clínica, trabalharia como um “parceiro-sintoma” da criança, de modo a permitir a ela inventar um distinto Outro, elevando “sua invenção à dignidade de *sinthome*”, quer dizer, permitindo a ela fazer diferentes enlaçamentos com os registros psíquicos, real, simbólico e imaginário. Nesta relação, o psicanalista faria uma presença atentamente distraída, sendo sensível às diferenças, estando atento a

qualquer “parte” da criança ou de um objeto, de forma que essa parte poderia ser usada como a pedra angular de uma elaboração de saber, não *standart*. Mais ainda, deve fazer destes “pedaços de real” que, em princípio, não se encontram articulados com o simbólico, algo diverso, novo, não imitativo, mas singular, sem promover uma identificação imaginária que faça uma outra alienação de tal maneira a novamente fechar as possibilidades.

Nos trabalhos de Rosine Lefort, como o *caso Nádia* e o *Menino Lobo*, percebemos que a psicanalista se posicionava como Outro barrado e considerava os objetos usados pelas crianças não como meros objetos reais, mas significantes que se estendiam ao corpo. Se na enunciação não se sabe quem é o sujeito da frase e, além disso, Lacan (1967-68) afirma que só podemos encontrar o sujeito entre os significantes, este sujeito não se confunde com o sujeito gramatical da frase. Talvez possamos pensar que os objetos, qualquer um e até mesmo uma parte do corpo das crianças, podem significar que elas podem se fazer nos “entre”. Portanto, ao jogar com os significantes, transpondo-os a outros, um sujeito poderia advir, se fundamentar, se constituir.

Para Cottet, o psicanalista em instituição teria hoje um valor mais **agalmático** (*Opus cit.*, p. 30). Como entender essa asserção?

4. A posição *agalma* do analista

Lacan (1967-68) afirma:

O essencial que desenvolvo não é que no final da psicanálise, o psicanalista se torne para o outro o objeto *a*. Esse “para o outro” aqui toma singularmente o valor de um “para si”, enquanto como sujeito não há outro senão esse Outro ao qual é deixado todo o discurso. Não é nem para o outro, nem em um “para si”, que não existe ao nível do psicanalista, que reside esse “a”, é num “em si”; um “em si” do psicanalista. Eles próprios são esse dejetto presidindo à operação da tarefa, que *eles são o olhar, são a voz*. É enquanto são, em si, o suporte

desse objeto 'a' que toda operação é possível (p. 136 – grifos nossos).

Mas, o que Lacan quis dizer sobre ser o “suporte do objeto a”? No *seminário sobre a transferência* (1992 [1960-61]), ele cita o *Banquete*, de Platão, para ilustrar em que lugar se configuraria o psicanalista no manejo da transferência com o analisante. Diante dos elogios de Alcibíades a Sócrates, o mestre entendeu que Alcibíades não se dirigia propriamente a ele, mas a outra coisa. Sócrates falou a Alcibíades que não se iludisse, porque onde ele via alguma coisa, na verdade via o nada. Sócrates recusa-se a mostrar a Alcibíades a metáfora do amor, porque sabe que nada há que seja amável nele. Sua essência era o vazio, o oco. O mestre recusa-se a dar o que sabe não ter, recusa-se a dar o seu *simulacro*. Mostra-se incapaz de dar os sinais do seu desejo, pois recusa ter sido um *objeto* digno do desejo de qualquer um (LACAN, 1992 [1960-61], pp. 157-158).

Este objeto do desejo a que Alcibíades se dirigiu é o que o apaixona, é o *agalma*, a jóia. Ele culmina na fronteira, no limite da metonímia do discurso inconsciente. A sua função é limitada e fugaz, pois se configura como objeto parcial. E é aí que reside o interessante do *agalma*, porque tudo que gira na dialética psicanalítica é em torno do que se denomina objeto parcial.

O objeto que situamos tem relação com a fruição do gozo, o valor do prazer. *Agalma* tem significado de ornamento, enfeite, mas o que importa realmente é a sua característica como jóia, objeto precioso que está guardado no interior de algum lugar (*Ibid.*, p. 139). É isto, pois, o que o desejo ao acentuar um objeto entre todos, por não ter nenhuma comparação com outros.

O desejo se apresenta como tal, numa posição que somente pode ser concebida com base na metonímia determinada pela existência da cadeia significante. A metonímia é esse fenômeno que se produz no sujeito como suporte da cadeia significante. Tudo o

que se acha uma vez associado à cadeia significante – o elemento circunstancial, o elemento de atividade, o elemento do mais-além do termo no qual essa atividade desemboca –, todos esses elementos, em condições adequadas, são capazes de ser tomados como equivalentes uns aos outros. Um elemento circunstancial pode assumir o valor representativo daquilo que é o termo da enunciação subjetiva, do objeto para o qual o sujeito se dirige, ou, igualmente, da própria ação do sujeito (*Opus cit.*, p. 172).

O que está em questão no desejo é, portanto, um objeto, e não o sujeito. O sujeito é o suporte do objeto do desejo, mas também não o é. Esse objeto é aquele que transita de um outro ao Outro. O que nos liga ao Outro é alguma coisa que representa a natureza do objeto. A pergunta que formulamos ao Outro, quanto ao que ele pode nos dar como resposta que desejamos obter, é o que faz o enlace do amor. O objeto é supervalorizado, tal como afirma Lacan (1992 [1960-61]):

é enquanto que ele tem a função de salvar nossa dignidade de sujeito, isto é, fazer de nós algo distinto de um sujeito submisso ao deslizamento infinito do significante. Ele faz de nós algo distinto do sujeito da fala, esse algo de único de inapreciável, de insubstituível, afinal que é o verdadeiro ponto onde podemos designar aquilo a que chamei a dignidade do sujeito. (...) A individualidade consiste inteiramente na relação privilegiada em que culminamos como sujeito no desejo (p.173).

Se esse objeto promove a paixão é porque ali dentro, escondido nele, há o objeto do desejo, *agalma*. E Lacan (*Opus cit.*) ainda fala que

é isso que dá o peso, a coisa pela qual é interessante saber onde está ele, este famoso objeto, qual é sua função e onde ele opera tanto na inter como na intra-subjetividade. Esse objeto privilegiado do desejo culmina, para cada um, nessa fronteira, nesse ponto limite da metonímia do discurso inconsciente. Esse objeto desempenha aí o papel que tentei formalizar na fantasia (p. 150).

Assim, o sujeito tenta fazer do outro sujeito um objeto do seu desejo, a fim de ter em mãos o objeto. Sócrates se mostra apenas como invólucro do que é o objeto do

desejo para Alcibiades que se referia, na verdade, a Agatão. O que o mestre revela é a dimensão da transferência no processo de busca da verdade.

O fenômeno da transferência consiste em ser um sustentáculo para a ação da fala. Esta só se mantém pela transferência, que se funda num processo espontâneo na análise. A transferência permite a rememoração, a elaboração e é manejável, como já o dissemos, pela interpretação. Ela se caracteriza como a repetição de uma necessidade. No processo da análise, o sujeito sob os fenômenos transferenciais, constrói, formula, fabrica algo. Estas formulações são para o Outro da figura do analista. É por isso que se diz “amor de transferência” na análise, na medida em que o sujeito se dirige ao analista, mas, para além dele, ao desejo do Outro. Por que isto é importante? Porque evidencia que tipo de laço se estabeleceu entre o sujeito e o Outro e como ele funciona neste lugar.

Sobre o desejo do analista, nesta dinâmica, o paciente nada sabe, mas trabalha e funciona justamente por acreditar que o desejo do analista se mira para ele. O desejo do analista não deve passar de um “*ocupe-se de sua alma*”, como Sócrates fez, oferecendo uma escuta e remetendo a verdade para outro lugar (*Opus cit.*, p. 180). O que o analisante se pergunta ao Outro é “*O que ele quer?*”. Como o desejo, em sua raiz, é o desejo do Outro, o analisante funciona mantendo em causa a idéia de haver um desejo do analista em sua direção. Por isso há oblatividade no amor transferencial, na medida em que o analista só faz remeter o analisante ao verdadeiro desejo, que é e está em outro lugar que não nele.

Na transferência, o psicanalista ocupa a posição de fazer uma sustentação de ter aquele objeto *agalma*, objeto precioso, uma jóia, pois, com isso, poderá fazer com que o analisante saia em busca de seu desejo. Não é preciso, destarte, haver uma contra-transferência para surgir o desejo do analisante, mas apenas que o analista saiba se fazer como um *a*. Será a transferência do analisante ao Outro que comandará a análise, sem a

necessidade de que o analista coloque em jogo as suas questões, fazendo do paciente umagalma para a análise funcionar. O ato do analista não passa por esta via dúbida, mas permite ao analisante transferir e ao analista manejar a transferência e seus fenômenos, promovendo cortes que possam ocasionar mudanças no sujeito. Estas premissas também são importantes na clínica com crianças.

Frequentemente se confunde, na análise com crianças, a direção da transferência e o posicionamento do psicanalista. Porge (1998, pp. 7-19) nos esclarece, de forma perspicaz, que a transferência nesta clínica é para os bastidores, ou seja, é indireta. A criança precisa de alguém que lhe permita formular seu sintoma, sua neurose, precisa de outro lugar para falar. O discurso das crianças é falado como “*para um bom entendedor...*”. O que o psicanalista vai fazer é tentar restabelecer a transferência da criança com pessoas que, no início, mostraram-se inaptas a compreender as suas mensagens, ocupando um lugar de receptor das tais mensagens. O problema que chega ao analista acontece quando uma destas pessoas, que a criança tem com referência, não lê estas mensagens. Há, então, uma quebra na transferência, de modo que estes receptores das mensagens não conseguem mais suportar ouvir o que lhes é dirigido. Por isso, procuram o psicanalista, pois além de não entender mais o que lhes é dito, a posição de saber que ocupavam ficou comprometida. Tais mensagens, entretanto, se dirigiam ao *sujeito suposto saber* na relação, e não propriamente, à pessoa concreta na figura dos cuidadores.

O grande equívoco sobre esta questão da transferência na análise com crianças acontece quando são confundidas neurose comum, como a do adulto, e neurose de transferência, na dissolução do problema. Na clínica com crianças, segundo Porge (*opus cit.*), a neurose comum é a de transferência, em que a criança se encontra em pleno momento de constituição do seu sintoma. Então, a sua neurose já é a de transferência. O

autor elucida que

é igualmente uma transferência indireta, contemporânea do estabelecimento de um lugar da transferência para um dos pais, no momento mesmo em que este último falha. O analista vai permitir que a neurose de transferência se desenvolva e que seja tolerada pelos que a rodeiam (p. 15)⁵¹.

O psicanalista sustenta uma posição de *sujeito suposto saber* sem, no entanto, confundir sua posição com a dos pais. Ainda que em alguns casos seja importante exercer a suplência do Outro primário, efetuando um agenciamento da função materna, a função do analista não se confunde ou se limita a isto. Como vimos, o sujeito suposto saber é apenas um terceiro no fenômeno da transferência, que ocorre de um outro ao Outro. Portanto, o psicanalista faz uso da transferência e sustenta o lugar de sujeito suposto saber, mas não se encarna como o saber último. A finalidade é a de restabelecer o laço que estava partido no seio familiar e no laço social, e não substituir ou equivaler sua posição com a dos pais nesta dinâmica.

5. O ato analítico na prática

Diferentemente de uma prática terapêutica, que visa a restabelecer um estado anterior para se alcançar um próximo, a psicanálise, para Lacan, constituiria sua experiência como não reversível após um produto, de modo que seria impossível haver uma regressão a um estado anterior. Para o autor (2003 [1967], pp. 253-254), há um efeito de tempo que é radical para a formulação do *a posteriori*, ou seja, para a elaboração como produto com o qual a psicanálise trabalhou. Uma vez que se obtiveram efeitos, sendo verificadas mudanças de posicionamentos do analisante, não haveria regressão, o que não se confunde com a repetição pulsional.

O trabalho psicanalítico diferencia-se das terapias, pois tem como fundamento a hipótese do inconsciente. Seu manejo, por isso, sustenta-se na transferência, e não num processo intersubjetivo, em que há a permanência de uma dualidade terapeuta-paciente. A transferência, para Lacan, não só refuta a intersubjetividade, como também cria um obstáculo a ela. Por quê?

A intersubjetividade trabalha com a suposição de um sujeito subjetivo ao outro. Lidando com a razão e sob a linha do imaginário, ela gira em torno de formulações no nível consciente de um ao outro. A transferência, para a psicanálise, por si só, já é uma manifestação inconsciente e ela aparece com o *sujeito suposto saber*. Este sujeito, que é suposto pelo significante que o representa a outro significante, transfere para o analista algo que crê que ele sabe sobre seu sintoma. Não há uma troca de saberes, no sentido de que o analista não confirma que sabe, nem afirma o contrário; ele oferece a escuta e maneja essa transferência inconsciente, a fim de permitir ao sujeito subverter-se, pois o que ele sabe é que esse *sujeito suposto saber* em relação a ele na transferência, não existe. O *sujeito suposto saber* é um instrumento do lado do analisante, mas, ao mesmo tempo, separado dele, faz mediação da transferência e permite ao analista manter em funcionamento suas associações. Isto acontece porque o analisante crê que o psicanalista é o detentor de um saber sobre seu sintoma e, por isso, espera dele receber as respostas para seus problemas.

Ao afirmar que “no começo da psicanálise está a transferência”, Lacan (2003 [1967], p. 252) entende que, por ser um fenômeno inconsciente, ele será o pivô da análise e o sujeito suposto saber será o elemento terceiro da relação analista-analisante. Sobre esse *sujeito suposto saber*, Lacan afirma que ele é

para nós, o eixo a partir do qual se articula tudo o que acontece com a transferência. Cujos efeitos escapam quando, para apreendê-los, faz-se uma pinça com o desajeitado *pun* que vai da necessidade da repetição à

⁵¹ Citação com cortes.

repetição da necessidade (p. 253).

Daquilo que estava no âmbito do não sabido no início é que vai se ordenar um quadro do saber ao longo da análise para o analisante, na medida em que o analista tomará o insabido da repetição como questões a serem pensadas.

Há uma diferença entre o ato e uma ação. A ação (LACAN, [1967-68], p. 8) é consequência de uma tensão provocada no organismo que ocasiona uma fuga da sensação intolerável. Caracteriza-se por um movimento motor, como no arco reflexo, cujos efeitos são passivos diante dos estímulos. O ato não se assemelha à ação, nem à motricidade e nem à descarga. O ato se configura como um dizer transformador.

Para ocorrer o ato analítico (*Opus cit.*, p. 145) Lacan afirma que, primeiro: o sujeito que se pretende a psicanalista se autorize como tal. A isto ele se referia à formação e ao percurso do sujeito na psicanálise. Então, só o sujeito para se autorizar. O ato psicanalítico (*Ibid.*, pp. 81-84) é um dizer e está ligado ao começo, a uma criação, e não se relaciona com a eficácia, mas suscita um novo desejo. Por ultrapassar algo, torna-se infracional, inaugural e revolucionário. Lacan diz que *a fórmula do ato é o seu efeito de ruptura*. Nele uma certa estratégia ou técnica, ao ser modificada, pode provocar uma consequência que permite a formulação de uma ponta ou traço significante, inaugurando uma nova contagem. O efeito que se tem com o ato analítico é o de um desenlace que inverte o posicionamento do sujeito. Não é exatamente o que vimos com o caso Nádia?

5.1. O que o ato analítico suscita?

A intenção da análise é, assim, a de fazer advir o sujeito do inconsciente, por meio do ato; “*lá onde era o eu, o sujeito deve advir*”, salientou Lacan (1967-68, p. 83).

Será esta aposta do psicanalista que fará a figura se mover. O *eu* é aquele que se situa no “*sou, aonde não penso*”, mas, será que o sujeito só existe quando pensa? O que, afinal, é o sujeito, o que é o “eu sou”? Lacan propõe uma inversão do *Cogito* cartesiano, “penso, logo existo”, subvertendo esta lógica pelo “*cogito lacaniano*”. Brodsky (2004) elucida o *Cogito* cartesiano:

A idéia de Descartes é a de que a dúvida metódica, que é temporal, desemboca em um instante de certeza, na qual a um só tempo se afirmam o pensamento e o ser. 'Se penso, sou'. Nesse processo, Descartes encontra o único lugar em que alguém pode obter, do pensamento, uma certeza sobre o ser. O resultado da dúvida metódica é a afirmação: 'sou porque penso' (p. 61)⁵².

A partir da formulação freudiana de que há pensamento mesmo quando não temos consciência dele (como nos atos falhos, lapsos, sonhos, chistes, *acting-out*), e de que o próprio pensamento é inconsciente, Lacan concorda com Freud e propõe aquela inversão. Quando estou pensando, só estou concatenando idéias, significantes, mas não sou aí. O sujeito é representado de um significante ao outro, então, ele existe “entre” os significantes. Neste lugar indeterminado algo do sujeito se perde, é aí que reside seu buraco, sua condição de falta-a-ser.

O sujeito se constitui a partir do momento em que se aliena a um *eu*, no narcisismo, a partir de um Outro que conferiu sentido e significação a esse ser. Na operação de alienação, Lacan (1988 [1964]) aponta a imprescindível “escolha forçada”, na brutalidade com que a linguagem aparelha o organismo que, assim, perde algo de sua natureza. Contudo, é preciso, ainda, que haja a separação para que o sujeito não se acople todo ao sentido oferecido pelo Outro. Ao não se separar, esse sujeito pode, se posicionar preso em um “*falso eu*”, configurando-se como lugar de um “*só sou assim*”, como um sujeito difícil de se localizar.

Uma criança localizada numa alienação pode manifestar certos comportamentos

que, muitas vezes, geraram na família certo incômodo, porque ninguém consegue traduzir o que ela diz ou expressa, uma vez que para a própria criança é difícil se localizar como um “eu” separado do Outro, falando na primeira pessoa. Estes casos trazem à luz os apontamentos lacanianos de que a verdade do sujeito, fora da alienação, é: “*penso, onde não sou*”, “*nem sou, nem penso*”, afinal *o sujeito existe entre os significantes*. Apostar nisso na clínica com aquelas crianças pode ser um caminho. Por quê?

5.2. O ato promove a desalienação

Ao permitir aberturas significantes, localizando alguns deles para a criança, mas sempre com a intenção de deixá-la desdobrá-los, concedendo a possibilidade dela se encontrar em algum lugar na enunciação, talvez isto permita à criança dizer de si e do outro, saindo da alienação a que estava fixada para um local separado do lugar de gozo e invasão a que estava submetida. Isto seria um ato analítico com crianças: um ato que permitiria uma abertura, um franqueamento, um engajamento da criança ao Outro simbólico, e assim, ao laço social.

Nos casos extremos de alienação, como na posição autística, neurótica grave e psicótica, em crianças, Lacan elogia e faz referência a Winnicott enquanto um exímio observador de bebês. No *Seminário 15*, dedicado ao *Ato psicanalítico*, Lacan (1967-68) fala do estado de “congelamento”:

Esse '*self*' do qual ele (Winnicott) fala como de algo que desde sempre esteve lá, por trás de tudo o que acontece, antes mesmo que de nenhum modo o sujeito se tenha determinado. Alguma coisa é capaz de congelar, escreve ele da situação de falta. Quando o meio ambiente não é apropriado nos primeiros dias, nos primeiros meses do bebê, algo pode operar, ocasionando este '*freezing*', este congelamento. Mas, atrás deste

⁵² Citação com cortes.

'freezing' há esse 'self' que espera, diz Winnicott. Esse 'self' que, por estar congelado, constitui o 'falso-self' (p. 74)⁵³.

O que Winnicott está falando deste “freezing” não é uma operação de alienação na holófrase? A holófrase caracteriza-se por ser o condensamento de uma frase num só código. Referindo-se a Stevens, Vorcaro (1999) elucida que na holófrase,

as palavras-frases seriam constituídas por aglutinação de morfemas, cuja tradução seria representada nas línguas mais conhecidas por palavras separadas. Mecanismos de aglutinação (prefixos e sufixos se ligam à raiz para formar novas palavras lexicalizadas) e mecanismos de incorporação (funções gramaticais e semânticas justapostas) estariam na base da holófrase: a palavra-frase é amálgama constituído de elementos não perfeitamente lexicalizados, só tendo sua significação no amálgama em que são tomados (p. 29).

O sujeito fica alienado a uma posição, não consegue dela se desvencilhar e trabalhar na estrutura móbil do inconsciente. O sujeito se aliena ao Outro, de modo que este passa a lhe parecer invasivo, pois dele não consegue se separar. Vê-se, então, como objeto de gozo nas mãos desse Outro, que não se apresenta castrado, faltoso, submetido a uma lei. Podemos ler em Lacan (1992 [1960-61]), ainda sobre a posição de *freezing* da criança, uma outra condição em que

Um objeto pode assumir também, com relação ao sujeito, esse valor essencial que constitui a fantasia fundamental. O próprio sujeito se reconhece ali como detido, ou, para lembrar-lhes uma noção mais familiar, fixado. Nessa função privilegiada nós o chamamos *a*. E é na medida em que o sujeito se identifica à fantasia fundamental que o desejo como tal assume consistência, e pode ser designado (...) como desejo do Outro (p. 172).

Funcionando na lógica da linguagem, a psicanálise atenta que o sujeito existe entre os significantes e está além do narcisismo e da alienação a que se enlaçou. Ele se constitui como tal pelo desdobramento entre duas cadeias significantes, e esse desdobramento só se deu pela existência inaugural de um significante. Então, mesmo

⁵³ Citação com cortes.

que esteja localizado num ponto fixo na holófrase, ou como objeto na fantasia do Outro, na enunciação em que o sujeito está alocado pode-se operar sob os efeitos do inconsciente, que o transpassa e o atravessa. O psicanalista aposta nesta localização do eu na fantasia, local em que é difícil verificar qual é o enunciado, o *eu* da frase, mas se insere dentro da lógica do funcionamento do inconsciente. Portanto, o ato incidiria sob um sujeito de linguagem, estando ele na holófrase ou numa posição fantasmática.

5.3. O surgimento de um novo sujeito com o ato

Com o ato, enquanto efeito de corte, o verdadeiro sujeito poderá surgir. Um sujeito subvertido, para além da alienação inicial em que se encontrava. O sujeito do ato analítico é aquele que sai do “eu sou” da fantasia, para se dirigir ao “*penso, onde não sou*”, via sintoma. O sujeito *escolhe* pensar ao ver que não é causa de si, só consequência. E, a partir daí, pode-se fazer um novo enlaçamento: real, simbólico, imaginário. Portanto, uma vez que se vê descentrado, entende que não tem pleno domínio de si só pela consciência. Este é o primeiro momento da análise, para Lacan.

Em um segundo momento, quando o sujeito se abre ao “*penso, não sou*”, Lacan inova. Introduce a fantasia como tendo uma relação íntima com o inconsciente. Na formulação fantasmática, há a dificuldade em encontrar o sujeito, aquele do “eu sou”, na frase. Na fantasia, na verdade, o que se encontra é um sujeito indeterminado, sujeito da enunciação. Por isso, quando o sujeito sai do “eu sou” e entra no “*penso, onde não sou*”, ele faria a travessia da fantasia até o “*não penso e nem sou*”, quando encontraria algum “eu sou” diferente do “sou” primeiro da alienação. A intenção da análise seria terminar, portanto, com um “*nem sou e nem penso*”, para um “sou” distinto ao do narcisismo, daquele “*falso self*” (BRODSKY, 2004, pp. 72-73).

Nesta perspectiva, o que o ato promove é uma defesa do sujeito diante do Outro. Metaforizando sua posição, ele se separa do querer do Outro. Assim, o sujeito substitui sua condição de um lugar ao outro, colocando o seu querer em pauta, de modo distinto ao da condição de objeto a que estava suposto, ainda que algo do Outro fique retido. Esse corte operado do analista à criança permite, por conseguinte, que ela faça um corte no Outro em que se ligava.

A psicanálise institui, portanto, um ato em um fazer, porque opera em uma estrutura lógica que é o funcionamento inconsciente. O fazer do psicanalista se insere no campo da palavra e da linguagem, por isso se aproxima do ato, na medida em que coloca o significante em ato (LACAN, 1967-68, p. 122). O psicanalista se autoriza a efetuar um ato quando maneja a transferência, pois fora dela não há ato. Brodsky (2004) afirma ser o desejo do psicanalista que faz sustentar esta clínica, com o investimento libidinal dele como fôlego. Nesta trama é que se desenvolverá a transferência e, com um corte, por meio de um apontamento ou a marcação de algumas palavras, tal ato pode configurar um efeito de interpretação em que se verificariam seus efeitos no *a posteriori*, num só-depois.

Tendo em vista as operações realizadas na “Clínica de Rosine” pensamos que elas se caracterizaram a partir do ato analítico, no sentido de promover um movimento de mudança nas crianças que se localizavam em posições de aguda alienação. Lacan (2003 [1967]) apontou que mesmo uma criança em posição autística se situa na linguagem, ainda que fixada, não se representando por um significante e nem sendo barrada por ele, mas ocupando um lugar de gozo do Outro (em *a*, por exemplo). Portanto, um ato que promova uma separação da criança deste lugar de gozo é um ato analítico, pois permite a saída da criança de um lugar como objeto no fantasma do Outro, ou como sintoma que supre uma falta aos seus cuidadores, permitindo-a inventar

um “sou” e um distinto Outro para si, se reenlaçando ao social de modo diferente.

Entendemos que foi exatamente este o ato analítico operado por Rosine Lefort nos atendimentos a Nádia. A sua disponibilidade com as crianças, de maneira nada invasiva, ao contrário, funcionando como suporte das ações delas, e o fato dela não ter nem a teoria e nem a prática psicanalítica naquela época, permitiram a Rosine se posicionar num lugar de não-saber do seu lado, e de supor um saber do lado da criança. Talvez tenha sido justamente isso, a despeito de qualquer teoria, que permitiu o desprendimento da criança da condição a que estava concernida. Acreditamos que Rosine soube efetuar um trabalho duplo: de não ser invasiva, suportando a indeterminação do sujeito sem a ele se antecipar, mas, ao mesmo tempo, de franquear a antecipação de um sujeito por um ato próprio a este, supondo, na criança, a presença de uma lógica e um saber.

Rosine Lefort procurou manter uma posição de não-saber, que permitiu à criança agir sem que fosse direcionada ou programada a cumprir certos métodos pedagógicos. Mantendo certa distância, mas também se posicionando num lugar de saber – que pensamos ter sido quando ela ocupou um lugar de suplência de Outro Primário – a psicanalista não se furtou em se tornar uma referência para a menina, cuidando dela, conversando, alimentando, vestindo e limpando a criança quando constatava que era preciso. Então, há que se considerar as especificidades das clínicas e do caso único. Aqui vimos como os efeitos foram positivos no tratamento despendido por Rosine Lefort, na medida em que ela operou sob duas vias: lugar Outro de saber e, ao mesmo tempo, de não-toda.

Considerações finais: O psicanalista entre agente materno e Outro simbólico

Nossa tentativa, até aqui, foi a de situar o psicanalista na clínica com crianças, utilizando, para isto, o caso clínico Nádia, de Rosine Lefort, como material de análise. Dedicamo-nos à discussão da psicanálise e sua relação com a clínica de crianças, em relação à experiência descrita por Rosine Lefort. É impossível não colocar em evidência, não só a questão da formação em psicanálise, da transmissão, como também o desejo do psicanalista em analisar crianças. Para isso, também vimos a importância de tentar esclarecer as diferenças ou semelhanças entre a função de agente materno e intervenção psicanalítica com bebês. Ao que parece, a presença maciça de mulheres nesta clínica não é sem lógica.

Com Rosine Lefort, vimos que foi devido à sua hipótese de haver vida nas crianças que ela decidiu se empenhar na dedicação de um tratamento para elas, já que na instituição em que viviam as crianças, a maioria dos bebês tinham sido situados na condição de hospitalismo e, por isso, não se via a possibilidade de intervenção para a reversão do quadro clínico⁵⁴. A condição precária na qual se situavam as crianças, contudo, não fez Rosine Lefort desistir de vê-las como sujeitos ainda em possibilidade de constituição psíquica. Este fio de certeza foi necessário para, de fato, permitir que daquelas crianças se destacasse um sujeito. Ao ter apostado na empreitada de um tratamento aos bebês, a autora reconheceu que no andamento do caso Nádia houve uma grande caminhada por parte dela também.

Muito se fala sobre a técnica e o método em psicanálise, como também se atenta

⁵⁴ Cf. Spitz, René (1979) *O primeiro ano de vida*. O hospitalismo acontecia quando os bebês eram deixados sem cuidados afetivos suficientes ao desenvolvimento deles. Spitz localizava que nos três primeiros meses o investimento de um adulto era essencial para a criança, senão ela provavelmente iria ficar com graves sequelas em seu desenvolvimento cognitivo, psíquico, motor e afetivo. Em sua teoria, no entanto, não há a proposta de um tratamento para reverter esse quadro. Rosine Lefort (como vimos), quando participava desta pesquisa sobre o hospitalismo demonstrou que, mesmo nos casos graves (como o de Robert, que ela situou como um caso de psicose infantil), haveria sim a possibilidade de organizar a criança, permitindo a ela um reenlace social, por meio de um tratamento

à questão da formação em psicanálise. Preocupados e implicados com os princípios, bem como com a transmissão psicanalítica, Freud e Lacan empreenderam, em diferentes épocas, um árduo e conflituoso trabalho na tentativa de delinear a questão da formação. Será que a questão da formação se coaduna com a clínica de crianças, enquanto um lugar de promoção de um saber sobre o infantil, o materno e o Outro, sob o fundo de uma pesquisa psicanalítica?

Dunker (2004) sinaliza e esclarece que:

Formação corresponde a um processo de apropriação de experiências, no qual meios e fins não se separam. Percurso que, longe de ser apenas aperfeiçoamento rumo a um momento conclusivo, implica luta e autodilaceramento, que vêm do reconhecimento das contradições que constituem um sujeito em sua relação com o saber (p. 65).

Então, podemos pensar que a formação em psicanálise tem relação com um percurso em que a produção do saber (inconsciente) não tem direta ligação com um fazer, mas com um saber ligado à reflexão. No percurso de uma análise, ao analisante é ofertada a escuta atenta, mas silenciosa, a fim de que o próprio analisante possa ter liberdade para acessar o seu inconsciente. Essa intenção é a de que o sujeito saia de suas construções imaginárias para acessar a dúvida, o equívoco, enfim, o simbólico, permitindo a tecitura de novas formulações por ele mesmo, mas com uma amarração menos fechada e mais flexível consigo e com o Outro.

A máxima freudiana das *Novas conferências introdutórias* de 1931-32: *Wo Es war soll Ich werden*, retraduzida por Lacan (1998 [1955]) como “*onde estava o isso, deve advir o eu*”, nos é re-explicada da seguinte maneira:

'Wo, 'onde', *Es*, sujeito desprovido de qualquer *das* ou de outro artigo objetivante, *war*, 'estava', (é de um lugar de ser que se trata), era, *war*, é nesse lugar que *soll*, devo – e é um dever moral que se anuncia aí – *Ich*, [eu], ali devo [eu] *werden*, tornar-me, isto é, não sobrevir, nem tampouco advir, mas vir à luz, desse lugar mesmo como lugar de ser (p. 418).

pelo Outro simbólico, que conferisse um distinto cuidado às crianças.

No percurso de uma análise, há que vir à luz o sujeito enquanto ser de si, desalienado, até o ponto do desejo de ser para o Outro um objeto, de modo a se responsabilizar por sua própria condição desejante. Em uma análise, o seu final se configura quando o analisante *se autoriza de si mesmo*. Esta é uma questão ética da psicanálise lacaniana. Talvez, com esse axioma, Lacan, em meio a tantas discussões com seus pares, procurou transcender a formalidade da prática psicanalítica, evidenciando que ela vai muito além de uma formação *stricto-senso* e tem mais relação com um percurso que, dele, só o sujeito pode dizer.

O ato próprio do sujeito de se autorizar como analista é algo empreendido só por ele, mas reconhecido por um outro, na figura do analista. Então, não há garantia que uma formação pautada na acumulação do saber vá de fato determinar um psicanalista. No entanto, a importância do estudo teórico, da prática, da supervisão, da circulação na cultura e na história, da escrita de uma experiência e da transmissão por meio do ensino, tudo isso faz parte da formação do psicanalista e diz muito sobre como o sujeito buscou caminhos para experimentar, vivenciar e elaborar sua relação com o Outro. Portanto, a questão da formação é algo absolutamente pessoal.

Há que se questionar, no entanto, a decisão de Rosine Lefort em conduzir o tratamento de Nádia e, no meio dele, interromper sua análise pessoal por um período. Ela revelou que, para ela, o seu tratamento estava muito difícil, e era como se não houvesse espaço psíquico suficiente para conseguir levar adiante os dois de forma conjunta. Não nos cabe julgar, nem por à prova as decisões da analista, mas nos é permitido, com esta confissão, refletir sobre como surge o desejo de analisar crianças e como seria possível supor que, ao tratar uma criança, resolver-se-ia questões de cunho

pessoal⁵⁵. Neste caso, a psicanalista opera com a equivalência simbólica falo-bebê, como uma mãe, porque acaba fazendo da prática clínica uma via para a resolução de suas questões pessoais? Este caso coloca em evidência o risco de fazer da clínica não só lugar de aprendizado, de prestação de serviços, como também de resolução sintomática. Mais uma vez, como com os pais, a criança pode ficar à mercê das capturas fantasmáticas, só que do psicanalista. Tal feito sinaliza a extrema importância de o sujeito fazer uma análise pessoal, para si, e em função de sua formação.

Um olhar muito técnico talvez desconsidere, contudo, o sentido do encontro Rosine-Nádia. Do silêncio que transborda da analista diante de Nádia, há a descoberta de um caminho que se traçou por meio do olhar atento. Talvez tenha sido esse posicionamento que permitiu um movimento da analista, de modo que a possibilitou puxar um fio em que poderia tecer alguma coisa, da qual não se sabia aonde iria chegar. Rosine não tinha respostas para aquelas crianças. Sua ação parecia instigada pela repetição de crianças que pareciam autômatos, pela constatação de atos desesperados de crianças se auto-agredindo, revelando a presença de uma passagem devastadora do Outro, ou pela presença da imobilidade e do desânimo. O que se presentifica frente a isto, na maior parte dos tratamentos, é o silêncio. Esse silêncio, no entanto, não parecia mudo. Havia um dizer implícito. Se há o desejo de buscar respostas, deixando a própria análise pessoal em função de um atendimento, é porque havia, antes, uma questão. Nesse meio, a psicanálise serviu de esteio à busca da jovem analista sobre como ser psicanalista para estas crianças? Mais ainda, será que poderíamos torcer a pergunta, extraíndo dela uma questão implícita sobre o desejo de saber sobre a origem do sujeito e quem faz de nós sermos o que somos? Rosine não diz isso, mas vai pesquisar, a fundo, a fragilidade humana em seu surgimento e sua dependência do Outro primário.

⁵⁵ Esta questão nos parece pertinente e talvez tenha sido algo permitido pela própria analista, já

Deixar em suspenso o processo de análise pessoal em prol do tratamento de uma criança significava que para a jovem analista era preciso um campo experimental? Rosine parece deixar transparecer a sua identificação com o mal-estar da criança Nádia. Para a autora, foi neste espelho, no processo do atendimento à menina, que ela se permitiu tornar-se analista. Parece ter sido o desejo de descobrir questões sobre o sujeito em constituição em relação ao Outro que permitiu o início do andamento do caso.

Encontramos, aqui, balizas que dão margem à interrogação sobre o enredamento do desejo de analisar crianças à personificação de um desejo de saber que contempla o gozo do clínico. Interessa notar, mais uma vez, a presença de uma versão em que saber e gozo são vergados em direção à semelhança. Desta forma, a possibilidade de uma criança articular significantes para desarrimar o gozo ao qual está aderida pode encontrar, como obstáculo, um outro gozo: o fascínio pelo saber com o qual o clínico se deleita, às custas da criança. Isto nos interessa porque o saber pode ser fascinante, especialmente quando um clínico reencontra numa criança a possibilidade de resgatar o desconhecimento sobre o que, da sua infância, teria esquecido (VORCARO, 2003, pp. 90-113). Nesse sentido, há que se pensar na herança simbólica paterna que o clínico traz consigo. Rosine Lefort coloca em pauta uma questão, não só sobre a origem, como também sobre o que é ser mãe: O que é ser Outro para o outro? E nós colocamos outra: qual é o ato do clínico na análise com crianças?

Concordamos com Porge (1998) que o mínimo que o psicanalista pode fazer nesta clínica é intervir por meio da transferência. O analista não se confunde com uma posição paternal; embora situe a criança num campo simbólico, o seu ato não se pauta nisto. O analista trabalha com a transferência da criança, dos pais, e sustenta um lugar de saber, convocado por eles, a fim de permitir que a criança possa se constituir e

que foi ela mesma quem revelou tais acontecimentos por escrito na publicação dos casos clínicos.

construir a sua própria história. O psicanalista funciona a fim de que a mensagem da criança chegue ao seu destino, os pais, que não conseguem mais traduzir e, por isso, precisam do analista. O analista, então, não substitui o par parental e sustenta uma posição de *sujeito suposto saber* sob o fundo do funcionamento da transferência, a fim de restabelecer o laço da criança com seus cuidadores e com o campo social.

Supor que *a criança é um analisante por inteiro* (LEFORT, 1991, p. 12), também não evidencia a que lugar era configurado, para a psicanalista, a criança? O que a psicanalista quis dizer com esta afirmativa? Apesar de haver uma unidade na psicanálise, no que se refere a considerar a relação do sujeito com o significante e com o Outro, isto não faz da criança um sujeito já constituído e plenamente analisável. A psicanálise com crianças, em nosso ver, se insere na psicanálise em extensão, e não na análise no *setting*, tal como justamente acreditamos ter visto com a clínica de Rosine Lefort.

De fato, o caso Nádia apresentou um percurso da autora e sua coragem de ter revelado questões importantes, tendo em vista que a publicação dele e dos outros casos clínicos, seguidos por elaborações teóricas⁵⁶, se fizeram muito tempo depois de eles terem acontecido. Isso nos aponta para o intervalo de tempo necessário ao *compreender*, mesmo que já tenha havido uma *conclusão*. Tal ato aponta que a presença do “*eu penso, onde não sou*” por parte do psicanalista, também só ocorre num segundo tempo, do “*eu sou, logo não penso*”, diante do analisante. É aqui que o caráter pessoal do psicanalista é desvelado, porque suas elaborações, julgamentos e inferência de um saber sobre o caso revela-se como um caráter pessoal.

A escolha mesma em tratar daquelas crianças não foi, certamente, à revelia de Rosine: havia uma intenção. As crianças que atendeu se encontravam em situação de

⁵⁶ Elaborações estas em colaboração de Robert Lefort e do grupo CEREDA.

rebotalhos sociais. Soler (2007) até considerou, quando lia o caso do *menino Lobo*⁵⁷, que ao imaginar a cena desses encontros de Rosine com Robert, ela conseguia ver um lugar que ilustrava a encarnação da exclusão e da segregação, revelada em gritos e choros, como a própria imagem do sofrimento. Se a formação requer, como nos disse Dunker, “*luta e autodilaceramento*”, esse parece ter sido um dos caminhos passados por Rosine.

A clínica com crianças na história da psicanálise é palco de muitas divergências, tropeços e discussões. Sabe-se que há uma enorme quantidade de mulheres trabalhando na clínica infantil, salvo na pediatria, na qual ainda há predominância masculina. Podemos pensar na persistência em nossa contemporaneidade de uma relação trabalhista ainda pautada nas diferenças de gênero. Sim, mas com a psicanálise, nos perguntamos se não haveria mais que isso: se na clínica com crianças existiria uma exigência da presença do *ser mulher*, do feminino, enquanto um posicionamento do adulto diante da criança, necessário à relação psicanalista-criança num tratamento.

Freud (1976 [1933]) asseverou que a clínica infantil seria palco da atuação feminina, por excelência. Ele acreditava que a querela do ter e do não ter o falo seria transposta também para a clínica infantil, lugar em que, para ele, as mulheres operariam mais uma vez a equação simbólica de substituição, como um destino pulsional. Isto só fazia reafirmar uma única via de solução à mulher e sua condição faltosa. Na realidade, será que há verdade neste apontamento de Freud?

Vimos, com Freud, que a discussão sobre o que é ser mulher é longa e espinhosa. O psicanalista (1976 [1923]) tentou elaborar saídas para a resolução feminina do complexo de castração. Para ele, a menina é obrigada a fazer um mecanismo contrário ao do menino, pois o objeto de seu amor, tal como ela, é castrada.

⁵⁷ LEFORT, R. e R. *Les structures de la psychose*, Paris, Seuil, 1988.

Por isso, ela terá que buscar caminhos para lidar com essa constatação da sua condição de mulher com sua própria existência e seu corpo. Freud (1976 [1932]) salientou, também, que a menina, diante da castração de sua mãe, vê uma catástrofe. A mãe que antes era vista como fálica, na verdade, é faltosa e não possui o falo, só simulou ter tido. Diante disso, a menina vai se posicionar entre a atividade e a passividade, já que, ao não vislumbrar o que fazer com essa falta, vê, ainda na mãe, uma possibilidade de descobrir.

Com Lacan (2003, [1972], p. 465), vimos que a devastação foi o termo dado por ele a esse momento pré-edípico de vinculação catastrófica da menina à mãe. A devastação designa um alheamento ao Outro primário, localizado como o significante do desejo materno, numa encarnação de um interdito como gozo sem limites, de forma a dominar o pequeno sujeito, arrebatando-o. A devastação, pelo fato de escapar à simbolização, não se situa do lado fálico, mas do lado do não-todo do desejo feminino, quer dizer, entre o desejo da mãe fálica e da mulher não-toda fálica, num dizer implícito em forma de um gozo silencioso, propriamente feminino. A ausência de um significante que inscreva “A Mulher” acaba por deixar o feminino numa disjunção não reduzida nem ao desejo, nem ao falo, mas como uma marca da ausência ilimitada. A mulher, segundo Tendlarz (2002), vive numa alternância entre a posição masculina e a feminina. A falta do falo é reconhecida como um lugar de menos, na falta de representação. A castração, enquanto operação simbólica, exclui o sexo feminino da inscrição inconsciente, pela ausência de referência para sua condição no psiquismo; para o homem há o temor de ser castrado.

Da primeira relação mãe-menina tem-se, como resto, uma marca que permanecerá em relações posteriores. Essa marca situa-se fora do simbólico, na forma de um gozo sem representação. Ser mãe, portanto, é uma saída fálica, mas deixa em aberto a questão sobre o ser mulher. A equivalência costumeira: “ser mulher completa é

se tornar mãe”, não é uma verdade. Na realidade, o que existe é um impasse, um hiato entre essas duas posições. A maternidade somente herda os impasses da relação da menina à mãe e à castração feminina, mas não significa que será ela que fará de uma mulher, A Mulher.

Lacan (1982 [1972-73]) considerou que a mulher é ser de desejo, para além do amor de um homem ou da maternagem. Para ele, a mulher se situa numa posição de Outro, num lugar de alteridade não ocupado por um filho, ou por um homem. Ele dividiu a mãe entre aquela diante do filho, como seu objeto, e a mãe que fala, enquanto sujeito atravessado pelo desejo. Para Lacan, há que se considerar o desejo da mãe como desejo da mulher, porque ela também está sob a implicação da metáfora paterna. Assim, ela se divide entre o homem e o filho. A mulher, contudo, enquanto mãe, poderá fazer de seu filho um objeto de seu fantasma. Mas é justamente o *desejo Outro da mãe*, para além do materno, que permitirá ao filho se separar e, dessa maneira, limitar a mãe a partir da falta, do buraco, do vazio, que também há nela.

Diante da vivência do complexo de castração, a mulher vivencia os enigmas que envolvem a feminilidade entre ser mulher e ser mãe. Dessa maneira, a mulher se desdobra entre ser *toda* e *não-toda* fálica, transitando entre o masculino e a inconsistência do feminino, nos limites do real.

Na feminilidade (LIMA, 2006), há uma face de não-sabido e na maternidade há uma distância entre o não-sabido e o saber. É com a inscrição fálica que a criança pode se situar, porque, sem isso, haverá riscos à sua constituição. Mas é o desejo materno, portanto, que permite sua fundação. A criança, para sobreviver, depende de ser falicizada, libidinizada e inserida num campo de desejo subjetivo. Mas é preciso uma certa presença da lei que impeça à mãe se situar só do lado fálico, mostrando seu lado mulher. A criança, diante da mãe, tentará decifrar o enigma materno colocando-se ora

identificado a ela, ora interrogando o que será esse Outro materno. A criança, em meio a esse barro do desejo materno que lhe envolve, buscará traduzir o que ela significa diante deste Outro materno, por meio de cifragens que configurem sua existência.

Portanto, pelo fato de não existir uma identidade biunívoca entre feminilidade e maternidade, mas disjunção, como um ponto irreduzível e impossível de se igualar, o que se exige da mulher é uma maior flexibilidade diante do Outro e, assim também, da falta.

Com Rosine Lefort, vimos que o seu desejo de tratar foi o que permitiu o funcionamento da transferência e a experiência de uma prática. E, mais do que isso, a sua presença foi muito importante, no sentido de suportar tudo o que envolve e requer um cuidado especial com crianças pequenas. Ao supor a presença do sujeito pulsional, sua intervenção foi a de operar com a linguagem, permitindo à criança fazer novas ligações, mas supondo agir com a presença do desejo Outro simbólico.

Será que a criança faz uso do desejo do analista? Parece que dele ela se aproveita. De alguma maneira o desejo é encoberto, como um fantasma que ninguém vê, mas que ali ele está. O psicanalista funciona às voltas com seu desejo. O interessante é notar como desse desejo pode-se fazer um estilo, a partir da ética psicanalítica, o que pode ter direta relação com a formação sobre a qual discorreremos no início deste trabalho. Foi o percurso pessoal do analista que evidenciou suas formulações e maneiras de aplicar o seu ganho de saber. Temos exemplos na história da clínica psicanalítica com: Melaine Klein e a presença da mãe plena de objetos; Anna Freud e o ideal educativo; Winnicott e o fascínio pela maternidade; e Rosine Lefort e sua busca de diferenciar a maternagem de um tratamento psicanalítico de crianças pequenas. Há algo que circula e que está além do controle do psicanalista.

Sabe-se que a criança funciona inserida em um discurso – dos pais, da escola, do

médico – e deles depende para se constituir. Parece que Rosine Lefort (LEFORT *apud* MILLER, 1991) buscava diferenciar sua prática da de Melaine Klein, Anna Freud e Winnicott na elaboração de uma clínica que estivesse em consonância com a obra de Lacan. Assim, para ela, o trabalho com crianças se assemelhava ao do adulto, no que concerne “à invariância do sujeito na estruturação”, e, por isso, “cabe a nós nos tornarmos disponíveis, fazer tabula rasa de um discurso prematuro – o nosso, ou dos pais – e não ser mais que uma voz para deixar dar lugar à criança” (p. 12).

Será que é possível considerar o discurso da criança pela manifestação de sintomas, desconsiderando a rede na qual ela está inserida? Será que a criança não transmite a manifestação de algo que cifra sua relação com o Outro? A criança é um sujeito que primeiro foi assujeitado pelo Outro para existir e, em muitos casos graves, esse assujeitamento permanece, de tal forma que a criança fica congelada apenas numa posição. Há que se operar com um ato que promova um corte, de modo a causar um efeito de desalienação da criança a esse Outro. Isto não significa desconsiderar o discurso que cerca a criança. Há casos em que esse ato deve ser dirigido aos seus responsáveis, a fim de descolar os pais da criança. É evidente que o tratamento visa à criança, ainda mais quando ela está sofrendo, e não o adulto de quem ela depende, mas ela está inserida em algum lugar e este jamais deve ser desconsiderado.

Diante disso tudo, a primeira pergunta que vem à nossa mente é: Como não pensar num cuidado semelhante ao materno diante daquelas crianças tratadas por Rosine Lefort? O tipo de cuidado a ser tomado foi uma preocupação da analista. Com um olhar distanciado e sutil, observamos, no texto de Rosine que, para ela, só se fazer como um substituto materno não bastaria e não resolveria os casos das crianças que se encontravam no limite do simbólico. Nisto, vemos uma de suas importantes intervenções pessoais no caso: deixa implícito que, em certo momento, é importante

operar com a função materna, mas só isto não basta para haver um tratamento psicanalítico com crianças.

A analista via que uma presença *Outra* é que faria a diferença, pois as enfermeiras da instituição já ocupavam o lugar de cuidadoras, que, para ela, só faziam suprir necessidades. É importante pensar que Rosine se preocupava com o quê ela queria ser para seus pequenos pacientes antes de intervir. Vimos, então, que sua presença, em princípio, era, somente, a de uma disponibilidade, que foi se desenvolvendo em: olhar atento, acolhida, ternura, suporte, corpo-a-corpo, fala endereçada, silêncio, instauração de uma presença-ausência simbólica. Na medida em que partia, e também retornava no outro dia, agia também como interdito, no sentido de não permitir às crianças fazerem tudo; enfim, assumiu-se como significante primário e de referência, primeiro de uma nova contagem. A psicanalista pretendia se estabelecer como Outro simbólico, fazendo amarração ao real e ao imaginário. Para isso, ela se colocava como um Outro barrado – assim entendemos –, de modo a não fazer tudo para as crianças, já que também sabia que estava sob uma lei. A psicanalista agia sabendo que tinha o recurso à linguagem em suas mãos. Era isso que hipotetizava faltar a Nádia: articular a criança ao simbólico, com a linguagem, sem restringi-la ao campo imaginário na dualidade do encontro.

Para isso, pensamos, com a psicanalista, que não foi preciso operar somente sob a via da maternagem para tirar a criança da condição em que estava. Observamos que foi importante fazer um agenciamento da função materna para reenlaçar a criança ao simbólico, ou mesmo construir o que não havia sido feito, nos primeiros tempos de constituição da criança, para permitir surgir um sujeito.

Então, entendemos que existem alguns pontos de cruzamento e de distância entre um agenciamento da função materna e a intervenção psicanalítica propriamente

dita. **Primeiro**, o psicanalista que se dirige à clínica com crianças pequenas está a serviço de um tratamento, na medida em que há uma demanda por intervenção, mesmo que esta seja feita por terceiros – pais, creche, médico, etc – ou precise ser melhor estabelecida (como foi com o caso de Nádia). **Segundo**, para fazer intervenções, antes o psicanalista utiliza a observação da criança e de seus responsáveis, como também a escuta do que falam dessa criança. **Terceiro**, o psicanalista faz suplência do Outro primário, quando percebe haver algum congelamento ou fratura no tempo de subjetivação. Para isso, o psicanalista trabalha com a intervenção *a tempo*, supondo e antecipando um sujeito, inserindo-o no simbólico e no social pela construção de um lugar para ele. Portanto, o psicanalista convida a criança a viver por meio da presença de seu desejo. **Quarto**, para não atuar, como pode haver em algumas formas de maternagem que funcionam somente do lado materno e não do lado da mulher, o psicanalista intervém como Outro simbólico, Outro tratado, permitindo a presença do equívoco próprio a este registro. Então, ao mesmo tempo em que opera com o recurso da certeza imaginária de existir um sujeito, ele é limitado, barrado pelo Outro simbólico. Deste lugar, há abertura para a criança também inventar, criar, escolher. **Quinto**, são utilizados recursos na intervenção com a criança, como o brincar com objetos, mas supondo a circulação de significantes em jogo, permitindo a linguagem da criança se desenvolver desprendida de construções maciças de significados. **Sexto**, o psicanalista opera a serviço da ética psicanalítica, que concede valor à emergência do sujeito do inconsciente, singular sujeito de desejo. Trabalhando sob o funcionamento da transferência, o psicanalista não se confunde com um substituto do lugar dos pais; só faz sustentar a suposição de saber, a fim de restabelecer o laço da criança com eles e com o campo social, permitindo a ela construir sua própria versão simbólica do pai e do seu sintoma, distinto ao do psicanalista. **Sétimo**, a escrita do psicanalista parece concretizar

e circunscrever a clínica, pois permite transpor o real das sessões em linguagem concatenada, promovendo distinção entre Imaginário e Simbólico, traçando o litoral que bordeja o Real. A escrita do caso provoca uma transmissão com o ato de relatar. O caso comporta um saber e inscreve um método, evidenciando a abordagem particular do clínico.

Portanto, o ato do psicanalista, na clínica com crianças pequenas, pode se aproximar de um agenciamento da função materna. Quando opera supondo um sujeito pelo caminho de acolher a criança no discurso e no desejo, fazendo traduções simbólicas que antecipem a configuração de um “eu sou” na criança, o psicanalista engaja a criança num saber, a fim de permitir o desenvolvimento do seu funcionamento subjetivo, enlaçando-a no social. Entretanto, sua posição jamais se engana em substituir o par parental. Porge (1998, p. 14), assim nos fala que

o romance familiar é uma maneira de restabelecer o pedestal do qual os pais caíram. O analista é levado a preencher a mesma função, a restabelecer uma transferência posta à prova. É o que ele faz no melhor das hipóteses. Isso marca o limite do papel do analista na análise de crianças e permite abordar o fim da análise da criança.

Talvez, a maior presença de mulheres na clínica com crianças seja explicada pelo fato de que, na querela pré-edípica das diferenças, a mulher, ao passar por isso, suportaria mais as alternâncias, o jogo de posições, a falta. A constatação da falta é para todos. Mas a diferença do sexual é real. Então, há que se pensar que na clínica com crianças pequenas faz-se necessária uma intervenção *Outra*, tratada, que suporte que o pequeno paciente seja situado em algum lugar da economia psíquica e do desejo do analista. Desta feita, haverá o empréstimo de linguagem, de traços e cifras à criança, o que não significa fazer da clínica um lugar em que a presença da fantasia do sujeito do psicanalista se sobreponha à construção da fantasia da criança. Reconduzir a criança a uma herança simbólica para que, depois, enquanto sujeito constituído, possa fazer algo

próprio com isto, é o grande feito. A fantasia é o que constitui o sujeito, como impedir a sua revelação? Será que é possível? Bom, por ora, esta fumaça do fantasma permanecerá embaçando nossas vistas como névoa. O que constatamos é que houve mesmo a descoberta de um *Nascimento do Outro*, mas antes para a própria psicanalista, Rosine Lefort, em sua grande caminhada.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRE, S. *O que quer uma mulher?* Tradução Dulce Duque Estrada, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- BAIO, V. “Invenções do sujeito e de um parceiro na prática entre vários”. In: *Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana reunidos pela Associação do Campo Freudiano*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, pp. 167-173.
- BALBO, G., BERGÈS, J. *Jogo de posições da mãe e da criança: ensaio sobre o transitivismo*. Porto Alegre: CMC, 2002.
- _____. *Psicose, autismo e falha cognitiva na criança*. Porto Alegre: CMC, 2003.
- BRODSKY, G. *Shorty story, os princípios do ato analítico*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- BROUSSE, M. H. “Uma dificuldade na análise das mulheres: a devastação da relação com a mãe”. In: MILLER, J-A (Org.). *Ornicar?:1. De Jacques Lacan a Lewis Carrol*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2004, pp. 57-67.
- _____. “A pulsão II”. In: FELDSTEIN, R; FINK, B; JAANUS, M. *Para ler o seminário II de Lacan*. Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 125-133.
- CAMPANÁRIO, I. S. *Espelho, espelho meu: a psicanálise e o tratamento precoce do autismo e outras psicopatologias graves*. Coleção de calças curtas, nº 8, Salvador, BA: Ágalma, 2008.
- CANGUILHEM, G. (1956), *Qu'est-ce que la psychologie?*. Le cahiers pour la analyse, 1, 2, Paris, Societé du grafe, 1966.
- CINTRA, E. e FIGUEIREDO, L. C. *Melaine Klein: estilo e pensamento*. São Paulo: Escuta Ed, 2004.
- COTTET, S. “O psicanalista aplicado”. In: *Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana reunidos pela Associação do Campo Freudiano*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, pp. 27-31.
- CULLERE-CRESPIN, G. *A clínica precoce: o nascimento do humano*. Coleção 1ª

- Infância, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- DI CIACCIA, A. “Inventar a psicanálise na instituição”. In. *Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana reunidos pela Associação do Campo Freudiano*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, pp. 69-75.
- DOLTO, F. (1971). *Psicanálise e pediatria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1980.
- _____. *Tudo é linguagem*. São Paulo: Martins Fontes Ed, 1999.
- DUNKER, C. I. L. “O romance de formação do analista”. In. *Revista Mente e Cérebro*. São Paulo: Ediouro ed., edição especial nº 4, 2004.
- ELIA, L., ALBERTI, S. *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.
- FARIA, C. *A noção de alteridade no estudo das psicoses infantis*. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo sob orientação da Profª. Dra. Maria Cristina Machado Kupfer em 2006.
- FERNANDES, C. M. *O sofrimento na pequena infância: uma introdução à psicopatologia do bebê*. Campina Grande: EDUFCEG, 2007.
- FERREIRA, S. M.O. *Por que falar ao bebê se ele não compreende?*. Trabalho apresentado no II Congresso Nacional sobre o Bebê: Psicanálise e Interdisciplinaridade, Recife, setembro, 2000.
- FREUD, S. (1895). *Projeto para uma psicologia científica*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. II, 1976.
- _____. (1900). *A interpretação dos sonhos*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. IV, 1976.
- _____. (1914). *À guisa de introdução ao Narcisismo*. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, vol. I, 2004.
- _____. (1919). *O estranho*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. XVII, 1976.
- _____. (1920). *Além do princípio do prazer*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. XVIII, 1976.
- _____. (1923). *O ego e o id*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. XIX, 1976.
- _____. (1923b). *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. XIX, 1976.
- _____. (1924). *A dissolução do Complexo de Édipo*. ESB, Rio de Janeiro:

- Imago, 1ª Ed., vol. XI, 1976.
- _____. (1931). *Sexualidade feminina*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. XXI, 1976.
- _____. (1932). *Feminilidade*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. XXII, 1976.
- _____. (1937). *Análise terminável e interminável*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. XXIII, 1976.
- _____. (1937b). *Construções em análise*. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1ª Ed., vol. XXIII, 1976.
- KLEIN, M. (1930). *A importância da formação de símbolos na formação do ego*. Contribuições à psicanálise. São Paulo: Mestre Jou Ed., 1983.
- _____. (1952). *Algumas conclusões teóricas relativas à vida emocional do bebê*. In: *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago ed., 1991.
- LACAN, J. (1945). *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1949). *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1954-55). *O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1985.
- _____. (1955-56). *O seminário, livro 3: as psicoses*. Trad. Aluísio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. (1956-57). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Trad. Dulce Duque Estrada, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. (1957-58). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Trad. Vera Ribeiro, revisão de Marcus André Vieira, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. (1958b). *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1959-60). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Trad. Antônio Quinet, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. (1960b). *Diretrizes para um congresso sobre sexualidade feminina*. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1960c). *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- _____. (1960-61). *O seminário, livro 8: a transferência*. Trad. Dulce Duque Estrada, revisão de Romildo Rego Barros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- _____. (1961-62). *O seminário, livro 9: a identificação*. Inédito.
- _____. (1962-63). *O seminário, livro 10: a angústia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. (1964). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- _____. (1966-67). *A lógica da fantasia*. In. Outros escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1967). *Alocução sobre as psicoses da criança*. In. Outros escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1967b). *Proposição de 9 de outubro de 1967*. In. Outros escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1967-68). *O seminário, livro 15: o ato psicanalítico*. Inédito.
- _____. (1968-69). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. (1969). *Nota sobre a criança*. In. Outros escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1969-70). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- _____. (1972). *O aturdido*. In. Outros escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1972-73). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Trad. M. D. Magno, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- _____. (1974-75). *O seminário, livro 22: RSI*. Inédito.
- _____. (1985). *Conferência em Genebra sobre o sintoma*. In. Revista Opção Lacaniana, São Paulo: Eolia, nº 23, dezembro de 1998.
- LAURENT, E. *Sintoma e nome próprio*. Opção Lacaniana, n. 38, São Paulo: Eólia, 2003, pp. 59-72.
- LEFORT, R. e R. (1951-52). *O nascimento do Outro*. Salvador/BA: Biblioteca Freudiana Brasileira, 1984.
- _____. (1951-52). *Les structures de la psychose: l'enfant au loup et le présidente*. Paris: Seuil, 1988.
- _____. (1951-52). *Marisa, a escolha sexual da menina*. Trad. Vera Avelar, Rio

- de Janeiro: Jorge Zahar, Campo Freudiano no Brasil, 1997.
- _____. *Diálogos sobre clínica de la infancia*. Serie encuentros dirigida por Germán L. Garcia. Barcelona: Ediciones Paradiso, 1982.
- _____. “Sujeto del inconsciente y sujeto de la psicosis: fantasma o no fantasma”. In. *Quehacer del psicoanalista: niños em psicoanalisis*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1989, pp. 93-105.
- _____. “De la structure tenant lieu du roman familial: division et pulsion”. In. *L'enfant, la verite et le roman familial*, Séries de la Decouverte Freudienne, vol. VII, janvier 1991, pp. 119-136.
- _____. “Jouissance d l'Un, jouissance de l'Autre: le désir de l'analyste entre S1 et S2”. In. *Séries de la Découverte Freudienne*. Affiche de la 17^a journée du Céréda, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1994, pp. 55-70.
- _____. “L'accès de l'enfant à la parole, condition du lien social”. In. *L'autisme*, Bulletin du Groupe petite enfance, n° 10, Paris: Cereda, 1997.
- _____. “Le Réel, le Symbolique, l'Imaginaire dans la dialectique de l'Autre et de l'objet au cours de la cure analytique”. In: *Les feuillets du Courtil*, 2000.
- LEITE, N. V. A. “Sobre a singularidade”. In. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, UNICAMP, 2000, pp. 63-78.
- LIMA, G.G. *Da mãe à mulher: os circuitos do amor, desejo e gozo*. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte de requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia. Orientação da Prof^a. Dra. Walquíria Grant, 2006.
- MELMAN, C. *Questions de clinique psychanalytique*, Seminaire de l'année 1985-6, 12 e 19 de dezembro de 1985, AFI, Paris.
- MILLER, J-A. *Matemas I*. Tradutor Sérgio Laia, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- _____. “A criança entre a mulher e a mãe”. In *Opção Lacaniana*, 21, 1998, pp. 7-12.
- _____. “Uma homenagem a Rosine e Robert Lefort”. In. *Orientação Lacaniana III*, Lição 8, 07-03-2007. Trad. Cristina Drummond e Luís Flávio Couto, 2006-7.
- MILLER, J. (org.) *A criança no discurso analítico*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, pp. 11-57.
- PIAGET, J. (1970). A epistemologia genética, *Piaget. Os pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

- PORGE, E. “Tempo”. In. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996.
- _____. “A transferência para os bastidores”. In. *A criança e o psicanalista*. Trad. Dulce Duque Estrada, Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998, pp. 7-21.
- ROHENKHOL, C. M. F. (org.). “Do transitivismo à antecipação”. In. *A clínica com o bebê*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- ROUDINESCO, E. e PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- SAURET, M-J. *O infantil e a estrutura*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise., 1997.
- _____. “Psicanálise, psicoterapias...ainda”. In *Psicanálise e saúde mental: uma aposta*, em Alberti, S. e Figueiredo, A. (orgs.), Rio de Janeiro, Cia de Freud, 2006.
- SOLER, C. “L'enfant e le désir de l'analyste. In. L'enfant e le désir de l'analyste”. *Séries de la Découverte Freudienne*. Affiche de la 17^a journée du Céréda, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1994, pp. 7-11.
- _____. “O sujeito e o Outro I”. In: FELDSTEIN, R; FINK, B; JAANUS, M. *Para ler o seminário II de Lacan*. Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *O que Lacan dizia das mulheres*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. “Uma grande caminhada: sobre o caso Robert, de Rosine e Robert Lefort”. In. *O inconsciente a céu aberto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- SPITZ, R. (1979). *Privação afetiva parcial: depressão anaclítica*. In. O primeiro ano de vida. São Paulo: Martins Fontes Ed., 3^a ed., 1983.
- TEIXEIRA, A. M. R. (2009). *Psicanálise e ideologia: a violência da representação*. Inédito.
- TENDLARZ, S. E. *Las mujeres y sus goces*. Buenos Aires, Edigraf, 2002.
- _____. *De que sofrem as crianças?*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- TEPERMAN, D. *Clínica psicanalítica com bebês: uma intervenção a tempo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, FAPESP, 2005.
- VORCARO, A. M. R. *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

- _____. “O jogo ou o ponto de imbricação entre educação, psicanálise e linguística”. In. *João? Psicanálise, infância e educação*. São Paulo: USP-IP-FE, 2002.
- _____. “Sob a clínica: escritas do caso”. In *Revista Estilos da Clínica*, Vol. III, nº 14, 2003, pp. 90-113.
- _____. *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- _____. (2007). *Mulheres, do materno ao feminino*. Inédito.
- _____. (2009). *Urgência subjetiva na clínica com bebês em UTIs*. Inédito.
- WINNICOTT, D. W. (1941). *Textos selecionados da psiquiatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1993.
- _____. “O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”. In. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1975.
- _____. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes Ed, 1999.
- ZENONI, A. “Qual instituição para o sujeito psicótico”. In. *Revista de Saúde Mental Abrecampos*. Belo Horizonte, Instituto Raul Soares, Fhemig, ano 1, n. 0, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)